UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

Gustavo Henrique Rossatto Francisco

Análise das características do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em Instituições de Ensino
Superior do município de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018

Ribeirão Preto

2020

GUSTAVO HENRIQUE ROSSATTO FRANCISCO

Análise das características do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em Instituições de Ensino Superior do município de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação como requisito para o título de Mestre em Educação – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Ribeirão Preto

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de pesquisa, desde que citada a fonte.

Francisco, Gustavo Henrique Rossatto Francisco

Análise das características do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em Instituições de Ensino Superior do município de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018.

Ribeirão Preto, 2020.

154 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Educação.

Orientador: José Marcelino de Rezende Pinto

1. Ensino Superior. 2. Fies. 3. Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP). 4. UNIESP. 5. Ribeirão Preto.

Nome: FRANCISCO, Gustavo Henrique Rossatto

Título: Análise das características do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em Instituições de Ensino Superior de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação como requisito para o título de Mestre em Educação – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Aprovado em: __/__/__

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Vera e Nicola, pelo apoio de sempre, que sempre me incentivaram nos estudos. Sem eles, esse mestrado seria impossível, me motivando a continuar mesmo sem ter bolsa durante esse período, contribuindo, além de tudo, financeiramente para a realização dessa dissertação.

Agradeço ao meu orientador José Marcelino pelas orientações durante esse mestrado. Se no início pareciam desorientações, foi no desenrolar do trabalho que estas foram se transformando em orientações, tornando compreensíveis e essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Além de orientador, é um grande amigo que esteve sempre presente para conversar e tomar um cafezinho na cantina da Filô.

À banca pela presença e pelas contribuições dadas para a construção deste trabalho, principalmente aos professores Débora Piotto e Rubens Camargo pelas contribuições dadas durante a qualificação que foram essenciais e iluminadoras para a continuação da escrita dessa dissertação após essa etapa.

Aos meus amigos do GEG, que participaram desse processo de escrita, estando presente quase que diariamente, principalmente durante a qualificação, que leram, deram dicas e que estavam presentes para uma simples conversa e/ou um café na sala do Zé a tarde, para tirar um pouco do peso das costas da correria que foi em alguns momentos. Para tanto, agradeço especialmente os amigos do GEG aqui de Ribeirão Preto, principalmente Patrícia, Tatiana, Rafael e Nafaly, que foram os mais próximos nesses momentos.

Agradeço aos funcionários e docentes da FFCLRP e do programa da pós-graduação em Educação pelo apoio institucional e educacional oferecido por estes durante a realização de meu mestrado.

Aos amigos que estiveram presentes durante essa etapa, principalmente aos que moraram comigo desde que mudei para Ribeirão Preto para fazer graduação. Entre estes, sou muito grato em ter tido a felicidade de morar com pessoas como Gabriel Santos, Gabriel de Carli, Rodrigo, Fábio, Ederson e Isabela, que estiveram ou estão por aí comigo até hoje.

Por fim, e não menos importante, agradeço à Claudia, pelo companheirismo em todos esses anos, pelas ajudas, pelas revisões, e também por ouvir as minhas dúvidas e lamentações durante esses anos de mestrado, que nunca deixou eu desistir, e que me motivou até mesmo nos momentos mais difíceis. Te amo!

Resumo

Esse trabalho teve como objetivo analisar a influência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) nas matrículas de algumas IES do município de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018 à luz das alterações feitas no programa a partir de 2010, bem como analisar o programa “UNIESP paga”, criado por uma mantenedora privada que prometia pagar a amortização do Fies dos alunos optantes. Essas mudanças consistiram principalmente na redução da taxa de juros (3,4% ao ano), possibilidade de acesso ao Fies de estudantes com renda bruta familiar de até 20 salários mínimos, ampliação do tempo de carência para 18 meses entre o fim da graduação e o início da amortização, além de o aluno não precisar mais de fiador para ter acesso ao Fies. O número de financiamentos concedidos, os valores de repasses e recompra no município de Ribeirão Preto foram obtidos através dos microdados disponibilizados na página do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O número de contratantes do Fies em Ribeirão Preto cresceu cerca de 3565% entre os anos de 2010 e 2014. Aproveitando-se dessas mudanças, a UNIESP, mantenedora da Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP) e de outras instituições de ensino superior, criou o programa “UNIESP paga”, que prometia pagar a amortização do Fies dos alunos cadastrados por esse programa ao término da graduação. Constatou-se que o número de aluno na Faculdade de Ribeirão Preto evoluiu de somente um aluno com Fies, em 2010, para 2211 alunos no segundo semestre de 2014. Para a análise, além disso, foram discutidos também três processos judiciais contra a AFARP e relacionados ao programa “UNIESP paga”. Ressalta-se que esse programa apresentava cláusulas que não eram apresentadas de forma clara aos alunos, e, quando não cumpridas, desligavam os alunos do programa sem aviso prévio. Contudo, eles só eram informados somente ao fim da graduação que não tinham cumprido as obrigações e que teriam que arcar com as parcelas do Fies. Ademais, nos processos é apresentada a informação de que a IES cobrava maiores valores de mensalidade de alunos com Fies frente àqueles que não se valiam do Fies, ampliando seus lucros em cima dos repasses do Fies e aumentando o ônus dos estudantes que aderiam ao programa federal. Conclui-se, finalmente, que as mudanças vistas no Fies nos primeiros anos de 2010 tenderam a estimular a expansão de instituições educacionais de cunho meramente mercantil.

Palavras-chave: Ensino Superior, Fies, Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP), UNIESP, Ribeirão Preto.

Abstract

This work aimed to analyze the influence of the Fies on the enrollment of some HEIs in the city of Ribeirão Preto between the years 2010 and 2018 in the light of the changes made to the program since 2010, as well as to analyze the program “UNIESP paga”, created by a private sponsor that promised to pay the Fies amortization of the opting students. These changes consisted mainly of lower interest rates (3.4% per year), the possibility of accessing Fies for students with a family gross income of up to 20 minimum wages, extending to 18 months between the end of graduation and the beginning of amortization, and the student no longer needs a guarantor to access Fies. The number of financing granted, the amounts of transfer values and repurchases in the municipality of Ribeirão Preto were obtained through the microdata available on the page of the Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). The number of Fies users in Ribeirão Preto grew by 3565% between the years 2010 and 2014. Taking advantage of these changes, UNIESP, which maintains the Faculty of Ribeirão Preto (AFARP) and other higher education institutions, created the “UNIESP paga” program, which promised to pay the Fies amortization of students registered for this program at the end of graduation. It was found that the number of students at the Faculty of Ribeirão Preto evolved from just one student with Fies, in 2010, to 2211 students in the second semester of 2014. For analysis, in addition, three lawsuits against AFARP and related to the “UNIESP paga” program. It is noteworthy that this program had clauses that were not clearly presented to students, and, when not fulfilled, disconnected students from the program without prior notice. However, they were only informed at the end of their graduation that they had not fulfilled their obligations and that they would have to pay the Fies installments. Furthermore, in the processes, information is presented that the IES charged higher monthly fees from students with Fies compared to those who did not use Fies, increasing their profits on top of Fies transfers and increasing the burden of students who adhered to the federal program. Finally, it is concluded that the changes seen in Fies in the first years of 2010 tended to stimulate the expansion of educational institutions of a purely commercial nature.

Keywords: Higher Education, Fies, Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP), UNIESP, Ribeirão Preto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Quantidade de novos contratos no Fies por ano (em milhares)	30
GRÁFICO 2 – Número de alunos matriculados no Centro Universitário Barão de Mauá entre os anos de 2010 e 2018	54
GRÁFICO 3 – Número de alunos matriculados no Centro Universitário Moura Lacerda entre os anos de 2010 e 2018	55
GRÁFICO 4 – Número de alunos matriculados na Universidade de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018	56
GRÁFICO 5 – Número de alunos matriculados no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018	57
GRÁFICO 6 – Número de alunos matriculados na Faculdade de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018	58
GRÁFICO 7 – Número de alunos matriculados na Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018	59
GRÁFICO 8 – Número de alunos matriculados na Universidade Paulista (campus de Ribeirão Preto) entre os anos de 2010 e 2018	60
GRÁFICO 9 – Matrículas presenciais das IES privadas de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018	68
GRÁFICO 10 – Financiamentos concedidos para a Universidade de Ribeirão entre 2010.2 e 2018.2	72
GRÁFICO 11 – Financiamentos concedidos para a Faculdade de Ribeirão Preto entre 2010.2 e 2018.2	73
GRÁFICO 12 – Financiamentos concedidos para o Centro Universitário Moura Lacerda entre 2010.2 e 2018.2	74
GRÁFICO 13 – Financiamentos concedidos para o Centro Universitário Barão de Mauá entre 2010.2 e 2018.2	75
GRÁFICO 14 – Financiamentos concedidos para o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto entre 2010.2 e 2018.2	76
GRÁFICO 15 – Financiamentos concedidos para a Universidade Paulista, campus de Ribeirão Preto, entre 2010.2 e 2018.2	77
GRÁFICO 16 – Financiamentos concedidos para a Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto entre 2010.2 e 2018.2	78
GRÁFICO 17 – Repasses concedidos à Universidade de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	79

GRÁFICO 18 – Repasses concedidos à Faculdade de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	80
GRÁFICO 19 – Repasses concedidos ao Centro Universitário Moura Lacerda entre 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	81
GRÁFICO 20 – Repasses concedidos ao Centro Universitário Barão de Mauá entre 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	82
GRÁFICO 21 – Repasses concedidos ao Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	83
GRÁFICO 22 – Repasses concedidos à Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	84
GRÁFICO 23 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal da Associação de Ensino de Ribeirão Preto entre 2012 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	85
GRÁFICO 24 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal da Associação de Ensino de Ribeirão Preto S/S Ltda. e da UNIESP S/A entre 2011 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	86
GRÁFICO 25 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal do Instituto Universitário Moura Lacerda entre 2014 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	87
GRÁFICO 26 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal da Organização Educacional Barão de Mauá entre 2015 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	88
GRÁFICO 27 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal da Associação de Ensino de Ribeirão Preto entre 2012 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	89
GRÁFICO 28 – Número de financiamentos concedidos nas IES de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018	90
GRÁFICO 29 – Porcentagem de alunos usuários do Fies nas IES do município de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018	93
GRÁFICO 30 – Repasses dos CFT-E às IES de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	94
GRÁFICO 31 – Recompra dos CFT-E pelo Governo Federal junto às mantenedoras das IES de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)	95
GRÁFICO 32 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies na Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018	104
GRÁFICO 33 – Número de contratos em amortização e contratos inadimplentes entre dezembro de 2014 e dezembro de 2019	126

GRÁFICO 34 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Administração da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018	144
GRÁFICO 35 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018	144
GRÁFICO 36 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Engenharia de Produção da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018	145
GRÁFICO 37 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Letras da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018	145
GRÁFICO 38 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Pedagogia da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018	146
FIGURA 1 – Fachada do primeiro prédio da Faculdade Bandeirantes (antiga Faculdade de Ribeirão Preto)	98
FIGURA 2 – Fachada do segundo prédio da Faculdade de Ribeirão Preto em 2017	99
FIGURA 3 – Fachada do prédio da Faculdade de Ribeirão Preto, com o nome alterado para Universidade Brasil em 2019	99
FIGURA 4 – Propaganda do programa “UNIESP paga”	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Custo anual do Fies entre os anos de 2011 e 2017 (milhões R\$)	30
TABELA 2 – Impacto da inadimplência do Fies sobre o patrimônio considerando um cenário de 50% de inadimplentes (bilhões R\$)	32
TABELA 3 – Quantidade de teses e dissertações revisadas e o ano no qual foram produzidas	36
TABELA 4 – Alunos matriculados no ensino superior por rede entre 2012 e 2016	53
TABELA 5 – Alunos matriculados em IES privadas do município de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018	53
TABELA 6 – Número de matrículas por curso no Centro Universitário Barão de Mauá no ano de 2018	60
TABELA 7 – Número de matrículas por curso no Centro Universitário Moura Lacerda no ano de 2018	61
TABELA 8 – Número de matrículas por curso na Universidade de Ribeirão Preto no ano de 2018	62
TABELA 9 – Número de matrículas por curso no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto no ano de 2018	63
TABELA 10 – Número de matrículas por curso na Faculdade de Ribeirão Preto no ano de 2018	65
TABELA 11 – Número de matrículas por curso na Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto no ano de 2018	66
TABELA 12 – Número de matrículas por curso no campus de Ribeirão Preto da Universidade Paulista no ano de 2018	66
TABELA 13 – Dez cursos com mais matriculados em 2018 e a quantidade destes entre as IES privadas de Ribeirão Preto	70
TABELA 14 – Financiamentos concedidos entre o segundo semestre de 2010 e o segundo semestre de 2018 nas instituições de ensino superior do município de Ribeirão Preto	71
TABELA 15 – Porcentagem de alunos usuários do Fies nas IES de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018	92

TABELA 16 – Cursos com mais financiamentos concedidos entre 2010 e 2018 no município de Ribeirão Preto	95
TABELA 17 – Mensalidades dos cursos da Faculdade de Ribeirão Preto no ano de 2019	100
TABELA 18 - Porcentagem de alunos usuários do Fies por curso na Faculdade de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018	105
TABELA 19 – Cursos com maior número de financiamentos concedidos entre o segundo semestre de 2010 e o segundo semestre de 2018 na Faculdade de Ribeirão Preto	106
TABELA 20 – Porcentagem da raça declarada entre os alunos usuários do Fies entre 2011 e 2018 na Faculdade de Ribeirão Preto	107
TABELA 21 – Modalidade do ensino médio cursada pelo aluno com Fies na Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018	108
TABELA 22 – Porcentagem de financiamento obtidas pelos alunos da Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018	108
TABELA 23 – Instituição financeira no qual os alunos da Faculdade de Ribeirão Preto contrataram o Fies entre 2011 e 2018	109
TABELA 24 – Porcentagem do sexo declarado entre os alunos usuários do Fies entre 2011 e 2018 na Faculdade de Ribeirão Preto	109
TABELA 25 – Porcentagem da faixa de idade dos alunos usuários do Fies entre 2011 e 2018 na Faculdade de Ribeirão Preto	110
TABELA 26 – Porcentagem da faixa de idade dos alunos matriculados na Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018	111
TABELA 27 – Estado Civil declarado pelos alunos usuários do Fies da Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018	111

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Evolução do Fies.....	27
QUADRO 2 – Percentual de vagas para cada área prioritária	33
QUADRO 3 – Proporção da oferta de vagas na área de Licenciatura	34
QUADRO 4 – Cursos mais financiados entre 2010 e 2016 no Brasil	34
QUADRO 5 – Dissertações e teses selecionadas na CAPES	41
QUADRO 6 – Nomes e códigos das IES e de suas respectivas mantenedoras do município de Ribeirão Preto	47

LISTA DE SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
AFARP	Faculdade de Ribeirão Preto
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CFE	Conselho Federal de Educação
CFT-E	Certificados Financeiros do Tesouro – Série E
CGU	Controladoria Geral da União
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CREDUC	Crédito Educativo
DECON	Instituto de Defesa do Consumidor de Rio Claro/SP
DTI/MEC	Diretório de Tecnologia do Ministério da Educação
e-MEC	Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
EAD	Educação à Distância
EC	Emenda Constitucional
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUB	Estatuto da Universidade Brasileira
Faban	Faculdade Bandeirantes
FATEC	Faculdade de Tecnologia de São Paulo
FCO	Fundos Constitucionais do Centro Oeste
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDCO	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FENEP	Federação Nacional das Escolas Particulares
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNO	Fundo de Financiamento do Norte
FG-FIES	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil
FGEDUC	Fundo de Garantias de Operações de Crédito Educativo
FHC	Fernando Henrique Cardoso

FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPO	Oferta Pública Inicial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MPF	Ministério Público Federal
PCE	Programa de Crédito Educativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
Fundação SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação
SisFies	Sistema Informatizado do Fies
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TCU	Tribunal de Contas da União
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UnB	Universidade de Brasília
UNIESP	União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privado
UNIP	Universidade Paulista
UniRitter	Centro Universitário Ritter dos Reis
Unopar	Universidade do Norte do Paraná
Usaid	Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	10
1 – O caráter privatista na educação superior brasileira: do Programa de Crédito Educativo ao Fundo de Financiamento Estudantil	12
1.1 – Aspectos Gerais da Educação Superior no Brasil	12
1.2 – Aspectos Históricos do Fies	21
1.3 – Revisão de Literatura sobre o Fies	36
2 – Método de Pesquisa	47
3 – Análise das matrículas em Instituições de Ensino Superior privadas de Ribeirão Preto ...	53
3.1 – Dados gerais sobre o município de Ribeirão Preto	53
3.2 – Matrículas nas instituições de ensino superior privadas de Ribeirão Preto	55
3.3 – As matrículas nas IES privadas de Ribeirão Preto no ano de 2018	61
3.4 Considerações finais do capítulo	68
4 – Análise dos financiamentos concedidos no município de Ribeirão Preto	72
4.1 – Os contratos Fies em Ribeirão Preto	72
4.2 – Repasses dos Certificados Financeiros do Tesouro – Série E (CFT-E) para as instituições de ensino superior de Ribeirão Preto	79
4.3 – Recompra dos Certificados Financeiros do Tesouro – Série E (CFT-E) das instituições de ensino superior de Ribeirão Preto	85
4.4 – Considerações Finais do capítulo	90
5 – Faculdade de Ribeirão Preto: até onde vai o mercado	98
5.1 – Aspectos históricos	98
5.1.1 – A Uniesp	101
5.2 - O Fies na Faculdade de Ribeirão Preto	105
5.3 - Ações contra a Faculdade de Ribeirão Preto: análise de três processos	113
5.4 – AFARP, a ponta do iceberg	123
Considerações finais	126
Referências	130
ANEXO A – IES PERTENCENTES AO GRUPO UNIESP	141
ANEXO B – GRÁFICOS DAS MATRÍCULAS DE USUÁRIOS DO FIES E O DE MATRÍCULAS TOTAIS EM ALGUNS CURSOS DA FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO	144

Introdução

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi criado em 1999 através da Medida Provisória nº 1827, de 27 de maio de 1999, posteriormente transformada na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de financiar os estudantes em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, os quais pagariam com juros, após o término do curso. Conforme o passar dos anos, o programa passou por muitas mudanças com destaque para as mudanças ocorridas no início da década de 2010, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, através da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, e pela criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) através da Portaria Normativa nº 21, de 21 de outubro de 2010, através da qual passou a dispensar a existência de fiador dos alunos contratantes do fundo. Após esse período, as matrículas do Fies nas IES aumentaram consideravelmente. Se em 2009 essas matrículas correspondiam a 5% nas IES privadas, em 2015 correspondiam a 39%; com gastos na ordem de R\$ 15,5 bilhões (CHAVES & AMARAL, 2016).

A Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP) foi uma das beneficiadas com as mudanças no Fies após 2010. Nos anos seguintes às mudanças no programa, a IES, como será mostrado, apresentou um aumento expressivo no número de alunos com Fies e consequentemente de alunos matriculados. Aproveitando da expansão do Fies e de os alunos não precisarem mais de fiador, a UNIESP, mantenedora da Faculdade de Ribeirão Preto criou um programa intitulado “UNIESP paga” que prometia, em sua propaganda, o pagamento das parcelas do Fies dos alunos após o término da graduação, programa que também foi responsável pelo crescimento expressivo de alunos nessa IES.

Partindo desse contexto de grande expansão do Fies, o objetivo geral desta dissertação é analisar o impacto e a influência do Fies nas instituições de ensino superior de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018, e, particularmente, analisar o programa “UNIESP paga” implantado pela Faculdade de Ribeirão Preto.

Tem-se como objetivos específicos:

- Analisar a evolução das matrículas das instituições de ensino superior de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018;
- Analisar a evolução dos recursos do Fies de 2010 a 2018 e o impacto do programa à luz das mudanças a partir da Lei nº 12.202, de 2010 nas IES de Ribeirão Preto;
- Analisar os financiamentos concedidos entre 2010 e 2018 nas IES de Ribeirão Preto;
- Analisar os repasses dos Certificados Financeiros do Tesouro – Série E (CFT-E) transferidos para as IES de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018;
- Analisar a recompra dos repasses pelo Fies das mantenedoras destas IES neste mesmo período;

- Identificar o perfil dos alunos que utilizaram o Fies na Faculdade de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018;
- Analisar alguns processos judiciais envolvendo a AFARP em relação ao Fies no contexto do programa “UNIESP paga” nesse período.

Este trabalho está organizado em 4 capítulos. O primeiro, de título *O caráter privatista na educação superior: Do Programa de Crédito Educativo ao Fundo de Financiamento Estudantil*, apresenta uma síntese histórica sobre o ensino superior no Brasil, principalmente sobre o concernente aos primórdios do ensino superior privado, seu crescimento e de como este se tornou historicamente o sistema que concentra o maior número de matrículas nas instituições de ensino superior no país. Em seguida, são apresentados os programas de crédito educativo que existiram no Brasil, até o Fies, explicando o início de sua existência até os dias atuais. Foi feita uma revisão bibliográfica de teses e dissertações encontradas no banco de publicações da CAPES sobre o tema.

No capítulo 2 dessa dissertação é apresentado o método de pesquisa, explicitando a forma como os dados foram obtidos, organizados e analisados para a compreensão da relação entre o Fies e a Faculdade de Ribeirão Preto

No capítulo 3, intitulado, *Análise das matrículas em Instituições de Ensino Superior privadas de Ribeirão Preto*, é apresentado o número de matrículas das principais IES privadas de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018, sendo feita uma análise sobre a série histórica de cada uma das instituições. Também nesse capítulo, é feita uma análise sobre essas instituições, no ano de 2018, identificando o número de alunos matriculados por curso, e o número de alunos matriculados por área de licenciatura, bacharelado e tecnológico.

Já no capítulo 4, de título *Análise dos financiamentos concedidos no município de Ribeirão Preto*, é apresentado, primeiramente, o número de matrículas financiadas através do Fies nas mesmas IES vistas no segundo capítulo, entre os anos de 2010 e 2018. Em seguida, são apresentados os repasses dos CFT-E do Governo Federal, durante o mesmo período, e a recompra destes títulos públicos nesses anos. A análise descritiva será feita, portanto, na forma de gráficos contendo a série histórica para cada um dos itens deste capítulo.

Por fim, no capítulo 5, *Faculdade de Ribeirão Preto: até onde vai o mercado*, discute-se sobre os aspectos históricos da Faculdade de Ribeirão Preto e de sua mantenedora atual, a UNIESP, da apresentação de detalhes mais específicos dessa IES coletados nos microdados do FNDE, e da apresentação de três processos judiciais contra a faculdade por ex-alunos em decorrência de seu programa “UNIESP paga” que prometia o pagamento, por parte da instituição, das dívidas relativas ao Fies, ao fim da graduação dos inscritos no programa.

1 – O caráter privatista na educação superior brasileira: do Programa de Crédito Educativo ao Fundo de Financiamento Estudantil

1.1 – Aspectos gerais da Educação Superior no Brasil

Diferente da América Espanhola que teve suas primeiras instituições de ensino criadas no início do período colonial pela Coroa Espanhola, no Brasil a educação ficou a cargo dos jesuítas, não criando nenhuma universidade nesse período. A vinda do príncipe João em 1808 não foi a motivação necessária para abrir uma universidade no país, apesar da criação de instituições de ensino superior isoladas para a formação de profissionais, como a de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro nesse mesmo ano; e de Engenharia dentro da Academia Militar no Rio de Janeiro, em 1810 (CUNHA, 2007a).

O ensino superior, assim, se desenvolveu no Brasil pela multiplicação dessas faculdades isoladas de Medicina, Engenharia e Direito. As primeiras universidades brasileiras só surgiriam na década de 30 do século seguinte; pela aglomeração dessas faculdades isoladas. Esse caráter fragmentário das instituições brasileiras de ensino superior recebia críticas desde o Império. Em 1926, Fernando de Azevedo já denunciava pela união das instituições universitárias, e pela rasa formação cultural, resultado do caráter de especialização das faculdades, que se voltavam para a formação profissional (CUNHA, 2007a).

A universidade brasileira é diretamente uma criação do capitalismo industrial, posterior aos anos 30. As primeiras tentativas de formação de instituições universitárias correspondem a década anterior, justamente no período em que se inicia o processo de industrialização brasileira, período em que manifesta a crise da antiga economia exportadora. Durante a Primeira República a educação superior ainda se desenvolveu sob a forma de instituições isoladas, faculdades de direito, principalmente, mas observa-se também o surgimento das primeiras faculdades de medicina. Somente a partir da revolução de 1930 que surgem grandes transformações no sistema educativo brasileiro, correspondendo ao período de ascensão ao poder das camadas médias burguesas, comercial e industrial, ligadas ao mercado interno, em aliança com as antigas classes dominantes. (MARINI & SPELLER 1977).

No processo de criação de um Estado capitalista moderno, tem-se em 1930 a criação do Ministério de Educação e Saúde, e a formação do sistema educativo nacional. A partir de 1931, cria-se um sistema universitário nacional, com autonomia didática e administrativa. As universidades que existiam no país são reformadas, particularmente a de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro, sendo que essa se transforma na Universidade do Brasil. Em 1934 cria-se a Universidade de São Paulo (USP), e em 1935 a Universidade do Distrito Federal. O sistema de educação surgia, portanto, no contexto

de transformação do Brasil industrial face ao antigo Brasil agrário exportador (MARINI & SPELLER, 1977). Entretanto, apesar da expansão do ensino superior, a Taxa de Escolarização Bruta¹ na Educação Superior atingiu somente 1% no ano de 1960 (PINTO, 2004).

O ensino superior público nem sempre foi gratuito no Brasil. Havia cobranças de taxas referentes a matrículas, para a realização de provas, entre outros. Na década de 40, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, as taxas do curso de direito eram três vezes o salário mínimo da época. A discussão sobre a gratuidade do ensino superior começou no início do primeiro governo de Getúlio Vargas, contudo, no Estatuto da Universidade Brasileira (EUB), do Decreto 19.851, de 11/04/1931, não se concretizou a gratuidade do ensino superior público, mas previu a criação de um sistema de bolsas para estudantes comprovadamente pobres e com desempenho escolar exemplar. No artigo 106 do mesmo Decreto, previu-se a criação de bolsas que seriam pagas posteriormente para estudantes que não pudessem arcar com as taxas do ensino superior público, o que pode se considerar a primeira versão do crédito estudantil (ALMEIDA, 2007).

O período político conturbado que o Brasil viveu nos anos 1950 desembocam no golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Através do Estado Militar, o grande capital nacional e estrangeiro assume a hegemonia política da sociedade em conjunto, se colocando com a tarefa de reestruturá-la em benefício próprio. Isso gerou mudanças profundas na estrutura econômica, alterações institucionais, deslocamentos nas relações de classes e nas alianças, que se estenderam até 1968, que a partir desta data permitiu edificar de maneira acelerada a sociedade brasileira (MARINI & SPELLER, 1977).

Após a Segunda Guerra Mundial, e com a vitória do socialismo em boa parte do planeta, entre as décadas de 40 e 60, a sociologia burguesa tentava mascarar essa realidade com as teorias de modernização. Para tanto, o capitalismo avançado era então colocado como meta para todos os países e o modelo a ser seguido seriam os países desenvolvidos até então. Portanto esse seria o modelo que o Brasil viria a seguir, ou seja, o imperialismo no Brasil é modernizador e pode-se dizer que o processo de reforma do período de 1964-68, definido no contexto do reforço da subordinação política e econômica do país, foi responsável pela edificação do modelo universitário norte-americano no Brasil, sendo considerado o modelo mais avançado encontrado no capitalismo. As razões políticas para um envolvimento maior da Usaid (United States Agency for International Development) com o ensino superior no país são apontadas pelo contexto da Guerra Fria. O mecanismo para que o país permanecesse “livre” e próximo aos Estados Unidos estava no ensino superior, pois a formação da sociedade brasileira nas gerações seguintes estava na mão dos professores universitários que formam os mestres e os dirigentes do Brasil (CUNHA, 2007a).

¹ A taxa bruta de matrícula relaciona o total de matriculados no ensino superior, de todas as idades, com a população total de jovens entre 18 e 24 anos.

Entretanto, Cunha (2007a) traz a discussão de que a influência do modelo organizacional norte-americano aplicado nas universidades no Brasil não começa nos acordos realizados pelo Usaid com o Ministério da Educação (MEC-Usaid), mas que essa já se encontra nos planos governamentais desde meados da década de 40, além de que a primeira universidade a seguir o modelo norte-americano foi a Universidade de Brasília (UnB), seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que inspirou no modelo da primeira. A mudança realizada pela UnB consistia na radical mudança de organização dos recursos materiais e humanos da universidade, que em vez de agrupá-los em função das faculdades, passaram a ser agregados em departamentos. Além disso, o conhecimento a ser ensinado se descolou das matérias correspondentes às cátedras, dando origem a pequenas unidades chamadas disciplinas; e para os estudantes, surge um sistema de contabilidade a ser composto no currículo, conhecido como créditos (CUNHA, 2007a).

Foi durante o período de 1964 a 1968 que a doutrina da reforma universitária brasileira toma forma, através de dois decretos-leis (53/66 e 252/67) e na Lei 5.540, de novembro de 1968. Esta Lei, foi criada por um anteprojeto elaborado por um grupo de trabalho cuja formação se deu de membros do Conselho Federal de Educação (CFE) e professores universitários. Nesse período a ditadura militar em relação ao ensino superior se move em duas faces: a procura em dominar o movimento estudantil, que atingiu uma grande mobilização e desempenhado um grande papel no processo político anterior ao golpe; e a pretensão de estabelecer novos lineamentos para as estruturas educativas, com o objetivo de adequá-las os novos objetivos econômicos e políticos do grande capital (MARINI & SPELLER, 1977).

Para Florestan Fernandes, a reforma de 1968 criou condições para o surgimento de um ensino privado que este denominou de antigo padrão brasileiro de escola superior, isto é, instituições organizadas isoladas, voltadas meramente para a transmissão de conhecimentos de cunho profissionalizante, distanciados do ambiente de pesquisa, que pouco contribuem para a formação da intelectualidade crítica para a análise da sociedade brasileira (FERNANDES, 1975).

Se os decretos-leis 53/66 e 252/67 estimulou a modernização/controle das universidades federais, a Lei 5540 de novembro de 1968 alcançou todas as instituições de ensino superior. Antes disso, não houve um projeto expresso de lei que permitisse esse processo de modernização, sendo primeiramente encontrado com destaque nas Universidade de Brasília, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Essa gradação na modernização se deu por alguns fatores. Primeiro de que o processo, conforme o modelo norte-americano, vinha se desenvolvendo desde os anos de 1940; segundo de que era preciso vencer a resistência encontrada tanto pelo movimento estudantil, quanto pelos professores e administradores, que se postavam contra; e por fim, a resiliência de alguns traços da ideologia liberal em grupos

detentores do poder autoritário, que incorporaram certas inspirações à autonomia universitária, ao menos em termos formais. (CUNHA, 2007a).

A Lei 5540, assinada em novembro de 1968 pelo presidente Costa e Silva, estabeleceu as novas normas de funcionamento e organização do ensino superior. A Lei dividiu o curso de graduação em dois, ciclo básico e ciclo profissional, a adoção de dois níveis de pós-graduação (mestrado e doutorado), extinguiu a cátedra, criou o regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores, e constituiu a divisão departamental. As instituições privadas foram reconhecidas como entidades assistidas pelo poder público, sem poder receber subsídios governamentais (BRASIL, 1968). Anteriormente, a revisão do Plano Nacional de Educação em 1965 permitiu a destinação de 5% do Fundo Nacional do Ensino Superior para subvencionar as instituições de ensino superior privadas. Isto, em adição à contenção do crescimento de estabelecimentos de universidades públicas, permitiu grandes possibilidades de crescimento do setor privado no atendimento da demanda no acesso ao ensino superior (CUNHA, 2007a).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 seguiu as prerrogativas da Constituição de 1946, a qual condicionava a gratuidade do ensino superior à comprovação de pobreza. O processo de federalização do ensino superior, iniciado na década de 50, acabou por tornar insignificante as taxas estudantis, pois não foram corrigidas em referência a inflação. Após o golpe de 64, o Conselho Federal de Educação (CFE) divulgou um parecer que condenava a prática da gratuidade em instituições de ensino federais, alegando prejuízo aos cofres públicos. Durante esse regime, portanto, foi encontrado um modelo híbrido, na qual algumas instituições públicas cobravam taxas e outras não. A saída encontrada para aumentar o acesso ao ensino superior com cobranças que não coincidia com a possibilidade de pagamento pela maioria da população, assim como no governo de Vargas, foi o crédito educativo (CASTELLANO, 2015).

Com a justificativa de que não poderia abrir novas vagas nas universidades públicas, o governo durante a ditadura civil-militar estimulou a abertura de vagas no sistema privado em instituições universitárias ou não por meio de isenções tributárias e empréstimos estudantis fortemente subsidiadas pelo poder público. O sistema de bolsas foi colocado em prática pela Emenda Constitucional n. 1, de 1969, e pelo artigo 20 da Constituição de 1967, que vedava a União, Estados e aos municípios a cobrança de imposto sobre renda, serviços e patrimônios de estabelecimentos de ensino (LEHER, 2013).

Essencialmente, este foi o marco jurídico no qual se desenvolveu a educação superior brasileira durante o período do regime militar. Marini e Speller (1977) sintetiza em três linhas básicas o pensamento governamental dessa época. Primeiro, o liberalismo, no sentido clássico, no qual o Estado só exerce um papel normativo, deixando na mão da iniciativa privada a gestão da educação; segundo, o desenvolvimentismo, ou seja, a ênfase na educação como fator decisivo para o

crescimento econômico; e por fim, o doutrinário, cuja a perspectiva educacional aparece como um elemento integrativo da defesa da segurança nacional (MARINI & SPELLER, 1977).

Entre 1960 e 1980 houve um aumento de aproximadamente 500% nas vagas em universidades (1,4 milhão), mas em grande parte essa expansão das vagas se concentrou no setor privado, com crescimento de 800%. A solução do problema de acesso às universidades se deu pela expansão do ensino superior privado, legitimando a contrarreforma de 1968 (LEHER, 2013).

O Programa de Crédito Educativo (PCE) foi criado durante o governo de Ernesto Geisel, em 23 de agosto de 1975, apresentado pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Exposição de Motivos nº 393, de 18 de agosto de 1975. Os empréstimos, inicialmente, eram concedidos somente a estudantes que pleiteavam vagas no ensino superior privado das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, sendo em seguida expandida para as IES de outras regiões do país. De sua criação até 1983, o programa funcionou com recursos mistos da esfera pública e da esfera privada, advindos da Caixa Econômica Federal (CEF), do Banco do Brasil e de bancos comerciais (GAMA, 2010).

Com o PCE o setor privado esperava ganhar em dobro: os bancos por conseguirem renda de um dinheiro que antes não emprestavam; os proprietários das IES, por manterem sua receita com a diminuição do número de alunos que largavam os cursos por não terem como pagá-los. Apesar de ser uma operação deficitária para a Caixa Econômica Federal, o crédito educativo era extremamente lucrativo para a faculdade, pois a CEF estimava o valor total das mensalidades que seriam pagas no semestre aplicando “uma correção monetária futura”. Em vez de se descontar por pagamento à vista, a correção era para mais. Para os estudantes os resultados do PCE foram duvidosos. No início de 1983, dos 250 mil estudantes usuários do programa, 200 mil estavam inadimplentes, seja por não pagar as prestações ou por não terem pago sequer uma prestação (CUNHA, 1991, p.341).

A partir do ano de 1983 há a alteração na forma do custeio do Programa de Crédito Educativo, passando a vir do orçamento do MEC e das loterias de prêmios não resgatados, destinadas à aplicação do Fundo de Assistência Social (FAS). A Caixa Econômica Federal passou a ser o único agente financeiro responsável na operação dos empréstimos aos estudantes (GAMA, 2010).

Os juros indexados aos contratos do PCE eram de 6% ao ano. As bolsas concedidas poderiam ser de 50% ou 100%, de acordo com os critérios do Índice de Classificação (IC), que era relacionada a renda e moradia (alugada ou própria). Apresentava doze meses de carência, ou seja, o estudante tinha doze meses após o término do financiamento para iniciar o pagamento, e o prazo estipulado para o pagamento da dívida era de uma vez e meia o tempo do curso. Portanto, se o aluno fez um curso de 5 anos, o prazo para o pagamento do empréstimo seria de sete anos e seis meses.

A crítica à ditadura fez com que na Constituinte de 1988 as forças mais progressistas lutassem para que verbas públicas fossem destinadas somente às escolas públicas. A Constituição de 1988 foi considerada um avanço em relação às cartas anteriores no que se refere ao direito à educação, apesar

de permitir a destinação de verbas públicas para escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais sem fins lucrativos (art. 213). Em relação a bolsas de estudos, somente seriam admitidas nos ensinos fundamental e médio, se faltassem vagas na rede pública (art. 213 §1). Caberia à LDB em vigor (Lei nº 9434/96) regulamentar esse parágrafo, o que não aconteceu. Entretanto, a LDB, através do Art. 45 abriu a possibilidade de existência de IES privadas lucrativas e as não-lucrativas. Portanto, a redação atual da Constituição Federal não permite a transferência de recursos para instituições privadas com fins lucrativos, e no caso de bolsas, haveria necessidade de regulamentação; não obstante, vários desses dispositivos vem sendo desrespeitados (PINTO, 2016).

No governo de Fernando Collor (1990-1992) tem o aprofundamento da retirada do Estado no tocante aos investimentos na área social, associado ao ajuste fiscal, privatização do patrimônio nacional, abertura do mercado brasileiro, e avanço na desregulamentação do mercado de trabalho (LIMA, 2005). É no governo de Collor que ocorre a reformulação do Programa de Crédito Educativo, se transformando no CREDUC.

O CREDUC (Lei nº 8.436/1992) foi um programa voltado para estudantes carentes, financiado com o uso de verba pública com o objetivo de financiar o ensino superior privado, cobrindo entre cinquenta e cem por cento o valor das mensalidades. Os recursos eram depositados pela Caixa Econômica Federal na conta da instituição de ensino superior participante do programa (BRASIL, 2002). Em seu último ano de funcionamento (1997), o CREDUC apresentava um índice de 83% de inadimplentes (BARROS, 2003). Em 30 de junho de 1998, foi promulgada a Medida Provisória nº 1.706, que tratava sobre a negociação dos débitos assumidos pelos estudantes, durante o período de vigência do programa, extinto nesse mesmo ano.

Foi no governo Fernando Henrique Cardoso que se institucionalizou o caráter privado-mercantil das IES privadas, através do Decreto nº 2306/1997 regulamentado pelo Art. 45 da LDB. Após a expansão das matrículas privadas entre 1995-1999, o setor educacional foi afetado por uma crise da qual não havia mercado consumidor, com renda, para comprar o serviço educacional. Optou-se em ampliar o acesso, mesmo que financiando o setor privado, pois o diagnóstico do governo foi de que o setor público não daria conta e era ineficiente nos gastos. A expansão, entretanto, foi liderada por instituições com fins lucrativos. O setor privado foi beneficiado com duas medidas: isenções tributárias para as organizações privadas, indo além dos limites previstos na Constituição, permitindo para que se tivesse a concessão de isenções as universidades com fins lucrativos através do PROUNI (Programa Universidade para Todos), e o programa de empréstimos subsidiados aos estudantes (Fies) (LEHER, 2013).

Cabe destacar que a abertura do mercado para as instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos em 1997 (Decretos nº 2207 e nº 2306) e o IPO (oferta pública inicial, ou seja, quando as ações da empresa são vendidas publicamente na bolsa de valores pela primeira vez) das quatro

primeiras empresas a fazê-lo em 2008 (Kroton, Estácio, Anhanguera e SEB – Sistema Educacional Brasileiro), foram provavelmente a principal causa de sua expansão, e, também, do desaparecimento de 2/3 das IES comunitárias e confessionais na última década (SGUISSARDI, 2015).

A abertura do capital ao mercado das empresas de ensino superior privadas e a valorização destas permitiram a compra de instituições menores espalhadas pelo país e a formação de grandes grupos empresariais, (VALE; CHAVES; CARVALHO, 2013) além de permitir que as grandes companhias do campo educacional terem participação acionária de fundos de investimentos, geralmente transnacionais. Entre os cinco maiores grupos educacionais brasileiros tinha-se, em 2003, Unip, Estácio, Anhanguera, Kroton e Laureate, sendo quatro comandados por empresas do setor financeiro, sendo a Estácio administrada pela GP; a Anhanguera pelo banco Pátria; a Kroton pela Advent International e a Laureate pelo fundo americano KKR (BRAGA, 2003).

Em 2017, segundo o ranking das dez maiores empresas educacionais feito pela Folha de São Paulo², a Kroton (que contém entre suas principais marcas a Anhanguera, Universidade Norte do Paraná (Unopar) e Pitágoras) era não somente maior empresa relacionada a educação do Brasil, mas no mundo todo, com mais de 840 mil alunos. Em sequência à Kroton, a Estácio ocupa a segunda posição seguida pela UNIP, com mais de 400 mil alunos cada. A Laureate (proprietária de marcas como o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e da Universidade Anhembi Morumbi) e a Cruzeiro do Sul Educacional (proprietária da Universidade Cruzeiro do Sul e do Colégio Alto Padrão) fecham o ranking das cinco maiores empresas educacionais do país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Essa expansão das IES privadas foi promovida pelo ajuste neoliberal que se passou no Brasil a partir do fim da década de 1980 e início da década de 1990, através do Consenso de Washington e do Governo Collor, mas com especial força a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para Fonseca, as modificações ocorridas no período da ditadura militar decorreram da execução de um projeto de desenvolvimento baseado no capital externo. Para isso ser possível, foi definido uma política educacional que pudesse assegurar a dominação, o controle social e, simultaneamente, garantir a formação de mão de obra para o setor produtivo, com reduzido uso de recursos públicos (FONSECA, citado por CHAVES & AMARAL, 2016). O governo FHC, segundo Sguissardi (2014), primou pelo fortalecimento do privado-mercantil, o que vimos que aconteceu com a liberação da educação superior para o privado lucrativo a partir de 1997. Ao mesmo tempo e sob pressão do Banco Mundial e do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), o Ministro da Educação à época, Paulo Renato de Souza, conduziu o enfraquecimento do setor federal da educação superior, congelando recursos financeiros e salários, enquanto nesse mesmo período investiam na

² Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/17/dez-maiores-do-ensino-superior/>

negociação dos já citados decretos 2207 e 2306, permitindo a mercantilização da educação superior. Dessa forma, seguiu-se à risca as determinações do Banco Mundial, que disseminava as teses para o ajuste neoliberal da educação a ser feito. Percebem-se mudanças já no período entre 1997 e 1999, no qual as IES com fins lucrativos já eram 58% do total das IES privadas ou 48% do total de IES privadas e públicas, sendo que em 2010 esse número já era de 77,8% das IES do país (SGUISSARDI, 2014). Entre 1980 a 2002 houve um crescimento das vagas no ensino superior de 1,9 vezes na rede federal, 3,9 para estadual, 1,4 para municipal, e um crescimento explosivo na rede privada de 5,3 vezes. Esse crescimento também é encontrado nas matrículas: entre 1995 e 2002 o número de vagas oferecidas pelo setor privado cresceu 3,4 vezes e, entre 2000 e 2002, o aumento foi superior a 52% (PINTO, 2004).

Em 1995, o antigo CFE é extinto e criado em seu lugar o Conselho Nacional de Educação (CNE), com poderes reduzidos em relação ao conselho anterior. Elaborado durante o primeiro governo FHC, o Plano Plurianual (1996-1999), esperava a expansão do ensino superior público, entretanto, o controle das despesas pelo governo, somado ao afrouxamento das restrições anteriormente impostas pelo extinto CFE, contribuíram para a significativa expansão do setor privado (CORBUCCI, 2004).

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff prevaleceu uma maior expansão do setor privado ante o setor público, favorecendo os interesses dos empresários e das famílias que não conseguiam pagar mensalidades em universidades. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve um aumento de 55% nas matrículas públicas e 129,8% entre as matrículas das instituições de ensino superior (IES) privadas; no governo Lula (2003-2010) a ampliação de matrículas em IES públicas foi de 39,7% e nas IES privadas de 71,5%; e no governo de Dilma Rousseff, até o ano de 2014, houve um aumento de 19,3% nas matrículas públicas e de 23,9% nas privadas (CHAVES & AMARAL, 2016).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), por meio da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Em seu artigo 1º institui “sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudos integrais e bolsas de estudos parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% para estudantes de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos” (BRASIL, 2005). O governo Dilma manteve o Fies e o PROUNI, elevando os recursos associados ao primeiro (CHAVES & AMARAL, 2016).

O PROUNI é um programa que concede bolsas de estudos que não geram nenhum gasto ao aluno após a conclusão do curso. Ou seja, não é um empréstimo como um programa de crédito educativo. O PROUNI se caracteriza por ser um programa de renúncia fiscal, em que a instituição de

ensino superior privada deixa de recolher alguns tributos e oferece em troca bolsas integrais, para estudantes com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, e de bolsas parciais para estudantes em que a renda per capita familiar não ultrapassa três salários mínimos (BRASIL, 2005).

As instituições de ensino superior com fins lucrativos, assim como as sem fins lucrativos, ao aderir ao PROUNI ficam isentos dos seguintes tributos, como está na redação do artigo 8º da Lei nº 11.096: I – Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas; II – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; III – Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; IV – Contribuição para Programa de Integração Social (BRASIL, 2005).

Na visão de Pinto (2016), o PROUNI se configura, na prática, como um programa de compra de vagas, e, ao ser direcionado também para IES com fins lucrativos, viola o artigo 213 da Constituição Federal, que só permite a destinação de recursos públicos para instituições não lucrativas. Criado sob a justificativa de democratização do acesso, o programa visava atender basicamente à demanda do setor privado acerca da ociosidade de vagas do setor, e também foi uma forma do governo Lula se aproximar de um setor que lhe era crítico (PINTO, 2016).

No período de 2010 a 2013 foram oferecidas uma média anual de 257 mil bolsas, entretanto somente 177 mil em média foram ocupadas. Mesmo com a sobra de bolsas ofertadas, as instituições recebiam isenções de tributos, independentemente de a vaga ter sido ocupada. Em 2011, através da Lei nº 12.431/2011, por indicação do Tribunal de Contas da União, foi alterada a legislação anterior, determinando que a isenção fiscal para cada IES fosse calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas ofertadas. Com a mudança na Lei, houve uma ampliação na receita de 303,5 milhões de reais em 2013, sendo que os valores superaram um bilhão de reais em 2013 e 2014, o que mostra que as instituições passaram a se preocupar com a ociosidade das vagas. Entretanto, questiona-se se essa é a maneira mais eficiente de alocar esses recursos que a União deixa de arrecadar; se não seria mais adequado utilizá-los para ampliar o sistema público. Além disto, o PROUNI apresenta sérios problemas operacionais constatados tanto na auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto pela Controladoria-Geral da União (CGU), que destacou a concessão de bolsas para candidatos no qual a renda familiar não atende aos critérios do programa, Cadastro de Pessoas Físicas (CPFs) com divergência de titularidade, bolsas em utilização de estudantes falecidos, entre outras coisas. O que ajuda a entender essa grande inconsistência no sistema de bancos de dados do PROUNI é que cabe à própria IES conferir a documentação do bolsista com as informações prestadas pelos inscritos no programa. Ou seja, como a instituição é a principal interessada na isenção fiscal, não há como esperar um rigor nessa análise, ou mesmo nos critérios de seleção (PINTO, 2016).

1.2 – Aspectos históricos do Fies

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi criado no governo de FHC através da Medida Provisória nº 1827, de 27 de maio de 1999, que se transformou na Lei nº 10.260, de julho de 2001. O Fies foi criado para substituir o Programa de Crédito Educativo (CHAVES & AMARAL, 2016). O artigo 1º da Lei do Fies determina que o fundo seja “destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria” (BRASIL, 2001).

Apesar das intenções do governo, a oferta de empréstimos acabou sendo limitada, oscilando ao longo dos anos do segundo mandato do governo FHC. Somente 4% das matrículas privadas foram contempladas com o Fies em seu primeiro ano de existência, número que foi reduzindo conforme os períodos seguintes, até o último ano de seu mandato. Contudo, apesar dessa queda, a introdução do Fies significou uma recuperação nos valores gastos com crédito educativo, que passaram a ser quase 10% do total das despesas do MEC com o ensino superior (CARVALHO, 2011).

O financiamento é destinado aos estudantes matriculados em cursos de educação profissional e tecnológica, programas de mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados, podendo ser financiados em até 100% das mensalidades cobrados dos estudantes pelas instituições privadas de ensino superior. Desde 2018, o estudante que firmar o contrato com o financiamento começará a pagar o financiamento no mês seguinte ao fim do seu uso, sendo que a conta de anos que ele terá de pagar será o número de anos que ele utilizou o fundo, multiplicado por três e mais doze meses (BRASIL, 2017). Contudo, o estudante que se inscreveu no programa no período anterior a este ano, entre 2012 e 2017, tem como período de carência dezoito meses após o mês subsequente ao da conclusão do curso (BRASIL, 2009). Em sua redação original, a amortização se dava imediatamente à conclusão do curso, ou antecipadamente, se assim o estudante financiado apresentasse a iniciativa (BRASIL, 2001), sendo alterado esse período em 2007, através da Lei nº 11.552, na qual o estudante teria um período de carência de 6 meses após a conclusão do curso para iniciar o pagamento do financiamento (BRASIL, 2007).

Os recursos financeiros do FIES são definidos no artigo 2º de sua redação na Lei nº 10.260/2001:

- I – dotações orçamentárias consignadas ao MEC [...];
- III – encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos [...];
- V – encargos e sanções contratualmente cobrados no âmbito do Programa de Crédito Educativo [...];
- VI – rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;
- VII – receitas patrimoniais;
- VIII – outras receitas (BRASIL, 2001).

Além destes, a Lei nº 10.260/01, em seu artigo 7º, autoriza a União emitir títulos da dívida pública, conhecidos como Certificados Financeiros do Tesouro – Série E (CFT-E) em favor do Fies. Os títulos emitidos se destinam as empresas mantenedoras das IES, que os utilizarão para pagar contribuições sociais e podendo ser utilizado também, como está no artigo 10 da mesma Lei, para o pagamento de todo tributo administrado pela Receita Federal (CHAVES & AMARAL, 2016).

Os Certificados Financeiros do Tesouro – Série E são títulos da dívida pública³ emitidos pelo Tesouro Nacional sendo a forma utilizada para os pagamentos dos encargos educacionais às entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, graças aos contratos de financiamento formalizados pelos estudantes junto aos agentes financeiros do Fies. Os CFT-E são intransferíveis, devendo ser utilizados preferencialmente no pagamento de contribuições previdenciárias e demais tributos administrados pela Receita Federal. No período de 2010 a 2016 foram repassados pelo Fies recursos aproximadamente de R\$ 56 bilhões, dos quais 46,2% foram repassados para a região Sudeste, 22,8% para a região Nordeste, 14,4% para a região Sul, 11,8% para a região Centro-Oeste, e 5,62% para a região Norte (FNDE, 2018).

A emissão dos títulos é realizada pela Diretoria de Tecnologia de Informação do MEC (DTI/MEC), que realiza a extração mensal a partir do Sistema Informatizado do Fies (SisFies) dos valores dos encargos educacionais devidos às IES. Em seguida, determina-se a quantidade necessária de títulos do tesouro nacional a serem emitidos. Os títulos emitidos são custodiados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Há então o resgate dos títulos CFT-E, momento no qual ocorre o pagamento das contribuições sociais e demais tributos das entidades mantenedoras (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2017).

Além disso, a cada trimestre o governo federal, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pode efetuar a recompra do saldo dos Certificados Financeiros do Tesouro – Série E, das entidades mantenedoras que estejam adimplentes com suas obrigações fiscais e previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, promovendo o depósito do valor na conta corrente da instituição, junto ao agente financeiro do Fies. O valor da recompra é calculado com base no número de CFT-E recomprado pelo agente operador do Fies, multiplicado pelo preço unitário do título na data da confirmação da solicitação da recompra pela entidade mantenedora. Os títulos recomprados pelo agente operador deverão ser utilizados exclusivamente para o pagamento dos encargos educacionais devidos às entidades mantenedoras do ensino superior. Entre 2010 e 2016 foram desembolsados pelo Governo Federal R\$ 39,3 bilhões de reais para recompra de títulos, dos quais 38,4% foram destinados a entidades mantenedoras no estado de São Paulo (FNDE, 2018).

³ Títulos da dívida pública são ativos de renda fixa que se constituem como opção de investimento para a sociedade, tendo a finalidade de captar recursos para o financiamento da dívida pública e financiar atividades do governo federal.

O funcionamento do Fies se diferenciava do CREDUC ao colocar a responsabilidade de oferta de crédito ao governo, com a gestão exclusiva da Caixa Econômica Federal, com maior preocupação sobre sua viabilidade financeira. Levando essa questão em consideração, a taxa de juros definida foi de 9% ao ano, o valor financiado foi limitado a 70% e passou a exigir um fiador por parte do aluno. Era necessário também pagar uma taxa de 50 reais a cada três meses para abatimento dos juros do financiamento (CARVALHO, 2011).

O Governo atribuiu a falta de fiador como um dos principais motivos de falência do CREDUC. O Fies foi, portanto, concebido com a ideia da necessidade de garantia com a presença do fiador, que tenha renda garantida por uma pessoa física, maior de idade, idoneidade cadastral e renda pessoal comprovável de no mínimo o dobro do valor total da mensalidade do curso a ser financiado. No caso do estudante com cadastro no PROUNI, a renda do fiador deve constar do total da mensalidade do curso a ser financiado (GAMA, 2010).

Após sua criação, o Fies foi passando por modificações durante os governos de Lula e Dilma. Ocorreram mudanças no período de 2008 a 2014, cujas características ficam mais claras conforme se analisa as propostas das reuniões anuais do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior, no qual o governo federal agiu para atender as demandas do setor privado. Essas mudanças foram criadas tanto pelo Poder Executivo, quanto pelo Legislativo (QUEIROZ, 2015).

A primeira mudança significativa foi a Portaria Normativa nº 02, de 31 de março de 2008, que articulou os recursos do FIES com a concessão de bolsas parciais do PROUNI. Os estudantes com bolsas de 50% podiam custear a diferença através do Fies. Dessa forma o governo Lula atendeu as demandas dos empresários da educação com a articulação dos dois programas, ampliando as possibilidades de destinar recursos públicos diretos e indiretos para IES privadas (QUEIROZ, 2015). Com a possibilidade de complementaridade do Fies ao PROUNI, e a determinação de que bolsistas parciais desse programa ocupassem a prioridade na obtenção de crédito, o Fies alcançou um grande número de beneficiados, mas em seguida, a quantidade de novos contratos voltou a diminuir. Para tanto, o governo se moveu para que tivesse a reversão desse movimento.

Com a Lei nº 12.087 de 2009, o governo concedeu a si mesmo a autorização para liberar quatro bilhões de reais de fundos para garantir diretamente o risco em operações de crédito, como o crédito educativo. Juruá (2015) destaca que o Governo Federal assumiu as funções de avalista e garantidor final de dívidas pessoais contraídas para fins de acesso a serviços públicos ofertados pelo setor privado. Antes da introdução de um fundo de garantia próprio (o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC), os empréstimos eram garantidos por fiança, que foi substituído gradualmente pela garantia prestada pelo Fundo. Em 2014, a portaria MEC nº 3 universalizou a garantia do Fundo para todos os estudantes financiados pelo Fies, mesmo para os contratos que ainda precisam apresentar fiança. Em 2017, cerca de 70% dos contratos do Fies são

garantidos pelo FGEDUC (alguns com fiança concomitante), e os 30% restantes são garantidos por fiança.

Em 2010, o governo atendeu à uma outra demanda do setor privado através da Medida Provisória nº 501, de 08 de setembro de 2010, que retirou do programa a exigência do fiador para alunos de baixa renda ou de cursos de licenciatura. Em 2011 essa MP foi transformada na Lei nº 12.385 de 03 de março de 2011, a qual juntamente com os decretos nº 7337 e 7338 e com a Portaria Normativa MEC nº 21, regulamentavam o FGEDUC (BRASIL, 2011).

Desde 2018 o financiamento ao estudante pelo Fies é um empréstimo feito pela União, por meio de uma instituição bancária, garantido pelo FGEDUC. Este fundo garantidor de crédito tem natureza privada, é de propriedade integral da União e é administrado pelo Banco do Brasil. O FGEDUC atua como devedor solidário e reduz o risco de crédito dos estudantes, o que permite a concessão de crédito sem a presença de um fiador para estudantes que tenham renda familiar de até 1,5 salários mínimos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Após 2010 o programa passou a ser gerido pelo FNDE, com participação do Banco do Brasil, após a promulgação da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, que modificou a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Essa lei também permitiu o abatimento de saldo devedor do Fies, de 1,00% ao mês, dos estudantes que atuarem como professores efetivos em exercício na rede pública de ensino básico ou de médico integrante da equipe de saúde da família (BRASIL, 2010). Essa modificação na Lei do Fies, trouxe várias outras mudanças que explicam o crescimento do programa após o ano de 2010. Uma dessas alterações seria a fixação da taxa de juros em 3,4% (negativa em termos reais) ao ano para todos os cursos da graduação para os novos contratantes. Antes, a taxa de juros era fixada em 3,5% ao ano para cursos considerados prioritários (cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, medicina, engenharia e geologia) e 6,5% ao ano para os demais cursos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Cabe destacar que as mudanças no programa a partir de 2010, responsáveis pelo aumento do número de matrículas Fies, não foi necessariamente direcionado para novos alunos, parte desses financiamentos foram para alunos previamente matriculados e que aproveitaram das novas condições de crédito para facilitar a permanência nos cursos (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017). Após essas mudanças do Fies em 2010, no ano seguinte, 1.150 IES privadas participavam do Fies entre as 1.473 instituições de ensino superior que existiam no país.

Em 2011 o Fies é alterado novamente pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. A partir de então, cria-se a possibilidade de financiamento para a educação profissional e tecnológica seja contratado pelo estudante, ou por empresas para seus empregados. Duas novas modalidades surgem: o FIES Técnico e o FIES Empresa (BRASIL, 2011). No ano de 2012, a presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 7790, aumentando o prazo de carência para dezoito meses, ou seja, o indivíduo

que utilizou o Fies começaria a pagar os empréstimos a partir do décimo nono mês após a conclusão do curso, diferentemente dos seis meses de amortização de anteriormente (BRASIL, 2012).

A Portaria Normativa nº 14 de 2012 alterou a definição dos passíveis a receber financiamento pelo Fies. Foi definido que indivíduos cuja renda familiar bruta está entre quinze e vinte salários mínimos poderão receber até 50% de financiamento; até 75% para os quais a renda familiar bruta é maior de dez até quinze salários mínimos; e de até 100% para os estudantes cuja renda mensal familiar bruta seja menor de dez salários mínimos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012). Antes dessa mudança, o financiamento era de até 100% do valor de parte da mensalidade devida pelo bolsista parcial do ProUni à IES, até 75% do valor da mensalidade para não-bolsistas do ProUni matriculados em cursos prioritários, e 50% do valor da mensalidade total para o estudante não-bolsista do ProUni, matriculados nos demais cursos.

Em 2014, já sob efeito das políticas de ajuste fiscal, através das portarias 21 e 23 do Fies, de 29 de dezembro, endureceram os critérios para concessão dos empréstimos para esse Fundo, causando impacto sobre as IES beneficiárias. Os novos critérios para o aluno ter acesso ao Fies seriam: nota superior a 450 no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); nota superior a zero em redação e cronograma de desembolso dos recursos do FIES para as IES em oito parcelas ao invés de doze. Tais mudanças representam, segundo Sguissardi (2014), “uma redução de um terço dos beneficiários ou redução de 8 a 35% do total de matrículas, a depender do grau de adesão de cada IES a esse programa”. Com as mudanças implementadas no ajuste fiscal estabelecido pelo segundo governo Dilma a partir de 2015 tem-se a volta da taxa de juros para 6,5%, além de critérios mais rigorosos para o acesso ao financiamento. Além disso, o financiamento passou a ser concedido apenas para quem possuía renda família mensal bruta de 2,5 salários mínimos.

O desempenho das instituições de ensino superior passou a ser considerado a partir das mudanças do Fies em 2015. Os cursos de graduação com notas 4 e 5 no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) passaram a ser prioritários na obtenção do financiamento. Na visão do governo, essa medida foi necessária, pois muitos cursos com baixa qualidade eram beneficiários do programa, sem nenhuma restrição ou condicionalidades (CASTELLANO, 2015).

Entre os anos de 2014 e 2015 o MEC realizou uma avaliação com 4.529 cursos de ensino superior no qual 280 cursos apresentaram nota 1 ou 2. Os contratos Fies em vigor destas IES, estabelecidos anteriormente, foram mantidos. A utilização de estratégias como a demissão de professores com mestrado e doutorado, e a contratação de professores menos qualificados, com salários menores, são tendências em grandes grupos educacionais com vistas a reduzir custos. Ademais, tem a tendência de substituição do uso de livros por apostilas, o que tornou ainda mais urgente a intervenção feita pelo MEC quanto a qualidade das IES a serem contempladas pelo Fies (CASTELLANO, 2015).

Em consequência às medidas de endurecimento na contratação do Fies, as companhias mais lucrativas na Bovespa nos últimos dois anos até dezembro de 2014, perderam nos primeiros meses de 2015 entre 30% e 50% do valor de suas ações. O Fies, segundo Umpieres (2015), respondia por 44% das receitas totais da Kroton (KROT3), 40% da Estácio (EST3), 49% das receitas totais da Ser Educacional (SEER3) e 38% da Anima (ANIM3).

Também a partir de 2014 foi alterado a contabilização do valor de cada contrato de financiamento concedido, passando a considerar somente o semestre em curso, ao contrário de anteriormente que abrangia todo o período previsto para o curso. Isso permitiu que o limite de alavancagem do fundo fosse comprometido de forma mais gradual, a cada novo contrato ou a cada aditamento semestral. Além disso, até 3 de abril de 2012, o fundo garantia somente 80% do valor dos encargos educacionais, sendo que após essa data passou a garantir 90% do montante emprestado (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017).

No segundo mandato do governo Dilma Rousseff, foi estabelecido um limite de 6,41% para a correção anual do valor do financiamento, com o objetivo de proteger seus beneficiários de reajustes abusivos por parte das IES. Entretanto, essa medida foi contestada pelas instituições e em março de 2015 a Justiça decretou a suspensão do teto de indexação para as mantenedoras filiadas à Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) (FORENQUE, 2015).

Apesar dos elevados cortes realizados a partir de 2015, o Fies recebeu tratamento diferenciado. Os cortes na Educação foram de R\$ 9,4 bilhões, no início de 2015. Entretanto, a Medida Provisória 686, de julho de 2015, concedeu crédito extraordinário no valor de R\$ 9,82 bilhões em favor do MEC, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, sendo que mais da metade desta quantia foi destinado ao Fies (BRASIL, 2015)

Observa-se que o gasto geral com a educação superior nos governos de Lula e Dilma Rousseff teve uma expansão significativa em termos reais. Bressan (2018), mostra que de acordo com os dados do Tesouro Nacional, entre os anos de 2003 e 2015, houve um aumento de 188% nos gastos, alcançando o patamar de R\$ 13,8 bilhões. Adicionando o Fies nessa estimativa, esse valor ultrapassa R\$ 28 bilhões, uma expansão de 484% em termos reais. Os gastos com a educação superior em 2002 equivaliam a 10% de todos os gastos em educação e cultura pelo governo federal, sendo de 21% em 2015. Enquanto que no governo Lula os gastos com a educação superior ampliaram de 100% contando o Fies e 77% sem, no governo Dilma houve um aumento de 138% com Fies e 45% sem, demonstrando a prioridade deste governo em relação ao Fies (BRESSAN, 2018).

Até o segundo semestre de 2016, o valor máximo a ser financiado era de sete mil reais ao mês (R\$ 42 mil por semestre). Essa restrição estava implementada no SisFies, mas não constava em Portarias Normativas que dispunham acerca o processo seletivo. Esse valor máximo a ser financiado mudou no primeiro semestre de 2017, possibilitando financiamentos de até R\$ 30 mil reais por

semestre (PORTARIA NORMATIVA Nº 04, fevereiro de 2017). O quadro a seguir apresenta uma síntese das principais características do Fies entre 1999 até 2017 e suas principais mudanças nesse período.

Quadro 1 – Evolução do Fies (1999-2016)

	1999 a 2006	2007 a 2009	2010 a 2014	2015 a 2017
Taxa de Juros	9% ao ano	6,5% a.a. (3,5% para prioridades)	3,4% a.a.	6,5% a.a.
Carência	6 meses	6 meses	18 meses	18 meses
Valor máximo financiado do curso	70%	100%	100%	100%
Tempo de quitação	2x o tempo do período financiado	2x o tempo do período financiado, acrescido de 12 meses	3x o tempo do período financiado, acrescido de 12 meses	3x o tempo de duração do curso
Valor referente dos juros do empréstimo	R\$ 50,00	R 50,00	R\$ 50,00	R\$ 150,00
CrITÉrios de seleção	*	Não eram excludentes, mas classificatórios, com prioridades para estudantes de menor renda	Renda bruta família de até 20 salários mínimos	Nota mínima no ENEM e renda familiar mensal bruta de até 2,5 s.m.
Prioridades	*	Cursos superiores de tecnologia, licenciaturas em física, química, matemática e biologia, cursos de medicina, engenharia e geologia	-	IES com conceito 4 e 5 no SINAES; Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e Cursos de engenharias, licenciaturas, pedagogia e área da saúde
Quantidade de novos contratos	455 mil	155 mil	1,9 milhões	488 mil**

Fonte: Bressan (2018)

*Não foram encontradas informações

** Até 2016

No dia 7 de dezembro de 2017 foi aprovada a Lei nº 13.530 que alterou novamente a Lei do Fies (nº 10.260) com a justificativa de que o programa precisava ser reestruturado para cobrir um rombo de 32 bilhões de reais, garantindo que as mudanças são necessárias para garantir a sustentabilidade e a continuidade do programa. As alterações valem para os contratantes do Fundo a partir de 2018, e entre as alterações, destaca-se o fim do período de carência entre o fim do curso e o início do pagamento; com essas mudanças, o usuário do Fies começa a pagar o empréstimo um mês após a conclusão do curso, podendo consignar a dívida à folha de pagamento, caso o estudante esteja empregado. Outra mudança que se destaca é a criação do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), uma espécie de seguro privado com limite de 3 bilhões de reais, ao qual deverão se vincular obrigatoriamente as instituições privadas de ensino que adotam o programa. A instituição de ensino que tiver interesse em aderir ao Fies deverá aplicar percentuais que variam de 10% a 25% sobre os encargos educacionais, de acordo com o tempo de vínculo da entidade mantenedora ao fundo garantidor. Com a mudança, instituições financeiras oficiais (bancos ou administradores de crédito), podem atuar como agente operador do Fies, e empresas financeiras poderão ser contratadas para o serviço de cobrança administrativa (BRASIL, 2017).

O Fies a partir dessas mudanças passa a ser estruturado em três diferentes modelos, dependendo do contratante do empréstimo:

- Fies 1: 150 mil vagas para estudantes com renda familiar de até três salários mínimos, sem cobranças de juros;
- Fies 2: 150 mil vagas para estudantes do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com juros reduzidos entre 2,5% e 3,5%;
- Fies 3: 80 mil vagas, para os outros estudantes, podendo ser operada por bancos privados com juros fixados em 6,5% ao ano.

As mudanças recentes na Lei do Fies têm como objetivo combater a inadimplência, tendo um refinanciamento para aqueles que estão em débitos nas prestações. Há também nesse momento a destinação de recursos regionais (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO); Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE); Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA); Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO); Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE); e Fundos Constitucionais do Centro Oeste (FCO) para o Fies, além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Retira-se as verbas desses fundos para justificar a cobrança de juros menores para estas regiões.

A evolução dos valores financeiros utilizados no Fies, foram de 2,4 bilhões de reais em 2000, se mantendo quase constante durante anos, até ter um aumento a partir de 2012, ano em que os recursos totais utilizados para com o FIES foi de 7 bilhões de reais, e em 2015, último ano analisado

por Chaves e Amaral (2016), foi de 15,5 bilhões de reais – ressaltando-se que esses valores estão corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) (CHAVES & AMARAL, 2016).

Pinto (2016) apresenta a expansão rápida que houve no Fies entre 2009 e 2014, não somente entre os valores destinados pelo Ministério da Educação, mas também no número de contratos de financiamentos realizados. Nesse período, 1,9 milhão de financiamentos foram feitos, e os gastos cresceram mais de cinco vezes em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), atingindo o valor de 12 bilhões de reais em 2014, correspondente a 0,22% do PIB. Esse valor gasto pelo MEC corresponde à metade do que foi gasto em desenvolvimento e manutenção com o ensino superior federal.

A participação nas matrículas dos alunos contratantes do Fies nas instituições da rede privada passou de 5% em 2009 para 39% em 2015. Esse crescimento a partir de 2010 é justificado a partir das mudanças na Lei do Fies, permitindo um maior acesso dos estudantes ao Fies. Entretanto o Fies não tem sido eficaz em auxiliar no cumprimento das metas do Plano Nacional da Educação (PNE). A meta em questão tem como objetivo elevar as matrículas no ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, sendo que ao menos 40% das novas matrículas ocorram nas universidades públicas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017). O gráfico 1 mostra a quantidade de novos contratos no Fies por ano.

Gráfico 1 – Quantidade de novos contratos no Fies por ano (em milhares)

Fonte: FNDE/MEC

Cabe ressaltar o peso dos recursos destinados ao Fies comparado aos gastos federais na Função Educação. A União lança nesta os recursos totais aplicados nas instituições educativas federais, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação (Fundeb), à estrutura do MEC, ao FIES e ao ProUni, etc. O valor do Fies em 2015 correspondeu a 14,2% dos recursos da Função Educação, sendo superior ao gasto com complementação da União ao Fundeb. Dessa forma, fica nítida a abrangência que esse programa de financiamento estudantil assumiu (CHAVES & AMARAL, 2016).

O ônus fiscal do Fies é calculado a partir dos custos relacionados ao programa, que corresponde na soma da despesa financeira total do fundo, os aportes ao FGEDUC, as despesas administrativas e os subsídios implícitos. Em 2015 essa soma totalizou 21,9 bilhões de reais, e 32,3 bilhões de reais em 2016, ultrapassando o valor pago com o Bolsa Família no mesmo ano (28,6 bilhões de reais) (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017). A tabela 1 apresenta o custo anual do Fies entre 2011 e 2017.

Tabela 1 – Custo anual do Fies entre os anos de 2011 e 2017 (milhões R\$).

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa	1.385	4.476	7.574	13.702	14.016	19.263	20.714
Financeira							
Aportes no	-	136	0	1.291	464	564	73*
FGEDUC							
Despesas	49	224	113	67	739	1.000	1.149*
Administrativas							
Subsídio	16	520	591	1.840	6.655	11.434	8.350*
Implícito							
Total	1.900	5.356	8.278	16.900	21.874	32.261	30.286

Fonte: MF/STN e SEAE.

* Valores estimados

O que diminui o grau de confiança nesse programa é o histórico de inadimplência dos programas de financiamento estudantil no Brasil. O Programa Crédito Educativo, em 1975, na época da Ditadura Militar, liberou a criação de instituições privadas de ensino superior (MARTINS, 1981). Em seguida, em 1992, no governo Collor, o programa virou o também já citado CREDUC, que foi à falência em 1997. Em seu último ano a inadimplência era de 83%, e ainda havia em 2005, mais de 145 mil contratos ativos no valor de R\$ 2,5 bilhões de reais, com 55% dos contratos com dívida acima de dez mil reais. Portanto, o provável grande fim do Fies será uma dívida impagável por parte dos milhões de contratantes do programa (PINTO, 2016).

No relatório de Auditoria Anual de Contas do Fies de 2014, no portal do Ministério da Educação, constata-se, por exemplo, que 52,86% (166.532) dos contratos estão com o pagamento em dia do FIES, e que 23,66% (74.550), 3,26% a mais que no ano anterior, estão com o pagamento do programa atrasado em mais de 360 dias e esta porcentagem tende a subir nos próximos anos por causa da crise econômica que o país enfrenta atualmente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

No ano de 2014 o endividamento médio dos beneficiários se situava em torno de 40 mil reais. Segundo Castellano (2016), tal dado pode ser considerado um fator preocupante, pelo caráter cíclico que ele adquire. Com a crise instaurada a partir de 2016, com a redução do número de vagas de trabalho, a tendência é que os usuários do Fies não sejam capazes de pagar suas dívidas, ficando fragilizados no início de sua vida produtiva (CASTELLANO, 2016). Ademais, para os estudantes que adentraram no programa entre 2010 (Lei nº 12.202) e 2017 (Lei nº 13.530), com prazo de quitação prolongado, o aluno levará mais de uma década para conseguir pagar toda a dívida financeira adquirida com o Fies (BRESSAN, 2018).

Esse fenômeno, segundo Bressan (2018), leva ao surgimento, no caso brasileiro, da “subjetivação contábil e financeira”, entre os estudantes do ensino superior privado. Os alunos, internalizam, de forma generalizada, a ideia de investidores de si mesmos, com o discurso de autoadministração e tomada de riscos. O financiamento adquirido é encarado como uma aposta para a obtenção de um futuro melhor, que em caso não se torne realidade, pode colocar os usuários do programa em posição de ainda maior fragilidade social.

Em 2017, a inadimplência no Fies chegou a 53% e o rombo no Tesouro Nacional era de R\$ 32,2 bilhões. Por consequência, foi divulgado que o programa precisava passar por alterações em suas regras de acesso e de pagamento das mensalidades (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017), o que fomentou a citada Lei nº 13.530 que entrou em vigor no fim do mesmo ano do lançamento do diagnóstico do Fies feito pelo Ministério da Fazenda.

Para avaliar o impacto da inadimplência dos empréstimos do Fies nas contas públicas precisa-se analisar dois contextos: primeiro, os contratos com garantia FGEDUC, no qual as contas públicas serão afetadas pela necessidade de aportes adicionais no fundo garantidor (para fazer frente às garantias junto ao fundo Fies e manter o grau de alavancagem); segundo, os contratos sem garantia FGEDUC, cujo impacto se materializa através da perda patrimonial do fundo Fies, já que as operações registradas serão baixadas do seu balanço patrimonial. Em ambos os casos há perda patrimonial do setor público. Cabe destacar que, no relatório apresentado pelo Ministério da Fazenda (2017), o percentual de inadimplentes com contratos em fase de amortização, é de 46,5% para os contratos a partir de 2010 e 51,4% para todo o estoque. A inadimplência considerada pelo FGEDUC (10%) é claramente subestimada, e considerando o percentual observado, a probabilidade de recuperação é baixa, assim como é verificado pela experiência internacional. Segundo o Banco Central, contratos

inadimplentes há mais de 90 dias são de baixa probabilidade de recuperação (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017). A tabela 2 apresenta os valores de perda por inadimplência e o impacto sobre o patrimônio público estimado entre o ano de 2017 e 2030.

Tabela 2 – Impacto da inadimplência do Fies sobre o patrimônio público considerando um cenário com 50% de inadimplentes (bilhões R\$)

	Estimativa de perdas por inadimplência (cenário 50%)
2017	0,1
2018	0,3
2019	0,7
2020	1,4
2021	2,4
2022	3,7
2023	4,9
2024	5,8
2025	6,3
2026	6,4
2027	6,3
2028	6,2
2029	5,8
2030	5,2

Fonte: MF/STE

A distribuição de vagas no Fies condiciona-se primeiramente à disponibilidade orçamentária e financeira do Fies, de acordo com as quais o MEC autoriza a quantidade de vagas a serem ofertadas, segundo a Portaria Normativa nº 09/2016. No entanto, não se estabelece inicialmente o número total de vagas a serem oferecidas, mesmo que se saiba o percentual a ser destinado a cada curso, já que o

valor da semestralidade é definido pelas mantenedoras e pelas IES, relacionado ao valor de mercado estabelecido por elas. Ou seja, as disponibilidades orçamentária e financeira são os próprios limitadores da vaga.

Em seguida, segundo a mesma Portaria Normativa, estabelece-se os percentuais de vagas de cursos em áreas prioritárias a serem oferecidos pelo Fies, respeitadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias. Para a distribuição das vagas prioritárias, primeiro é realizado a exclusão de cursos e IES que não atendem requisitos previstos no programa, como IES e mantenedoras bloqueadas; cursos bloqueados; e cursos com conceitos 1 e 2 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Preparada a lista de cursos disponíveis para o Fies, a alocação de vagas se dá de tal forma:

- Segmentação por microrregião;
- Segmentação por áreas prioritárias e não-prioritárias;
- Alocação por cursos nas áreas prioritárias;
- Alocação por cursos nas áreas não prioritárias;
- Redistribuição de vagas remanescentes em ordem decrescente do conceito SINAES do curso, priorizando dentro de cada conceito nas áreas prioritárias.

O primeiro critério aplicado para a distribuição das vagas, a segmentação por microrregião, leva em conta as demandas ao ensino superior e ao financiamento estudantil, calculando com base nos dados recentes do ENEM, do próprio Fies, e também com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), definido para cada microrregião. Já a segmentação entre as áreas prioritárias e não-prioritárias é fixada, respectivamente, em 60 e 40%.

Em relação a divisão das vagas para cada área prioritária têm-se, segundo o quadro a seguir:

Quadro 2 – Percentual de vagas para cada área prioritária

Área	Percentual
Cursos da área de saúde	50% (cinquenta por cento)
Cursos da área de engenharia	40% (quarenta por cento)
Cursos da área de licenciatura, Pedagogia e Normal Superior	10% (dez por cento)

Fonte: Portaria MEC nº 09/2016

Os cursos aptos a serem ofertados como prioritários em cada área definidas no quadro acima são definidos dessa forma, conforme a Portaria MEC nº 09/2016:

- Cursos da área de saúde: Biologia (Bacharelado), Biomedicina, Educação Física (Bacharelado), Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina (45% das vagas destinadas para a área da saúde devem ser destinadas para cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional);
- Cursos da área de Engenharia: todos cursos do Cadastro do e-MEC que possuam “Engenharia” na nomenclatura;
- Cursos da área de licenciatura: Pedagogia e Normal Superior, Português, Biologia, Matemática, Educação Física, História, Geografia, Língua Estrangeira, Química, Física, Artes, Sociologia e demais licenciaturas. As vagas reservadas para os cursos da área de licenciatura, Pedagogia e Normal Superior, devem ser destinados os percentuais da seguinte forma:

Quadro 3 – Proporção da oferta de vagas na área de Licenciatura

Grupo de Cursos	Percentual
Física, Química e Língua Estrangeira	25% (vinte e cinco por cento)
Sociologia, Artes e Filosofia	25% (vinte e cinco por cento)
Geografia, História e Educação Física	15% (quinze por cento)
Matemática, Biologia e Português	15% (quinze por cento)
Pedagogia e Normal Superior	15% (quinze por cento)
Demais licenciaturas	5% (cinco por cento)

Fonte: Portaria MEC nº 09/2016

Já os dez cursos com mais financiamentos do Fies no Brasil entre os anos de 2010 e 2016 são encontrados no quadro a seguir.

Quadro 4 – Cursos mais financiados entre 2010 e 2016 no Brasil.

Nº	Cursos mais financiados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Geral
1	Direito	13.654	26.529	56.207	85.921	110.512	46.932	26.986	366.741
2	Administração	5.038	11.061	35.080	48.723	55.521	16.678	11.026	183.127

3	Engenharia Civil	3.430	9.448	25.623	41.498	57.760	25.129	16.113	179.001
4	Enfermagem	6.725	13.102	28.712	37.313	48.307	20.376	16.763	171.298
5	Psicologia	3.427	6.496	16.113	25.390	36.920	15.543	12.370	116.259
6	Pedagogia	1.315	5.201	19.779	27.793	30.132	8.992	5.058	98.270
7	Fisioterapia	2.628	5.581	13.010	19.062	28.615	13.017	10.391	92.304
8	Educação Física	2.072	4.667	12.212	20.896	30.605	11.070	9.685	91.207
9	Ciências Contábeis	2.183	5.240	15.775	22.491	28.127	9.699	6.980	90.495
10	Arquitetura e Urbanismo	1.679	3.835	8.832	15.158	23.472	10.171	6.014	69.161

Fonte: BI do MEC

Destaca-se a ausência do curso de Medicina, que, entre os cursos prioritários na área da saúde, e com direito a ocupar 45% das vagas, atrás de Enfermagem, Psicologia e Fisioterapia, no número de alunos Fies, também cursos da área da saúde. Ademais, a distribuição de 40% das vagas entre cursos não prioritários, sem apresentar qualquer desdobramento, permite que cursos como Direito, Ciências Contábeis e Administração estejam entre os cursos mais financiados, mesmo que não sejam cursos prioritários na distribuição de vagas. Conclui-se, segundo a Auditoria de Contas apresentadas pela CGU em 2017, de que a metodologia adotada para priorizar segmentos de formação profissional estratégicos é limitada, já que não consegue cumprir com o que é proposto.

1.3 – Revisão de literatura sobre o Fies

Para esta revisão de literatura, tomou-se por referência o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Uma simples busca com “Fies” retornou 118 resultados, sendo 102 dissertações de Mestrado, 31 dissertações de Mestrado Profissional e 25 teses de Doutorado. Primeiramente foram retirados 73 trabalhos, pois não relacionavam diretamente com o Fies como objeto central de análise. Em uma segunda etapa foram retirados outros 20 trabalhos realizados sobre o Fies, pois ou são anteriores à Plataforma Sucupira, plataforma na qual as dissertações e teses são encontradas no sistema da CAPES, ou não possuem autorização para sua reprodução. Ou seja, foram selecionados 26 trabalhos de dissertações e teses nesta revisão sobre o tema do Fies.

Dos trabalhos selecionados todos estão concentrados entre 2014 e 2017, conforme mostra a tabela 3 a seguir. Há uma concentração destes na região sudeste, com 12 pesquisas produzidas, com

destaque para o estado de São Paulo, com 7 destes. Em seguida, a região sul apresenta 7 destes textos, a região nordeste com 5 trabalhos entre os selecionados, a região centro-oeste com 1 pesquisa, e a região norte, enfim, com um trabalho entre os selecionados para essa revisão.

Tabela 3 – Quantidade de teses e dissertações revisadas e o ano no qual foram produzidas

Ano	Quantidade de teses e dissertações revisadas
2014	4
2015	3
2016	10
2017	9

Fonte: CAPES (elaborado pelo autor)

Boa parte destes trabalhos tem como foco o papel do Fies como mecanismo de fomento à privatização do ensino superior e como mecanismo de concentração de capital no setor privado. Alguns destes trabalhos, como o de Vituri (2014), indicam que apesar de o Fies ser uma política pública importante em promover o acesso ao ensino superior, a forma de sua implementação acabou possibilitando que as IES privadas usufríssem de um espaço que deveria ser atendido pelo Estado, mercantilizando a educação. Já a dissertação de mestrado de Queiroz (2014), seguindo por este mesmo caminho, partiu da hipótese de que nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011 até 2014) fortaleceu-se o empresariamento, a privatização e a mercadorização na educação, principalmente pelo ProUni, pelo Fies, e pelas políticas elaboradas e implementadas pelo BNDES. Esses três conceitos, essenciais para o desenvolvimento de sua pesquisa, são presentes no espaço educacional, segundo Ávila (et al., 2012, p. 148). O termo empresariamento, segundo a concepção de Neves (2002), está relacionado à divulgação da concepção empresarial de instituição educacional. Privatização é o processo que diz respeito à predominância dos interesses particulares sobre os interesses públicos, não se reduzindo, simplesmente, à predominância dos interesses públicos. Por fim, o termo mercadorização, segundo Sguissardi, 2018, diz respeito ao processo que converte a educação superior em um bem comercializável, se tornando um objeto de lucro ou acumulação.

Ainda na discussão sobre o Fies como forma de incentivo à privatização do ensino superior, Silva (2017) se propôs a analisar o processo de como a Kroton se tornou a maior empresa educacional do Brasil, com um elevado valor de mercado e quantidade de alunos. O autor partiu da hipótese de que a consolidação desta empresa se beneficiou por uma conjuntura político-econômica favorável à

mercantilização do ensino superior, na medida em que o Estado adotou políticas como o PROUNI e estimulou o financiamento estudantil em instituições de ensino superior privadas. Cabe ressaltar também o processo de abertura de capital em bolsas de valores, que permitiu que esta empresa captasse recursos no mercado financeiro. Já a tese de doutorado de Luiz Fernando Reis (2015) mostra que os recursos destinados às universidades federais têm perdido espaço na disputa pela partilha de recursos da União, para com os recursos destinados à Educação Básica e à expansão da educação superior privada, por meio do PROUNI e do Fies (SILVA, R., 2017).

A investigação realizada por Tavares (2014) em sua dissertação de mestrado examinou o processo de monopolização do setor educacional, partindo da hipótese de que há uma mercantilização de um novo tipo, no qual o autor conclui que a financeirização da educação é parte de um processo mais amplo, e que, no caso da educação superior, as aquisições e fusões de IES privadas se deram no governo Lula, especialmente a partir de 2008, e no governo de Dilma Rousseff, o qual há apoio consistente e amplo do Estado ao setor privado, especificamente pelos recursos públicos repassados por meio do PROUNI e do Fies. Em sua dissertação, Vaz (2017), teve como objetivo em sua pesquisa as políticas educacionais no ensino superior elaborados no governo Lula (2003-2010), principalmente no que diz respeito ao Fies e ao PROUNI. Os resultados apontam que o ex-presidente fortaleceu o privado na educação superior, não rompendo com as exigências neoliberais desenvolvidas no país nos anos de 1990.

A tese de doutorado de Filho (2016) analisou o financiamento público na expansão da educação superior privada a partir dos dados contábeis e financeiros fornecidos pelos grupos educacionais Estácio Participações S.A. GAEC Educação S.A. (Ânima) e Ser Educacional S.A., demonstrativos de renúncias fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil e os relatórios de gestão do Fies divulgados entre 2007 e 2015. Os resultados divulgados em sua tese mostram que o Fies tem significativa relevância para a receita líquida dos grupos pesquisados, com percentual aproximado de 40% das mensalidades dos cursos de graduação. Os recursos do Fies são utilizados para compensação de tributos devidos pelas instituições à União, especialmente as contribuições previdenciárias. Ademais, com o Fies há a emissão de títulos da dívida pública em favor das instituições privadas, reforçando a financeirização dos grupos educacionais, a partir da oferta destes títulos e da recompra feita pelo governo federal. O autor aponta também que as mudanças realizadas no Fies no final de 2014, não afetaram o montante destinado aos grupos Estácio, Ânima e Ser Educacional, e que não houve redução no número de contratantes do Fies nesses grupos educacionais.

Freire (2015) também mostra como os programas como Fies e PROUNI fomentam a privatização do ensino superior, e que apesar de serem políticas ditas de universalização do ensino superior, são políticas que apresentam um forte viés mercadológico, caracterizado pela privatização

e expansão do ensino superior, influenciado pela reforma universitária recomendada por organismos internacionais. Desse modo, priorizou-se no país o ensino não-universitário ou pós-médio para a classe trabalhadora, aprofundando a lógica neoliberal da privatização. A autora conclui que o ensino superior brasileiro foi submetido a uma reforma representada por um ensino privado e não universitário, restringindo o conhecimento produzido à classe trabalhadora. Nesse mesmo sentido, Novaes (2017), partiu do pressuposto que Fies e PROUNI são as principais políticas públicas de acesso ao ensino superior pela classe trabalhadora, mas, que por outro lado, fortalece a mercantilização da educação superior brasileira. Tais pressupostos se confirmam em seu trabalho, de forma que essa dissertação corrobora o que foi dita na pesquisa de Freire, que ambos os programas fomentam a privatização do ensino superior e que a reforma política educacional no Brasil está atrelada aos organismos internacionais.

Em consonância com o tema do fomento à privatização, outros estudos focaram na democratização do acesso ao ensino superior. Entretanto, como alguns trabalhos acima mencionam, essa democratização se dá pela via da privatização do ensino superior, ou seja, há uma concentração das matrículas no ensino privado. Conforme a literatura revisada, há poucos trabalhos que discutem a democratização no ensino superior privado como positivo, e que boa parte dos estudos apresenta como resultados que os programas federais como Fies e PROUNI não são eficazes em contribuir para a inclusão social. Rodrigues (2016) ao debruçar-se sobre o tema, identificou que as reformas realizadas na educação superior nas décadas de 1980 e 1990 resultaram na exclusão escolar do ensino superior da classe trabalhadora, e que os programas criados e implementados nos governos FHC, Lula e Dilma Rousseff não foram suficientes para mudar esse cenário, ao contrário do que dizia o discurso oficial. O autor sugere que para se ter realmente uma democratização no ensino superior entre as camadas populares, tem que ocorrer uma expansão do ensino superior público, sem que se tenha concomitantemente a delegação de verbas públicas para as IES privadas.

A dissertação de mestrado de Barros (2014), que focou em usuários do Fies na Faculdade do Ceará, apresentou resultados de que se por um lado o Fies contribuiu no acesso ao ensino superior, esse acesso se deu, até o momento de sua pesquisa, de forma limitada. Ao realizar pesquisa de campo, o autor traça o perfil do aluno com Fies nessa faculdade, e que esses alunos não conseguem exercer outras atividades relacionadas ao curso, e apresentam pouco tempo de estudos fora da sala de aula, pois precisam trabalhar para se manter e auxiliar financeiramente suas famílias. Pacheco (2017) tratou em sua pesquisa de ver se os programas PROUNI, Fies e REUNI são realmente políticas de promoção da democratização do ensino superior. Quanto ao Fies, o autor mostra que a democratização é uma cortina de fumaça para que verbas públicas sejam injetadas no capital privado, promovendo a mercantilização do ensino superior e o crescimento de grupos privados que encontram o capital

necessário nos recursos públicos, sendo que estes poderiam ser utilizados para o aumento de vagas nas IES públicas. Dessa forma, com o aval estatal, promove-se a privatização do ensino superior de forma lenta e gradual.

Por outro lado, Carvalho (2016), utilizando metodologia diferente de estudo, chega como resultado de que há uma inclusão social com os programas do Fies e PROUNI, e de que estes melhoraram a qualidade do ensino superior privado, dados que também são corroborados nas dissertações de mestrado de Egreggio (2016) e Santos (2017). Xavier (2016) apresenta em sua dissertação de mestrado que a expansão e democratização do ensino superior se apresenta e são tratadas como prioridade devido à necessidade do mercado, as demandas produtivas e a necessidade de melhorar a formação e qualificação das pessoas para o desenvolvimento econômico nacional e internacional. Segundo a autora, como o Estado não têm condições de responder a essas demandas da educação superior sozinho, cria-se políticas públicas junto ao privado, com a justificativa para a criação de bolsas para financiar as instituições privadas diretamente.

Volpato (2017), discute em sua dissertação a possibilidade de se judicializar o Fies. A partir do reajuste fiscal e orçamentário do Fies de 2015, ano em que as verbas destinadas ao programa foram comprometidas, aumentou o número de indivíduos que passaram a recorrer às vias judiciais para ter direito ao programa para que, dessa forma, pudessem ingressar no ensino superior. Dessa forma, o autor, baseado em argumentações doutrinárias e precedentes judiciais, pôde afirmar que tal hipótese se confirma, pois, políticas educacionais, especialmente o Fies, são ferramentas de efetivar o direito fundamental à educação e forma de democratizar o acesso ao ensino superior.

As dissertações de Moura (2016) e Castellano (2016), com suas diferenças, discutem como programas como Fies e PROUNI são limitados quanto a questão da democratização do ensino superior, e que ao invés de atuarem a favor do ensino gratuito e de qualidade, são programas fomentadores da iniciativa privada. Segundo Castellano, apesar do Fies ser um empréstimo no qual o dinheiro supostamente voltaria para o Estado, em condições vantajosas, a experiência brasileira com o CREDUC e as experiências vistas em outros países com programas semelhantes, é possível afirmar que poucas pessoas conseguem pagar as suas dívidas após formadas, tornando incerto o retorno dos valores emprestados aos cofres públicos. Segundo a autora, esse tipo de empréstimo feito é um agravante nesse processo, pois ignora a conjuntura econômica que o indivíduo encontra após formar (CASTELLANO, 2016). Moura argumenta que apesar de muito ter sido feito pela educação superior nos governos petistas até 2014, ainda há um longo caminho a percorrer para que se tenha uma educação superior democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento do país, que somente a expansão do ensino não é capaz de significar que realmente há uma democratização (MOURA, 2016).

A dissertação de mestrado de Brasileiro (2017) estruturou-se como um estudo de caso para analisar as políticas públicas acerca a expansão e financiamento do ensino superior nas instituições públicas e privadas da cidade de Campina Grande-PB, no período de 2007 a 2014. O estudo mostrou que nas IES privadas houve um aumento significativo de matrículas no ensino superior, porém, essa expansão não representou uma democratização neste meio, pois o número de não-concluintes nestas IES foi muito expressivo. Outro estudo de caso entre os trabalhos do banco da Capes, foi o realizado por Teixeira (2016). Este teve como objetivo analisar como se deu o crescimento de uma IES particular, pós a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) de 1996 até 2015, por meio da análise de um curso de Administração de Empresas, na modalidade educação à distância (EAD) e Flex (semipresencial). Dentre os resultados encontrados, verificou-se que as principais estratégias de crescimento dessa IES privada se deram através de fusões e aquisições de outras IES, abertura de novos polos de EAD, abertura de novas unidades próprias, entre outras. Os programas governamentais, como PROUNI e Fies são fortes contribuintes para este crescimento, destaca a autora (TEIXEIRA, 2016).

Alguns dos trabalhos encontrados no banco da CAPES discutem a engenharia econômica do Fies. Entre esses, destaca-se a o de Oliveira (2015), que ao analisar o retorno econômico⁴ do Fies entre os anos de 2010 até 2013, conclui em seus resultados, ao analisar por estado, 70% dos alunos do programa não podem ser considerados como ganho real, ou seja, estes estudantes matriculariam no ensino superior privado independentemente do financiamento obtido. Ao considerar somente os estudantes que trouxeram ganho real para a sociedade por conta do programa, foi visto que os usuários do Fies, entre 2010 e 2013, geraram retorno para a sociedade, contudo, a partir de 2013 percebe-se que o fundo perde eficiência, já que após esse período apresentou maior investimento e menor retorno econômico. O motivo disto se deu, pois, o valor financiado pelo governo aumentou consideravelmente, mas a quantidade real de beneficiados não acompanhou este crescimento (OLIVEIRA, 2015).

Souza (2016) estudou a sustentabilidade financeira no ensino superior após as alterações no Fies a partir de 2010. Em seu estudo, observando empresas de ensino superior, mas focando especificamente em uma, identificou um grande benefício para essas empresas, principalmente a partir de 2010. Segundo o autor, cresceu a receita bruta e líquida de todas as empresas observadas, propiciando a abertura à grandes aquisições e fusões e a consolidação de grandes blocos na oferta do ensino superior no país. Por outro lado, as mudanças no Fies realizadas no fim de 2014 apresentou efeitos semelhantes nas empresas observadas pelo autor, no qual os repasses dos valores financeiros as IES privadas foram bloqueados, sendo que as instituições que apresentavam mais de 20.000 alunos

⁴ Relação entre a quantidade de dinheiro ganhou ou perdeu em relação ao valor aplicado em um investimento

no programa tiveram seus repasses parcelados até 2018. Em uma tentativa de diminuir os efeitos da redução de novos ingressantes pelo Fies, foi intensificado a partir de 2015 a possibilidade de financiamento privado nas IES pelo país. Liderados pelas grandes empresas de capital aberto, as médias e pequenas empresas também tiveram que aderir a essa modalidade de financiamento.

Um desses estudos encontrados acerca a engenharia econômica do fundo (TEIXEIRA, 2017), apresenta como objetivo discutir a criação de formas alternativas de financiamento da educação superior privada no país. O autor propõe que a securitização de recebíveis seria uma alternativa viável para prover recursos ao financiamento privado de IES privadas, principalmente por apresentar menor custo do capital de terceiros, maior prazo para amortização, e uma elevada segurança aos investidores, com uma rentabilidade adequada.

Uma dissertação teve como objetivo estudar o comportamento de jovens usuários do Fies quanto às práticas e tipos de consumo, especialmente nos indivíduos pertencentes a famílias consideradas de baixa renda. As narrativas obtidas pelo autor apresentaram nos resultados que parcela expressiva destes jovens visa buscar na aquisição de bens e serviços assegurar suas identidades e afiliação nos grupos aos quais acreditam que pertencem. Ademais, segundo o autor, observou-se que o fato dos jovens cursarem o ensino superior os fazem ser vistos como detentores de *status quo* diferenciado em suas comunidades, sentido possuírem maior senso crítico, inclusive sobre as práticas de consumo, e que exercem influência nos grupos que pertencem. Também foi observado entre os jovens do grupo participante da pesquisa alguns indivíduos que estabeleceram uma diferenciação sobre classes e poder aquisitivo, que, entretanto, entende que sonhar com objetos de consumo considerados de luxo é possível para qualquer um, independente da classe, gênero e faixa etária. Por outro lado, alguns participantes do grupo defendiam suas posições a partir da distinção entre necessidades básicas e necessidades supérfluas, compreendendo estas como voltadas ao consumo como forma de ostentação perante outros (TOMAZ, 2016).

O quadro 5 a seguir apresenta as dissertações e teses selecionados no banco da CAPES, contendo o ano de sua realização, o nome do autor, tipo de trabalho, título, em qual instituição foi realizado e o programa pertencente.

Quadro 5 – Dissertações e teses selecionadas na CAPES

Ano	Autor/Tipo do trabalho	Título	IES	Área de Conhecimento

2014	Barros/ Dissertação	Fies: Políticas pública de acesso e permanência no ensino superior.	UFC	Políticas públicas e Gestão da Educação Superior
2014	Queiroz/ Dissertação	As parcerias público-privadas na educação superior brasileira: Fies, ProUni e BNDES.	UFF	Serviço Social
2014	Tavares/ Dissertação	Fundos de investimentos e o movimento do capital na Educação. Superior privada. Mercantilização de novo tipo?	UFRJ	Educação
2014	Vituri/ Dissertação	Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para o ensino superior privado: acesso, processos e contradições.	PUC-SP	Educação
2015	Freire/ Dissertação	O ensino superior brasileiro mercantilizando: PROUNI e Fies no contexto da crise estrutural do capital.	UECE	Educação e Ensino
2015	Oliveira/ Dissertação	Cálculo do retorno econômico do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) após o ano de 2010.	INSPER	Economia
2015	Reis/ Tese	Dívida pública, política econômica e o financiamento das Universidades Federais nos governos Lula e Dilma (2013-2014).	UERJ	Políticas Públicas e Formação Humana
2016	Carvalho/ Dissertação	Políticas públicas e ensino superior no Brasil: O desafio da inclusão social a partir dos programas Fies e ProUni.	UNISC -RS	Direito

2016	Castellano/ Dissertação	Brasil: Proteção social pelo endividamento?	UFRJ	Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento
2016	Egreggio/ Dissertação	Influência das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do ensino superior brasileiro.	ESPM- SP	Administração
2016	Filho/ Tese	Financiamento da educação superior privado-mercantil: Incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.	UFPA-PA	Educação
2016	Moura/ Dissertação	Políticas públicas para o ensino superior brasileiro 2013-2014. Uma análise do PROUNI e do Fies.	Universidade Tuiuti do Paraná	Educação
2016	Rodrigues/ Dissertação	As políticas para a educação superior nos governos Lula e Dilma: Uma análise do ProUni e do Fies.	Unioeste - PR	Educação
2016	Sousa/ Dissertação	Sustentabilidade financeira das escolas de ensino superior privadas no Brasil após as alterações no Fies: Estudo aplicado na Empresa N.	Faculdade Pedro Leopoldo	Administração
2016	Teixeira/ Dissertação	Estratégias de expansão de Instituições de Ensino Superior privadas no Brasil: Estudo de caso do curso de bacharelado em Administração.	UMESP-SP	Administração
2016	Tomaz/ Dissertação	Sociedade de consumo e juventude: Uma análise a partir das práticas de	UFRPE	Consumo, Cotidiano e

		consumo e identidade dos jovens vinculados ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies.		Desenvolvimento Social
2016	Xavier/ Dissertação	Uma análise dos programas de acesso à educação superior nos governos Lula e Dilma.	PUC-SP	Economia
2017	Brasileiro/ Dissertação	Políticas públicas de expansão e de financiamento da educação superior: Implicações sobre as Instituições de Ensino Superior em Campina Grande – PB.	UFPB-PB	Políticas Públicas
2017	Machado/ Dissertação	Efeitos do Financiamento Federal aos estudantes no acesso e na qualidade do ensino superior no Brasil.	INSPER-SP	Administração
2017	Novaes/ Dissertação	Financiamento público para o ensino superior privado no Brasil: Uma análise crítica do Fies e do PROUNI.	UECE	Educação e Ensino
2017	Pacheco/ Dissertação	Democratização do acesso à educação superior no Brasil.	PUC-PR	Educação
2017	Santos/ Dissertação	Fundo de Financiamento Estudantil enquanto política pública de inclusão no ensino superior.	Centro Universitário Euro- Americano	Direitos Humanos, Cidadania e Violência
2017	Silva/ Dissertação	O processo de mercantilização de novo tipo de ensino superior brasileiro: Uma proposta de análise crítica sobre a expansão da Kroton Educacional.	UFRJ-RJ	Educação

2017	Teixeira/ Mestrado	Securitização de recebíveis: Um estudo sobre alternativas de financiamento para o Setor Educacional de Nível Superior brasileiro de graduação no âmbito das Instituições Privadas de Ensino.	Faculdade FIA	Gestão de Negócios
2017	Vaz/ Dissertação	As políticas para o ensino superior no Governo Lula (2003-2010): Análise dos pesquisadores.	Unioeste	Educação
2017	Volpato/ Dissertação	Políticas públicas de acesso ao ensino superior: Efetividade do Direito Fundamental e Judicialização.	UENP	Ciência Jurídica

Fonte: CAPES (elaborado pelo autor)

Capítulo 2 – Método de pesquisa

Essa pesquisa, de matriz qualitativa, vale-se da modalidade estudo de caso. Em linhas gerais, serão analisadas as IES privadas de Ribeirão Preto e, com mais profundidade, a Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP) e seu programa “UNIESP paga”. Serão utilizados instrumentos quantitativos e qualitativos, valendo-se do banco de dados do INEP, FNDE e da análise de conteúdo de processos envolvendo a AFARP.

A abordagem qualitativa, tradicionalmente, se identifica com o estudo de caso. Esse método refere-se ao levantamento com profundidade de determinado caso ou grupo humano, não podendo ser generalizado para outros casos, restringindo ao caso estudado. O objetivo de um estudo de caso é compreender determinada situação e descrever a complexidade de um fato (MARCONI & LAKATOS, 2017, p. 305).

Primeiramente foi feito uma revisão bibliográfica sobre o tema Fies, com o objetivo de contextualizar o trabalho produzido, utilizando o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), principalmente para demarcar os trabalhos acerca o Fies já realizados por outros pesquisadores, para a estruturação deste trabalho e desenvolver as ferramentas analíticas.

Antes de focar na Faculdade de Ribeirão Preto, serão apresentados as matrículas totais e o número de matrículas dos usuários do Fies nas principais instituições de ensino superior de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018. As IES que compõe esse grupo são: Centro Universitário Barão de Mauá, Centro Universitário Estácio de Ribeirão, Centro Universitário Moura Lacerda, Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto, Faculdade de Ribeirão Preto, Universidade Paulista e Universidade de Ribeirão Preto. Ademais, é apresentado as matrículas nessas IES no ano de 2018, e também foram coletados os valores de repasses e de recompras do Fies nessas IES, com valores atualizados segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) de dezembro de 2019.

Os dados das matrículas são encontrados na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e os dados de financiamentos concedidos pelo Fies, repasses e recompras são encontrados no sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os dados são encontrados pelos códigos das IES, sendo que os dados de recompra do Fies são encontrados através dos códigos das Mantenedoras, apresentados no quadro 1 a seguir.

Para chegar aos códigos foi pesquisado no site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC, disponível em <https://emec.mec.gov.br>) os nomes das IES, retornando com os códigos. O e-MEC é a base de dados oficial dos cursos e IES independentemente do sistema de ensino, sendo um sistema eletrônico, de acompanhamento dos processos que regulamentam o ensino superior no país. Os pedidos de credenciamento e credenciamento das IES,

e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos e processos de aditamento, são feitos pelo sistema do e-MEC.

Os microdados com as matrículas contidos no site do INEP são apresentados em planilhas anuais, desde o ano de 2010. Os dados de repasses e recompras também se encontram em planilhas disponibilizadas anualmente, enquanto que os financiamentos concedidos são apresentados em planilhas semestrais, contendo os dados desde o segundo semestre de 2010 até o segundo semestre de 2018.

Quadro 6: Nomes e códigos das IES e de suas respectivas mantenedoras do município de Ribeirão Preto

Nome IES	Código IES	Nome Mantenedora	Código Mantenedora
Centro Universitário Barão de Mauá	138	Organização Educacional Barão de Mauá	98
Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	1270	Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto LTDA.	848
Centro Universitário Moura Lacerda	207	Instituição Universitária Moura Lacerda	146
Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto	5288	Anhanguera Educacional Participações S/A	16452
Faculdade de Ribeirão Preto	1465	UNIESP S.A	16134
Universidade Paulista	322	Assupero Ensino Superior LTDA.	2415
Universidade de Ribeirão Preto	208	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	147

Fonte: e-MEC (elaborado pelo autor)

Nas planilhas dos microdados são encontrados os dados de IES de todo o Brasil. Os dados foram organizados por código da IES ou mantenedora para facilitar encontrar as instituições de Ribeirão Preto, excluindo as linhas das planilhas de IES não pertencentes a cidade. No caso da UNIP encontram-se todas as unidades dessa IES sob o código da IES (322), e se nos microdados referentes ao Fies do FNDE é possível recortar os dados através do código da cidade que pertencem os cursos, no caso das matrículas totais contidas nos dados do INEP foi necessário recortar pelos códigos dos cursos pertencentes ao campus de Ribeirão Preto. Esses códigos dos cursos são igualmente encontrados nos dados da página do e-MEC, no qual ao ter acesso de quais eram os códigos dos

curso de Ribeirão Preto, pode ser feita a exclusão dos códigos dos cursos pertencentes a outras unidades da UNIP. Além disso, nesse mesmo site foi possível encontrar informações mais aprofundadas sobre a Faculdade de Ribeirão Preto, como endereços da IES, nome do reitor, o Conceito Institucional, o Índice Geral de Cursos e quais cursos estão em funcionamento ou extintos nessa IES.

As informações coletadas nessas planilhas dos microdados foram utilizadas para, além do conhecimento das matrículas, mas também para conhecer a porcentagem dos alunos usuários do Fies nas IES, os cursos mais frequentados e os cursos com mais alunos com financiamento concedido entre os anos de 2010 e 2018. Em relação à Faculdade de Ribeirão Preto, os microdados do FNDE referentes ao Fies foram utilizados para o conhecimento de algumas informações acerca o perfil do aluno com Fies dessa IES nos anos abordados, a apresentação das porcentagens destes entre os cursos da faculdade e quais os cursos que mais receberam financiamentos do Fies entre 2010 e 2018. Para a análise dos dados coletados, foi feita a separação destes em suas respectivas categorias para que a análise seja feita de forma clara, procurando fazer a evolução durante os anos, utilizando de tabelas e gráficos para tanto, contendo números brutos de matrículas, montantes em recursos financeiros e porcentagens destes.

Gatti (2004) destaca a importância da utilização de pesquisas que utilizam dados qualitativos e quantitativos concomitantemente na área educacional. Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de problemas educacionais, mas há uma defasagem deste tipo de pesquisa nesta área, e que há problemas educacionais que precisam ser qualificados através de dados quantitativos. Entretanto, o uso de base de dados existentes sobre educação é muito pequeno, pela dificuldade de pesquisadores utilizarem dados demográficos ou medidas de um modo geral. Essa dificuldade no uso de dados numéricos expõe a dificuldade de leitura crítica, consciente, o que gera na área educacional dois comportamentos típicos: ou se acredita piamente em qualquer dado citado ou se rejeita qualquer dado apresentado quantitativamente por razões ideológicas.

Ao se utilizar métodos quantitativos em uma pesquisa é preciso atentar a dois aspectos como ponto de partida: primeiro que os números, frequências, medidas têm algumas propriedades que delimitam seu alcance, do que pode ser feito com eles; segundo, que boas análises dependem de perguntas boas feitas pelo pesquisador durante a realização da pesquisa, isto é, da qualidade teórica e da perspectiva epistemológica na abordagem do problema. Ao não considerar esses dois aspectos como ponto de partida, corre-se o risco de utilizar certos tratamentos estatísticos de forma incorreta, e de não obter formas qualitativamente significativas a partir da análise numérica. A combinação de uma pesquisa quantitativa com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem enriquecer a

compreensão de eventos, fatos e processos. As duas abordagens, demandam o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado (GATTI, 2004).

A análise de dados quantificados, contextualizados por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, permitem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais, indo além de arbitrariedades, contribuindo para a formação de conhecimentos de políticas educacionais. Contribui ainda para a desmistificação de representações, preconceitos e “achismos” construídos a partir do senso comum cotidiano ou do marketing (GATTI, 2004).

Em consonância com Gatti, pode-se citar Triviños, que ressalta a importância de a estatística ser tratada em uma pesquisa como um instrumento auxiliar na interpretação de um estudo e como o elemento fundamental da pesquisa. Para tanto, é necessário adotar métodos específicos sem cair em um ecletismo intelectual, ou seja, sobre a base de uma orientação técnico-metodológica clara e bem definida (TRIVIÑOS, 1987).

No processo de decodificação dos dados obtidos nessa dissertação, chamou a atenção os números em relação ao Fies da Faculdade de Ribeirão Preto. Apresentando grande número de alunos com financiamento via Fies em alguns anos, número até maior que grandes IES de Ribeirão Preto, como por exemplo a Universidade Paulista, o autor começou a pesquisar notícias e informações sobre a faculdade. Ao ver na imprensa uma notícia sobre os processos judiciais contra a AFARP e, outras notícias sobre a mesma situação em relação à UNIESP como um todo por causa de seu programa “UNIESP paga”, o mesmo utilizado na AFARP, um advogado auxiliou na busca de processos, no qual chegou-se ao acesso de três processos de ex-alunos contra a AFARP por seu programa que garantiria que os alunos não pagariam o Fies ao fim do curso. Portanto, uma parte dessa dissertação é feita por meio da pesquisa em processos judiciais, no qual o lado qualitativo dessa pesquisa se faz através da pesquisa documental.

Segundo Silva (2017, p. 281), são dois os fatores que determinam a escolha de documentos judiciais como fonte e objeto de pesquisa. O primeiro, seria o próprio acesso aos documentos e processos, que é, naturalmente uma importante limitação de ordem prática. O segundo fator é a pertinência da fonte à pergunta de pesquisa ou a sua capacidade de apresentar informações pertinentes para o entendimento do problema colocado no trabalho (SILVA, P., 2017).

Através da análise dos processos, procurou-se conhecer as causas e motivações que levaram ao recurso judicial pelos ex-alunos da Faculdade de Ribeirão Preto, e também aos argumentos utilizados pelos advogados de defesa da IES, e também, quando disponíveis, as decisões judiciais e os acórdãos.

Processos judiciais quando utilizados em pesquisas, são, por definição, classificados como um tipo de pesquisa documental, forma de pesquisa comumente utilizada nas ciências sociais e na história. A pesquisa documental pode ser trabalhada qualitativamente, sua forma mais comum, mas

também permite ser trabalhada quantitativamente. Os processos judiciais são uma fonte infindável de informações de variada natureza, o que os torna especialmente ricos para a pesquisa, não somente em direito, mas também para outras áreas em ciências humanas. São documentos escritos, formais e oficiais, mas feitos por um sujeito, a partir de um contexto e uma situação de vida. Dessa forma, podem ser utilizados em pesquisa empírica, mas exigindo cuidado, sendo necessária a utilização de outras fontes e materiais disponíveis, que auxiliem na interpretação, e, na contextualização (SILVA, P., 2017, p. 277).

O registro escrito, confere aos documentos três características essenciais: primeiro, a aptidão de acessar acontecimentos temporalmente distantes; segundo, maior isolamento à interferência do observador; e, terceiro, a informação no documento escrito se apresenta em um único sentido, que o pesquisador pouco domina. Dessa forma, a pesquisa em documentos sempre depende de informações complementares que auxiliem na compreensão da leitura dos registros escritos. No caso de pesquisas qualitativas que utilizam documentos escritos, costuma-se procurar o contexto em que os processos judiciais foram produzidos, seus autores e seus discursos, e a qualidade das informações apresentadas (CELLARD, 2012, p. 295).

A função dos documentos em processos judiciais é geralmente de registrar e esclarecer atos e fatos para a forma mais justa para a resolução de conflitos envolvendo as partes, por elas submetido para arbitramento pelo Poder Judiciário. Cada um dos tipos de documentos judiciais tem uma finalidade específica: alguns documentos visam apresentar argumentos ao juiz, outros servem para comprovar esses argumentos, outros têm fim certificatório e, finalmente, outros servem para publicar as decisões que o juiz tomou. Esse traço projeta consequências epistemológicas para a relação entre pesquisa e as “verdades” dos textos judiciais (SILVA, P., 2017, p. 280).

Segundo Silva (2017, p. 306), as informações contidas nos processos judiciais não se revelam de forma evidente ou uniforme para seus diferentes observadores. O processo conta distintas “verdades”, ocultas geralmente nos registros formais. Juízes, advogados, escrevente do cartório, por exemplo, enxerga cada um o processo judicial de uma forma. Para o pesquisador, o processo judicial oferecerá um conjunto próprio, variável e profuso de informações, que se revelarão conforme o pesquisador comece a enxergar as respostas desejadas através das perguntas da pesquisa. O dado presente no processo judicial nem sempre se apresenta visível imediatamente na pesquisa, assim como acontece também na pesquisa histórica e na apreciação judicial. Há um caminho que o pesquisador deve percorrer para compreender e decodificar o dado apresentado nos registros processuais.

Ademais, sobre a questão da neutralidade na pesquisa, como em qualquer outro método de pesquisa, sempre há uma interferência subjetiva do pesquisador acerca o objeto estudado. Na pesquisa documental, sobretudo no processo judicial, esconde um sujeito por detrás da informação, e, na

pesquisa, tem-se um outro sujeito que capta a informação e a interpreta. As informações dos documentos são interpretadas e analisadas segundo a perspectiva do pesquisador, a partir da espécie de investigação e da pergunta a ser respondida. Em pesquisas qualitativas, principalmente, costuma-se ter a interferência do pesquisador sobre a fonte, e ainda que se trate de documentos escritos, a possível interferência deve ser reconhecida e considerada no plano metodológico do pesquisador documental (SILVA, P., 2017, p. 307-308).

Segundo Oliveira e Silva (2005), trabalhar com processos judiciais, implica, por serem documentos escritos, históricos e oficiais, trabalhar com questões metodológicas ligadas à interpretação e ao poder. Sobre a interpretação, segundo as autoras, ao lidar com processos judiciais, o pesquisador está trabalhando com o texto escrito e não com o acontecimento em si, pois não se está lidando com a interpretação através de uma observação direta, mas por meio da palavra escrita, que acaba sendo uma fonte de inúmeros questionamentos, que envolvem a questão da subjetividade. Sobre a questão do poder, as autoras argumentam que documentos judiciais são, ainda que indiretamente, produtos do Estado, e que processos judiciais utilizam, portanto, uma linguagem específica, e que linguagem implica em poder.

O elemento mais importante de pesquisas qualitativas, que envolvam processos judiciais, é o discurso dos autores dos documentos e as representações sociais que podem ser encontradas no texto. Os processos judiciais apresentam narrativas que contêm realidades coletivas, são coisas sociais e produtos do pensamento coletivo. Através da análise qualitativa dos processos, permite-se evidenciar o modo como as pessoas percebem elas mesmas e os outros, definindo-se e posicionando no espaço social. Na leitura do processo judicial em busca das respostas aos objetivos da pesquisa, portanto, procura-se atingir o ato de pensamento que produziu o discurso (OLIVEIRA; SILVA, 2005).

3 – Análise das matrículas em Instituições de Ensino Superior privadas de Ribeirão Preto

3.1 – Dados gerais sobre o município de Ribeirão Preto

Localizado no interior do estado de São Paulo, o município de Ribeirão Preto tem, segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), uma população de 604.682 habitantes, com densidade demográfica de 982 habitantes/km², sendo a área do município de 650,36 km², encontrando 127,31 km² constituindo a zona urbana, e 523,05 km² constituindo a zona rural. Estima-se que a população em 2018 era de aproximadamente 694.534 habitantes. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no Censo Demográfico de 2010, foi de 0,800, encontrando-se na posição 40º dos 5565 municípios brasileiros.

No que se refere ao ensino superior, a cidade possui universidades, centros universitários e faculdades⁵. Dentre elas o campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), a Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), a Universidade Paulista (UNIP), o Centro Universitário Moura Lacerda, o Centro Universitário Barão de Mauá, o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, a Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP), entre outras. Na tabela 4 têm-se o número de alunos matriculados na graduação na modalidade presencial da cidade de Ribeirão Preto entre os anos de 2012 e 2016.

⁵ Segundo o Decreto nº 5.773/06, as instituições de ensino superior, podem ser credenciadas como faculdades, centros universitários e universidades; dependendo de sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas. As instituições são originalmente credenciadas como faculdades; o credenciamento destas como centro universitário ou universidade, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento e com padrão satisfatório de qualidade. Os centros universitários são IES pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, se caracterizando pela excelência de seu ensino, comprovado pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior. Por fim, as universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (BRASIL, 2006).

Tabela 4 – Alunos matriculados no ensino superior por rede entre 2012 e 2016.

	Pública	Privada	Total
2012	7.856	28.004	35.590
2013	7.161	30.137	37.298
2014	7.146	33.631	40.777
2015	7.104	32.790	39.884
2016	7.260	32.730	39.990

Fonte: Fundação SEADE

As matrículas estão concentradas entre as IES privadas da cidade, de acordo com a Fundação SEADE, compreendendo mais de 80% das matrículas totais no ano de 2016. Enquanto que na rede privada as matrículas foram de cerca de 28 mil em 2012 para mais de 32,5 mil em 2016, na rede pública se manteve praticamente constante durante os anos; de 7,8 mil em 2012, tendo uma leve queda durante os anos, apresentando aproximadamente 7,8 mil alunos matriculados em 2016.

3.2 – Matrículas nas instituições de educação superior privadas de Ribeirão Preto

Na tabela 5 apresenta-se o número total de matrículas de IES da cidade de Ribeirão Preto, entre os anos de 2010 e 2018, contabilizando cursos de graduação, presencial ou à distância, se o curso é bacharelado, licenciatura ou tecnológico. Os dados de matrículas foram coletados através dos microdados do Ensino Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional (INEP).

Tabela 5 – Alunos matriculados em IES privadas do município de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018 (presencial e a distância).

	Barão de Mauá	Moura Lacerda	UNAERP	Estácio	AFARP
2010	7.320	5.358	6.482	35.571	1.821
2011	6.598	5.253	6.435	43.492	1.843
2012	6.123	5.644	6.268	46.352	3.640
2013	6.265	7.310	6.778	47.387	4.459
2014	6.937	6.777	7.303	52.864	4.124
2015	6.448	6.421	7.719	57.414	3.368
2016	6.617	5.851	7.633	63.896	2.368
2017	6.152	5.292	8.075	80.741	1.688
2018	6.000	4.822	7.285	91.380	996

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Tabela 5 (cont.): Alunos matriculados em IES do município de Ribeirão Preto entre 2010 e 2016.

	Anhanguera	UNIP
2010	777	7.000
2011	1.666	7.858
2012	3.086	8.843
2013	3.349	10.271
2014	4.544	12.101
2015	5.125	12.845
2016	5.386	12.351
2017	4.684	11.741
2018	4.652	10.969

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Para a análise descritiva dos dados da tabela acima, serão apresentados a seguir gráficos representando o número de matrículas apresentadas em cada IES. O gráfico 2 apresenta os dados do Centro Universitário Barão de Mauá.

Gráfico 2 – Número de alunos matriculados no Centro Universitário Barão de Mauá entre os anos de 2010 e 2018.

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

O maior número de matrículas no Centro Universitário Barão de Mauá é no primeiro ano analisado, com 7320 matrículas, diminuindo conforme os anos seguintes, atingindo seu menor número em 2012, com 6123 matrículas. Nos anos seguintes há um aumento nas matrículas, voltando a cair após o ano de 2014, atingindo exatamente 6000 matrículas no ano de 2018.

O gráfico a seguir (3) apresenta os dados do número de matrículas para o Centro Universitário Moura Lacerda.

Gráfico 3 – Número de alunos matriculados no Centro Universitário Moura Lacerda entre os anos de 2010 e 2018.

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

O número de matrículas no Centro Universitário Moura Lacerda apresenta poucas mudanças entre os dados de 2010 e 2011, elevando a partir de 2012 e atingindo seu pico em 2013, com 7310 matrículas. A partir de 2014 há um declínio no número de matrículas, apresentando seu menor número em 2018, com 4822 matrículas.

O gráfico 4 apresenta os dados de matriculados na graduação da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

Gráfico 4 – Número de alunos matriculados na Universidade de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018.

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

A UNAERP, tem maior taxa de matriculados que as duas IES apresentadas anteriormente, com 7879 matrículas presenciais e 8075 somando as matrículas presenciais e EAD no ano de 2016. A universidade, no ano de 2010, tinha 6482 matriculados no total, com 6298 matriculados presenciais, apresentando uma queda nesse número nos dois anos seguintes, apresentando 6074 alunos presenciais em 2012. A partir deste mesmo ano os números de matrículas apresentam um aumento sucessivo nos anos seguintes, estabilizando nos anos seguintes. O maior número de alunos EAD nessa IES foi em 2013, com 333 alunos. Para a apresentação destes dados não foram contabilizados os números de matrículas no campus do Guarujá

O gráfico a seguir (5) apresenta a taxa de matrícula do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto.

Gráfico 5 – Número de alunos matriculados no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Os dados de matrículas na Estácio de Ribeirão Preto são os mais destoantes entre as IES analisadas, apresentando um grande número de alunos matriculados à distância. O número de matrículas presenciais apresenta uma leve queda entre 2010 e 2013, ano em que apresentou 2589 matrículas. Após 2014 o número de matrículas presenciais aumenta a cada ano, apresentando 7273 matrículas presenciais no último ano analisado.

As matrículas EAD chamam a atenção na análise deste Centro Universitário. Esse número se mantém em crescimento durante todo o período analisado, sendo que no ano de 2010 a Estácio de Ribeirão apresentava 32.443 alunos EAD e em 2018 este número foi de 84.108 matriculados. Cabe destacar que até 2013 a IES era conhecida como UniSEB, pertencente ao Sistema Educacional Brasileiro (SEB), e foi comprada pela rede de ensino privado Estácio Participações por R\$ 615,3 milhões, o que pode ter influenciado no crescimento de matrículas nos anos seguintes à aquisição.

O gráfico 6 a seguir apresenta o número de matrículas na Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP).

Gráfico 6 – Número de alunos matriculados na Faculdade de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Das IES apresentadas aqui, a Faculdade de Ribeirão Preto é a que apresenta o menor número de matrículas, com 1821 matriculados em 2010, início da série, e 996 matriculados em 2018, fim da série analisada. Contudo, como o gráfico aponta, há um período de aumento nas matrículas após o ano de 2011, atingindo o maior número de matriculados no ano de 2013, com 4459. Após esse número de matrículas, a AFARP apresenta uma queda constante nos anos seguintes neste número, apresentando números menores de matrículas que apresentava no início da década.

O gráfico a seguir (7) mostra os dados de matrículas para a Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto.

Gráfico 7 – Número de alunos matriculados na Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

A Faculdade Anhanguera apresenta no ano de 2010, 777 alunos matriculados na cidade de Ribeirão Preto. Entre 2010 e 2016 há um aumento no número de matrículas, com rápido crescimento entre 2011-2012 e 2013-2014. Em 2016, ano com maior número de matrículas, seu número foi de 5386. Após esse ano, o número de matriculados cai, chegando a 4652 matriculados em 2018.

A última IES apresentada nessa série, é a Universidade Paulista (UNIP)⁶, com seus dados de matrículas apresentados no gráfico a seguir (8).

⁶ Por ser IES presentes em outros municípios, somente foram apresentados os dados de matrículas presenciais do campus de Ribeirão Preto da Universidade Paulista e da Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto.

Gráfico 8 – Número de alunos matriculados na Universidade Paulista (campus de Ribeirão Preto) entre os anos de 2010 e 2018

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

A UNIP de Ribeirão Preto é a que apresenta o maior número de alunos matriculados presencialmente entre as IES analisadas. Se em 2010 o número de alunos matriculados era de 7000, em 2015, ano em que atinge o pico, foi de 12.845 o número de alunos matriculados. Até esse ano, o número de alunos nessa IES é crescente, apresentando uma diminuição no número de matriculados a partir de 2015, atingindo 10.969 alunos em 2018.

3.3 – As matrículas nas IES privadas de Ribeirão Preto no ano de 2018

Nesse item será apresentado as matrículas por curso de cada instituições de ensino superior privado no ano de 2018, na forma de tabelas, uma para cada IES. A tabela 6 apresenta os dados do Centro Universitário Barão de Mauá.

Tabela 6 – Número de matrículas por curso no Centro Universitário Barão de Mauá no ano de 2018

Curso	Número de matrículas	Curso	Número de Matrículas
Administração	145	Análise de Desenvolvimento de Sistemas	42
Arquitetura e Urbanismo	282	Biomedicina	301

Ciência da Computação	104	Ciências Biológicas (Bac.)	147
Ciências Biológicas (Lic.)	82	Ciências Biológicas (ABI)	181
Comunicação Social – Jornalismo	102	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	111
Design Gráfico	88	Direito	402
Enfermagem	404	Engenharia Ambiental	107
Estética e Cosmética	254	Farmácia	136
Fisioterapia	400	Gastronomia	164
Gestão de Recursos Humanos	48	Gestão Financeira	48
História	180	Jogos Digitais	89
Letras	143	Marketing	90
Medicina	600	Medicina Veterinária	467
Pedagogia	203	Produção Audiovisual	157
Psicologia	503	Serviço Social	20

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

No Centro Universitário Barão de Mauá os cursos são presenciais, sendo que se encontram, no ano de 2018, 980 alunos matriculados em cursos tecnológicos, 608 na licenciatura, 4231 no bacharelado, além de 181 na área básica de ingresso do curso de Ciências Biológicas. Neste ano, boa parte dos cursos constam com mais de 100 alunos matriculados, sendo os cursos tecnológicos de Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira e Serviço Social que apresentam o menor número de alunos matriculados entre os cursos dessa IES, no qual os dois primeiros cursos citados apresentam 48 alunos matriculados e o curso de Serviço Social contém somente 20 alunos matriculados no ano de 2018. Já os cursos de Medicina, Medicina Veterinária e Direito são os que apresentam mais alunos matriculados, 600, 467 e 402, respectivamente.

A tabela 7 apresenta os dados de matrículas por curso do Centro Universitário Moura Lacerda durante o ano de 2018.

Tabela 7 – Número de matrículas por curso no Centro Universitário Moura Lacerda no ano de 2018

Curso	Matrículas	Curso	Matrículas
Administração	460	Agronomia	287
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	55	Arquitetura e Urbanismo	421

Ciência Econômica	116	Ciências Contábeis	332
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	83	Direito	583
Educação Física (Lic.)	110	Educação Física (Bac.)	332
Engenharia Civil	499	Engenharia de Produção	117
Gestão Comercial	90	Gestão da Tecnologia da Informação	68
Gestão de Recursos Humanos	123	Gestão Financeira	83
Letras	73	Logística	84
Medicina Veterinária	370	Moda	83
Pedagogia	367	Processos Gerenciais	18
Relações Internacionais	68		

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Direito, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo são os cursos que têm mais alunos matriculados nessa IES. Já os cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Processos Gerenciais, dois cursos tecnológicos, são os que apresentam menor número de alunos matriculados, com 55 e 18, respectivamente. Todos os cursos no Moura Lacerda são presenciais, no qual no ano de 2018, 3751 alunos estão matriculados em cursos de bacharelado, 550 na licenciatura e 521 em cursos tecnológicos.

Os próximos dados de alunos matriculados em cursos, no ano de 2018, são da Universidade de Ribeirão Preto, apresentados na tabela 8.

Tabela 8 – Número de matrículas por curso na Universidade de Ribeirão Preto no ano de 2018

Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas
Administração	411	Arquitetura e Urbanismo	204
Biotecnologia	1	Ciências Contábeis	135
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	335	Direito	1498
Educação Física (Bac.)	217	Educação Física (Lic.)	239
Enfermagem	248	Engenharia Civil	325

Engenharia de Computação	142	Engenharia de Produção	301
Engenharia de Software	35	Engenharia Química	421
Farmácia	200	Fisioterapia	197
Gestão da Produção Industrial (EAD)	1	Jornalismo	143
Logística	34	Medicina	947
Música	77	Nutrição	312
Odontologia	494	Pedagogia (EAD)	127
Pedagogia	2	Psicologia	507
Relações Internacionais	223	Serviço Social	199
Sistemas de Informação	14		

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Nessa IES encontra-se os cursos de Direito e Medicina com o maior número de alunos matriculados, com 1498 e 947, respectivamente. Na UNAERP há dois cursos à distância, sendo Gestão da Produção Industrial, com somente um aluno matriculado, e o curso de Pedagogia, com 127 alunos matriculados. Além do curso de Gestão da Produção Industrial, o curso de Biotecnologia é um curso que tem somente um aluno matriculado em 2018, apesar de presencial. Entre os alunos que se formam bacharéis, têm-se 7460 matriculados, 50 matriculados em cursos tecnológicos e 443 em cursos de licenciatura.

Na tabela 9 a seguir, é apresentado o número de alunos matriculados por curso no ano de 2018 no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto.

Tabela 9 – Número de matrículas por curso no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto no ano de 2018

Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas
Administração	520	Administração (EAD)	11633
Análise e Desenvolvimento de Sistemas (EAD)	4147	Arquitetura e Urbanismo	463
Ciência da Computação	234	Ciências Contábeis	391
Ciências Contábeis (EAD)	7838	Comércio Exterior (EAD)	930
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	189	Cozinha Contemporânea (EAD)	131
Direito	1523	Educação Física (Bac.)	208

Educação Física (Lic.)	75	Enfermagem	516
Engenharia Ambiental	9	Engenharia Ambiental e Sanitária (EAD)	29
Engenharia Civil	564	Engenharia Civil (EAD)	880
Engenharia de Computação	99	Engenharia de Produção	288
Engenharia de Produção (EAD)	443	Engenharia Elétrica (EAD)	448
Filosofia (EAD)	174	Fisioterapia	445
Geografia (Lic.) (EAD)	218	Gestão Ambiental (EAD)	1512
Gestão Comercial (EAD)	2545	Gestão de Recursos Humanos	144
Gestão de Recursos Humanos (EAD)	5627	Gestão de Turismo (EAD)	648
Gestão Financeira (EAD)	2311	Gestão Hospitalar (EAD)	966
Gestão Pública (EAD)	2233	História (Lic.) (EAD)	2342
Investigação Forense e Perícia Criminal (EAD)	1943	Jornalismo	116
Letras – Espanhol (EAD)	373	Letras – Inglês (EAD)	3348
Letras – Português (EAD)	1862	Logística	95
Logística (EAD)	2657	Marketing (EAD)	2451
Matemática (Lic.) (EAD)	1805	Mediação (EAD)	175
Medicina	393	Negócios Imobiliários (EAD)	3013
Nutrição	83	Pedagogia	259
Pedagogia (EAD)	10086	Processos Gerenciais (EAD)	2011
Psicologia	659	Secretariado (EAD)	28
Serviço Social (EAD)	4179	Sistemas de Informação (EAD)	2282
Sociologia (EAD)	74	Teologia (EAD)	209

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

No Centro Universitário Estácio Ribeirão destaca-se a quantidade de cursos de ensino à distância, no qual abarcam 84.108 alunos dos 91.381 matriculados no ano de 2018. Essa IES destoa

das outras analisadas aqui por esse motivo, e apresenta os cursos de Administração e Pedagogia, ambos à distância, com o maior número de alunos matriculados, com 11.633 e 10.086, respectivamente, números tão altos quanto o número total de alunos matriculados presencialmente no Estácio de Ribeirão Preto, quanto nas outras IES analisadas. Dos cursos presenciais, somente Direito tem um número grande de alunos, com 1.523 alunos matriculados. Esse Centro Universitário também apresenta um alto número de alunos matriculados em cursos tecnológicos, com 36.122, número maior do que alunos matriculados em cursos de licenciatura, com 20.616, sendo quase totalmente englobado pelos alunos da Pedagogia na modalidade a distância. Já os números de alunos que fazem cursos de bacharelado é de 34.641. Considerando somente as matrículas presenciais, o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto apresenta 6700 alunos matriculados em cursos de bacharelado, 334 alunos na área de licenciatura e 239 na área de tecnologia.

A tabela 10 a seguir traz os dados de alunos matriculados em cursos da Faculdade de Ribeirão Preto no ano de 2018.

Tabela 10 – Número de matrículas por curso na Faculdade de Ribeirão Preto no ano de 2018

Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas
Administração	225	Ciências Contábeis	135
Engenharia Ambiental e Sanitária	67	Engenharia de Produção	239
Letras	8	Matemática	2
Pedagogia	265	Publicidade e Propaganda	18
Sistemas de Informação	26	Teologia	11

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

A Faculdade de Ribeirão Preto tem somente cursos presenciais, apresentando baixo números de alunos matriculados no ano de 2018, com destaque para o curso de Pedagogia, com 265 alunos matriculados e 239 matrículas em Engenharia de Produção. Das 996 matrículas, 721 são ocupadas por alunos matriculados em cursos com formação de bacharéis e 275 em cursos de licenciatura.

A tabela 11 apresenta as matrículas por curso na Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto no ano de 2018.

Tabela 11: Número de matrículas por curso na Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto no ano de 2018

Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas
Administração	463	Arquitetura e Urbanismo	129
Ciência da Computação	194	Ciências Contábeis	319
Direito	91	Educação Física (Bac.)	136
Enfermagem	358	Engenharia Civil	376
Engenharia de Computação	92	Engenharia de Controle e Automoção	84
Engenharia de Produção	354	Engenharia Elétrica	412
Engenharia Mecânica	627	Farmácia	81
Fisioterapia	245	Gastronomia	110
Gestão de Recursos Humanos	181	Logística	129
Psicologia	271		

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Entre os cursos de graduação da Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto encontra-se os cursos de Engenharia Mecânica (627), Administração (463) e Engenharia Elétrica (412) entre os três cursos com mais alunos matriculados. Por outro lado, os cursos de Direito, Engenharia de Controle e Automação e Farmácia são os cursos com menos alunos no ano de 2018, sendo que o curso de Direito teve suas atividades iniciadas no início em agosto de 2018, o que explica seu baixo número de alunos. A Faculdade consta com somente cursos tecnológicos e bacharelados, com 420, 4.232 alunos matriculados, respectivamente.

A tabela 12 a seguir apresenta o número de matriculados por curso da Universidade Paulista na unidade de Ribeirão Preto no ano de 2018.

Tabela 12: Número de matrículas por curso no campus de Ribeirão Preto da Universidade Paulista Preto no ano de 2018

Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas
Administração	722	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	185
Arquitetura e Urbanismo	535	Biomedicina	453

Ciência da Computação	394	Ciências Biológicas (Bac.)	130
Ciências Biológicas (Lic.)	46	Ciências Contábeis	394
Comércio Exterior	3	Design Gráfico	135
Direito	1465	Educação Física (Bac.)	307
Educação Física (Lic.)	217	Enfermagem	443
Engenharia Civil	1014	Engenharia de Controle e Automação	98
Engenharia de Produção Mecânica	135	Engenharia Eletrônica	352
Engenharia Mecânica	717	Estética e Cosmética	131
Farmácia	336	Fisioterapia	535
Gestão da Tecnologia da Informação	3	Gestão de Recursos Humanos	208
Gestão Financeira	6	Logística	5
Marketing	64	Nutrição	500
Pedagogia	374	Propaganda e Marketing	1
Psicologia	833	Publicidade e Propaganda	189
Serviço Social	39		

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Entre as IES desta série, o campus de Ribeirão Preto da Universidade Paulista é a que apresenta a maior quantidade de cursos presenciais. Os cursos com mais alunos matriculados nessa universidade são os cursos de Direito, com 1465 alunos, Engenharia Civil, com 1014 e Psicologia com 833. Já os cursos com menos alunos nessa IES são os cursos de Comércio Exterior, Gestão da Tecnologia da Informação e Propaganda e Marketing, sendo os dois primeiros cursos com três alunos matriculados e o último com somente um aluno. Essa IES apresenta 740 alunos matriculados em cursos tecnológicos, 637 alunos em cursos de licenciatura e 8721 alunos que faziam o bacharelado no ano de 2018.

3.4 – Considerações finais do capítulo

Como visto neste capítulo, nas IES de Ribeirão Preto há uma similaridade de matrículas nos últimos anos desta série conforme o credenciamento destas como faculdades, centros universitários ou universidades. O gráfico a seguir mostra as matrículas presenciais destas IES.

Gráfico 9 – Matrículas presenciais das IES privadas de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

A Universidade Paulista, apesar de em 2010 ter menos matrículas presenciais que o Centro Universitário Barão de Mauá, apresenta uma quantidade de alunos matriculados bem acima das outras IES nos anos seguintes da série histórica. Já a Universidade de Ribeirão Preto, apresenta matrículas próximas aquelas observadas nos centros universitários da cidade, crescendo a partir de 2014, sendo a IES seguinte à UNIP na quantidade de alunos matriculados. Se aproximando da UNAERP, temos o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, que, se no início não apresenta uma quantidade grande de matriculados, cresce constantemente entre 2014 e 2018, principalmente após a compra desta pelo Grupo Estácio em 2013.

O Centro Universitário Moura Lacerda e o Centro Universitário Barão de Mauá têm um movimento semelhante entre os anos de 2014 e 2018. Se no início da série histórica o Moura Lacerda apresentava mais alunos matriculados que o Barão de Mauá, conforme o passar dos anos há um

estreitamento dos dois centros universitários neste número, apresentando um afastamento do Moura Lacerda no último ano visto, se aproximando da Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto no número de matrículas. Esta faculdade, que apresentava o menor número de matriculados em 2010, cresce quase 600% deste ano para 2018, apresentando mais matrículas que o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto entre 2012 e 2016. No último ano é a segunda IES com menos matrículas totais na modalidade presencial.

Por fim, a Faculdade de Ribeirão Preto, que no início apresentava pouco menos de dois mil alunos matriculados, cresceu rapidamente até 2014, ano em que o número de alunos matriculados foi de quase 2,5 vezes maior que no ano de 2010. Contudo, após esse ano o número de matrículas cai consideravelmente nos anos seguintes, até atingir 996 matriculados em 2018, uma diferença exata de 3463 alunos a menos que o visto no ano de 2014, quase metade do número de alunos matriculados em 2010. Como será visto no capítulo 4, o número de alunos matriculados na AFARP é influenciado pelo número de alunos com Fies.

Constata-se também que, apesar de particularidades entre elas, em todas as IES, menos no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, a mesma tendência de queda de matrículas nos últimos anos da série, após um período de crescimento ou estabilidade das matrículas.

Em somente duas IES de Ribeirão Preto encontram-se matrículas EAD, na Universidade de Ribeirão Preto e no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto⁷. A primeira apresenta somente dois cursos EAD, Gestão da Produção Industrial e Pedagogia, sendo que as matrículas não apresentam uma variação entre 2010 e 2018, apesar de apresentar uma leve queda entre 2013 e 2018.

Contudo, o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto apresentou um número elevado de alunos matriculados em cursos a distância, com uma variação de mais de 60 mil alunos entre 2010 e 2018. A IES, no ano de 2018, têm 57 cursos, sendo 36 deles a distância. Destaca-se que nesse mesmo ano os cursos de Administração e Pedagogia, ambos a distância, apresentam 11.633 e 10.086 alunos matriculados respectivamente, correspondendo a aproximadamente 26% das matrículas EAD nesse centro universitário.

A tabela 13 a seguir apresenta os dez cursos com mais alunos matriculados no ano de 2018 nas instituições de ensino superior de Ribeirão Preto, e quantas IES apresentam tal curso.

⁷ Focou-se nas matrículas EAD das IES que são de Ribeirão Preto, por isso não se têm dados desta modalidade de matrículas da Faculdade Anhanguera e da Universidade Paulista. A Faculdade Anhanguera, unidade de Ribeirão Preto apresenta um código IES próprio nos microdados do INEP (5288), que apresenta somente cursos presenciais.

Tabela 13 – Dez cursos com mais matriculados presencialmente em 2018 e a quantidade destes entre as IES privadas de Ribeirão Preto

Cursos	Quantidade de alunos matriculados	Quantidade de IES que oferecem o mesmo curso
Direito	5.562	6
Administração	2.946	7
Engenharia Civil	2.778	5
Psicologia	2.773	5
Arquitetura e Urbanismo	2.034	6
Enfermagem	1.969	5
Medicina	1.940	3
Fisioterapia	1.822	5
Ciências Contábeis	1.706	6
Pedagogia	1.468	5

Fonte: FNDE

Com exceção do curso de Medicina, todos os dez cursos com mais alunos matriculados em 2018 estão presentes em cinco ou mais IES da cidade, com destaque para Direito, presente em seis IES, apresentando quase o dobro de alunos que o curso de Administração, o segundo curso com mais alunos na cidade, presente nas sete IES vistas. Ademais, somente o curso de Pedagogia, com 1.468 alunos matriculados, é um curso de Licenciatura, sendo os outros nove cursos de formação de bacharéis.

4 – Análise dos financiamentos concedidos no município de Ribeirão Preto

4.1 – Os contratos Fies em Ribeirão Preto

Para iniciarmos as discussões sobre os dados, começamos com o número de contratos financiados nas IES da cidade de Ribeirão Preto, contabilizando somente os contratos firmados nessa cidade. Unidades em outras cidades, como da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) no Guarujá, ou outras unidades da Universidade Paulista, não estão contabilizados. Ao final do capítulo, será apresentado nas considerações finais a taxa de alunos matriculados com financiamento via Fies entre os anos de 2010 a 2018 pelo total de matrículas obtidos nas planilhas dos microdados presentes no site do INEP. Para saber o valor dessa taxa foram utilizados os valores do segundo semestre de cada ano dos microdados dos financiamentos concedidos contidos no site do FNDE. A tabela 14 a seguir apresenta também o número de alunos com Fies das mesmas IES privadas vistas no capítulo anterior.

Tabela 14 – Financiamentos concedidos entre o segundo semestre de 2010 e o segundo semestre de 2018 nas instituições de ensino superior do município de Ribeirão Preto

	UNAERP	AFARP	Moura Lacerda	Barão de Mauá	Estácio
2010.2	59	1	32	54	40
2011.1	113	62	48	229	55
2011.2	201	594	85	209	78
2012.1	249	2003	371	218	175
2012.2	332	1880	373	225	164
2013.1	405	1768	689	274	255
2013.2	492	1476	770	290	278
2014.1	659	1324	1057	399	452
2014.2	760	2211	1160	423	535
2015.1	220	2217	967	152	549
2015.2	785	2011	1268	416	585
2016.1	672	1102	1251	471	741
2016.2	621	756	1064	452	723
2017.1	525	480	942	403	586
2017.2	429	615	707	315	433
2018.1	482	1819	632	401	586
2018.2	407	83	492	360	567

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Tabela 14 (cont.) - Financiamentos concedidos entre o segundo semestre de 2010 e o primeiro de 2018 nas instituições de ensino superior do município de Ribeirão Preto

	UNIP	Anhanguera	Total
2010.2	97	-	283
2011.1	125	-	632
2011.2	193	126	1486
2012.1	580	399	3995

2012.2	626	653	4253
2013.1	1335	1172	5898
2013.2	1754	1408	6468
2014.1	2760	1861	8512
2014.2	3042	1959	10090
2015.1	3626	1724	9455
2015.2	3392	1711	10168
2016.1	3338	1552	9127
2016.2	2923	1266	7805
2017.1	2420	1052	6408
2017.2	2847	807	6153
2018.1	2690	688	7298
2018.2	1555	536	4000

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Observa-se que, apesar de não termos dados anteriores ao segundo semestre de 2010, há um aumento significativo no financiamento concedido a partir do primeiro semestre de 2011 em relação ao semestre anterior, apresentando um crescimento sucessivo durante os anos seguintes nas principais IES do município, tendo uma queda acentuada após o ano de 2015. No Gráfico 10 a seguir é apresentado a evolução dos contratos financiados da Universidade de Ribeirão Preto.

Gráfico 10 – Financiamentos concedidos para a Universidade de Ribeirão Preto entre 2010.2 e 2018.2

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Como visto no gráfico, os financiamentos concedidos à estudantes da UNAERP se mantêm em crescimento até o primeiro semestre de 2015, no qual há uma queda substancial nos financiamentos concedidos, de 760 matriculados com financiamento via Fies no segundo semestre de

2014 para 220 no semestre seguinte. Contudo, há um crescimento exacerbado já no semestre seguinte, com 785 contratos concedidos, se assemelhando ao semestre anterior à queda, mas diminuindo consideravelmente durante os anos seguintes, chegando em 1330 financiamentos no segundo semestre de 2016, chegando em 407 financiamentos concedidos no último semestre da série analisada.

O gráfico 11 a seguir apresenta a série histórica da Faculdade de Ribeirão Preto (AFARP), que apresenta inicialmente como mantenedora a Associação de Ensino de Ribeirão Preto S/S Ltda., e posteriormente a União das Instituições Educacionais de São Paulo (UNIESP).

Gráfico 11 – Financiamentos concedidos para a Faculdade de Ribeirão Preto entre 2010.2 e 2018.2

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Os dados sobre os financiamentos concedidos à Faculdade de Ribeirão Preto chamam a atenção, pois é uma IES que apresentava somente um matriculado com Fies no primeiro semestre de 2010, e 2003 financiamentos concedidos um ano e meio depois, no primeiro semestre de 2012. Após esse acentuado aumento no número de financiamentos concedidos até o primeiro semestre de 2012, encontra-se uma queda no número de financiamentos concedidos, caindo para 1324 no primeiro semestre de 2014. Após isso, há um aumento novamente nas matrículas Fies, atingindo seu auge no primeiro semestre de 2015. Contudo chama a atenção a disparidade no número de matrículas Fies entre o primeiro semestre e o segundo de 2018. Se no primeiro semestre há 1819 matriculados com Fies nesta Faculdade, no segundo semestre deste mesmo ano o número foi de somente 83. A discussão sobre a AFARP será feita no próximo capítulo.

No gráfico 12 a seguir, apresenta-se a série histórica de contratos com o Fies no Centro Universitário Moura Lacerda.

Gráfico 12 – Financiamentos concedidos para o Centro Universitário Moura Lacerda entre 2010.2 e 2018.2

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

A série histórica do Moura Lacerda mostra um crescimento de contratos financiados até o segundo semestre de 2014, apresentando 32 matrículas Fies no primeiro ponto da série, compreendendo 1160 matrículas no segundo semestre de 2014. Há uma queda nesse número de financiamentos concedidos no semestre seguinte, com crescimento no segundo semestre de 2015, atingindo o máximo de financiamentos concedidos para esta IES, com 1268 matriculados cadastrados no Fies. A partir de então há uma queda praticamente constante nos semestres seguintes compreendidos nesta análise, com 492 matriculados Fies no segundo semestre de 2018, menor número desde o primeiro semestre de 2013.

A próxima IES, cujos dados são apresentados, é o Centro Universitário Barão de Mauá, no gráfico 13 a seguir.

Gráfico 13 – Financiamentos concedidos para o Centro Universitário Barão de Mauá entre 2010.2 e 2018.2

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Os dados referentes ao Centro Universitário Barão de Mauá apontam que esta não apresenta muitos contratos financiados como as instituições apresentadas anteriormente. Como aconteceu com algumas IES apresentadas anteriormente, há um crescimento no número de matriculados com Fies até o segundo semestre de 2014, seguido de queda no primeiro semestre do ano seguinte, para apresentar um crescimento no segundo semestre de 2015, colocando em números no segundo semestre tinha-se 423 financiamentos concedidos para essa IES, no primeiro semestre de 2015 esse número foi para 152, subindo para 416 no semestre seguinte. Após esse período, há uma queda no número de financiamentos Fies concedidos, apresentando número de 360 no segundo semestre de 2018.

O Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, apresentado no gráfico 14 a seguir. Anteriormente conhecida como UniSEB, esta foi adquirida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá no dia 14 de setembro de 2013, mudando seu nome para Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto em 2015.

Gráfico 14 – Financiamentos concedidos para o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto entre 2010.2 e 2018.2

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Essa IES apresenta, no segundo semestre de 2010, e nos dois semestres seguintes, poucos contratos Fies, mas mais do que triplica esse número no primeiro semestre de 2012, com 175 contratos concedidos. Diferente de algumas IES vistas, a Estácio não apresenta queda nas matrículas Fies no primeiro semestre de 2015, contudo, após o pico do primeiro semestre de 2016, com 741, os alunos com financiamento via Fies começa a cair, atingindo 567 matrículas com financiamentos concedidos no segundo semestre de 2018.

O gráfico a seguir (15) trata dos matriculados com Fies da Universidade Paulista, campus de Ribeirão Preto.

Gráfico 15 – Financiamentos concedidos para a Universidade Paulista, campus de Ribeirão Preto, entre 2010.2 e 2018.2

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

O campus de Ribeirão Preto da Universidade Paulista é o que apresenta o maior número de alunos Fies entre todas as IES vistas no município de Ribeirão Preto. Se no início da série, essa universidade apresentava 97 matriculados com Fies (maior entre as IES vistas nesse mesmo semestre), apresenta um crescimento expressivo do segundo semestre de 2012 até o primeiro semestre de 2015, semestre que o número de alunos com Fies atinge a quantidade de 3626 matriculados. Depois deste período de crescimento, a UNIP apresenta uma queda nas matrículas, atingindo seu menor número desde então, no segundo semestre de 2018, com 1555 alunos com Fies, número de financiamentos concedidos próximos ao que a IES teve no segundo semestre de 2013.

O último gráfico a seguir (16) apresenta os financiamento concedidos na unidade de Ribeirão Preto da Faculdade Anhanguera.

Gráfico 16: Financiamentos concedidos para a Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto entre 2010.2 e 2018.2

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

A Faculdade Anhanguera tem seus primeiros alunos matriculados com Fies somente no segundo semestre de 2011, com 126 alunos. A partir de então, o número de alunos com financiamento concedidos via governo cresce expressivamente até o segundo semestre de 2014, semestre em que atinge o número de 1959 alunos com Fies. Se o crescimento foi rápido, após esse semestre o campus de Ribeirão Preto da Anhanguera apresenta uma queda igualmente expressiva, na qual termina o último semestre da série histórica com 536 alunos que utilizam o Fies.

Nos microdados utilizados aparecem duas IES de Ribeirão Preto que não apresentam uma série histórica, contendo dados de financiamentos concedidos por períodos limitados. A Faculdade Filadélfia, apresenta matrículas no segundo semestre de 2013 e no primeiro de 2014, e a Faculdade Metropolitana do Estado aparece com alunos com financiamentos concedidos via Fies somente no primeiro semestre de 2017.

4.2 – Repasses dos Certificados Financeiros do Tesouro – Série E (CFT-E) para as instituições de ensino superior de Ribeirão Preto

Nesse item serão analisados os repasses dos títulos públicos (CFT-E) feitos às instituições de ensino superior de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018. Os dados utilizados são encontrados na página do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, apresentando os dados de 2010 (somente o segundo semestre deste ano) até 2018 em uma planilha de dados contando todos os meses de repasses, e a partir de 2017 e 2018 as planilhas são separadas por mês. Contudo, entre as IES não

foi possível analisar os repasses para a Universidade Paulista, pois nos microdados não há uma discriminação entre os diferentes campi desta universidade. Além disto, para essa análise, será apresentado o cálculo anual do repasse atualizado pelo IPCA.

O gráfico 17 a seguir apresenta os valores de repasses para a UNAERP entre os anos de 2010 e 2018.

Gráfico 17 – Repasses concedidos à Universidade de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

O gráfico mostra que os valores repassados para o Fies na universidade apresentam inicialmente um pequeno valor, com R\$ 257.693,36 no ano de 2010, crescendo praticamente de forma constante até 2015, ano em que atinge o maior valor de repasse para essa IES, com R\$ 25.372.480. Em 2016 há uma queda no repasse, e em 2017 tem-se o segundo maior valor repassado para essa universidade, com R\$ 23.316.856,94. No ano de 2018 o repasse atingiu o valor de R\$ 16.165.452,57.

O gráfico 18 a seguir apresenta os valores de repasse para a Faculdade de Ribeirão Preto.

Gráfico 18 – Repasses concedidos à Faculdade de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Os valores repassados para a Faculdade de Ribeirão Preto se iniciam no ano de 2011, ano em que a IES começa a ter mais financiamentos concedidos, conforme visto nas matrículas Fies no gráfico 8. Se em 2011 o valor de repasse para essa IES não foi tão alto, no ano seguinte tem um repasse excessivamente alto em relação ao do ano passado, chegando a seu pico em 2013, com R\$ 23.566.366. Após esse período, há uma queda nos valores repassados nos anos de 2014 e 2015, crescendo quase que constante até 2018, ano em que o valor repassado para esta faculdade foi de R\$ 17.837.476,13.

No gráfico 19 a seguir é apresentado os repasses recebidos pelo Fies ao Centro Universitário Moura Lacerda.

Gráfico 19 – Repasses concedidos ao Centro Universitário Moura Lacerda entre 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Os valores repassados ao Moura Lacerda, na série história, se apresenta inicialmente, com R\$ 106.133,69, no segundo semestre de 2010, crescendo praticamente de forma constante entre 2011 e 2015, ano em que atinge maior valor de repasse pelo governo, com R\$ 12.828.466,30. Em 2016 apresenta uma leve queda nos valores repassados, crescendo novamente em 2017, ano que atinge o maior valor de repasse, com R\$ 13.733.878,16. No ano de 2018 os repasses caíram ao menor valor desde 2014, com R\$ 8.068.130,89

O gráfico a seguir (20) apresenta os dados de repasses do Governo Federal para o Centro Universitário Barão de Mauá.

Gráfico 20 – Repasses concedidos ao Centro Universitário Barão de Mauá entre 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Os repasses feitos ao Barão de Mauá pelo Governo Federal mostra que houve um crescimento abrupto de 2010 para 2011, mantendo esse crescimento quase constante até 2014, no qual o valor repassado atingiu R\$ 8.226.207,56. Nos dois anos seguintes o valor do repasse deu uma leve queda, elevando novamente no ano de 2017 com R\$ 8.914.953,11. No ano de 2018 os valores repassados caem, com nível abaixo do patamar de 2013, sendo de R\$ 6.614.508,17.

O gráfico a seguir (21) apresenta os repasses de CFT-E para o Centro Universitário Estácio de Ribeirão entre 2010 e 2018.

Gráfico 21 – Repasses concedidos ao Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro 2018)

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Das IES apresentadas, esta é a única que se mantém em constante crescimento até 2017, ano no qual os repasses atingem o valor de R\$ 17.027.659,45. Nos primeiros anos, entre o segundo semestre de 2010 até 2013, o crescimento dos repasses se mantém menor que outras faculdades já analisadas. A partir de 2014, ano seguinte após a fusão da UniSEB com a Estácio, há um maior crescimento entre os repasses, como se pode ver pela curva até 2017. No ano de 2018 há uma pequena queda no valor do repasse, sendo de R\$ 16.887.457,06, ou seja, com pouca diferença em relação ao valor do ano passado.

O gráfico a seguir (22) trata sobre os repasses de CFT-E feitos para a unidade do município de Ribeirão Preto da Faculdade Anhanguera entre os anos de 2011 e 2018.

Gráfico 22 – Repasses concedidos a Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018)

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Como visto, no item anterior, os financiamentos concedidos no campus de Ribeirão Preto da Faculdade de Anhanguera se iniciam no segundo semestre de 2011, com 126 alunos recebendo financiamento via Fies, por isso o baixo repasse nesse ano, como visto no gráfico acima. Os repasses continuam a aumentar para essa IES até 2015, ano em que se atinge o valor de R\$ 15.803.592,68, maior repasse registrado nessa série. Nos três anos seguintes há uma queda nos valores repassados, chegando a R\$ 9.614.559,31.

A Faculdade Filadélfia e a Faculdade Metropolitana não tiveram valores expressivos de repasses feitos no período analisado, tendo repasses para o Fies feitos em momentos específicos da série histórica. A primeira faculdade teve repasses entre os anos de 2013 e 2014, sendo que no primeiro somente nos meses de novembro e dezembro, somando um valor total de R\$ 98.586. Em 2014 o valor repassado foi de R\$ 144.592,80, sendo que o financiamento foi repassado somente no mês de julho. Já a Faculdade Metropolitana só teve repasses financeiros para o fundo no ano de 2017, em alguns meses do primeiro semestre, somando um valor de R\$ 4.152,00.

4.3 Recompra dos Certificados Financeiros do Tesouro – Série E (CFT-E) das instituições de ensino superior de Ribeirão Preto

Como apresentado no item 1.2, é permitido ao Governo Federal a recompra dos CFT-E, a cada trimestre, das entidades mantenedoras que estejam adimplentes com suas obrigações fiscais e

previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, promovendo o depósito do valor na conta corrente da instituição, junto ao agente financeiro do Fies. Nesse item é apresentado os valores de recompra efetuado para as IES, no qual serão expostos na forma de gráficos contendo os valores de recompra, corrigidos pela inflação segundo o IPCA. Os nomes que aparecem são os das mantenedoras das IES conforme está nos dados do FNDE. Os valores de recompra realizados no ano não significa que seja sobre o repasse do mesmo ano, podendo ser sobre repasses anteriores.

Como no caso dos repasses, não há uma discriminação nos dados de recompras sobre o campus de Ribeirão Preto da Universidade Paulista, e nesse caso, também não há dados de recompra sobre a Faculdade da Anhanguera, pelo mesmo motivo.

O gráfico 23 a seguir traz os dados da recompra feita pelo FNDE da Universidade de Ribeirão Preto, que tem como mantenedora a Associação de Ensino de Ribeirão Preto.

Gráfico 23 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal da Associação de Ensino de Ribeirão Preto entre 2012 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018).

Fonte: FNDE

A recompra dos CFT-E feita pelos repasses do Governo Federal à Associação de Ensino de Ribeirão Preto só apresenta valores a partir do ano de 2012. Nesse ano, o valor da recompra foi de R\$ 2.266.352,79, valor que foi crescendo sucessivamente até 2015, ano em que o valor de recompra foi de R\$ 15.897.501,90. Após esse ano, há uma queda na recompra dos títulos públicos, como visto no gráfico, sendo que no ano de 2018 o valor foi de R\$ 3.837.333,15, menor valor desde o ano de 2013.

O gráfico 24 a seguir apresenta os valores de recompra do Fies para a mantenedora Associação de Ensino de Ribeirão Preto S/S Ltda. e UNIESP S/A, que controla a Faculdade de Ribeirão Preto.

Gráfico 24 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal da Associação de Ensino de Ribeirão Preto S/S Ltda. e da UNIESP S/A entre 2011 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Os valores da recompra dos títulos públicos pelo FNDE nessa mantenedora mostra que ela atinge um valor exorbitante nos primeiros anos registrados da recompra, com R\$ 21.356.155,78 em 2013. Nos anos seguintes há um decréscimo nos valores de recompra, mesmo que se mantenha alto, comparado às recompras realizadas com as outras mantenedoras analisadas. Apesar de ter uma queda acentuada nos anos seguintes a 2013, a recompra feita pelo Fies no ano de 2018 foi de R\$ 16.067.410,43.

O gráfico a seguir (25) apresenta os valores de recompra da mantenedora Instituto Universitário Moura Lacerda, mantenedora do Centro Universitário Moura Lacerda.

Gráfico 25 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal do Instituto Universitário Moura Lacerda entre 2014 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

A recompra junto à mantenedora do Moura Lacerda inicia no ano de 2014, com o valor de R\$ 2.916.965,63. Apresentando seu maior valor de recompra em 2017, com R\$ 6.963.010,96, os valores de recompras praticamente dobram de 2015 para 2016. Contudo, em 2018 o valor de recompra cai bruscamente, sendo de R\$ 1.794.180,78, sendo o menor valor nos cinco anos da série analisada.

Os dados de recompra dos repasses à mantenedora do Centro Universitário Barão de Mauá, a Organização Educacional Barão de Mauá se encontra no gráfico a seguir (26).

Gráfico 26 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal da Organização Educacional Barão de Mauá entre 2015 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

A recompra dos repasses feitos à Organização Educacional Barão de Mauá são realizados a partir de 2015. No primeiro ano de recompra ao Barão de Mauá o valor foi de R\$ 3.425.744,36, e no ano seguinte atinge o valor máximo de recompra para essa mantenedora, de R\$ 5.058.642,81. A partir do ano de 2017 há uma queda brusca no montante da recompra, sendo que no ano de 2018 foi de somente R\$ 131.427,18.

Por fim, o último gráfico a ser apresentado (27) a seguir será sobre o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, cuja a mantenedora que aparece nas planilhas de recompra intitula-se UniSEB Cursos Superiores Ltda.

Gráfico 27 – Recompra de CFT-E pelo Governo Federal da Associação de Ensino de Ribeirão Preto entre 2012 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

A recompra realizada junto à UniSEB Cursos Superiores se inicia com um valor baixo, R\$ 475.163,67 em 2013. No ano seguinte há um aumento expressivo em relação ao ano anterior nos valores de recompra, chegando a R\$ 7.277.646,63; apresentando uma queda no valor de recompra nos dois anos seguintes, a série atingindo o valor máximo das recompras anuais em 2017, com R\$ 10.076.760,04. Por fim, o valor da recompra no ano de 2018, foi de R\$ 6.158.391,46, próximo ao valor total do ano de 2014.

Já a Faculdade Filadélfia, só apresentou valores de recompra no ano de 2014, ano no qual o Governo Federal comprou R\$ 137.119,44 dos CFT-E repassados à esta mantenedora.

4.4 – Considerações finais do capítulo

O gráfico 28 a seguir mostra o número de alunos contemplados com Fies entre 2010 e 2018 nas IES privadas de Ribeirão Preto.

Gráfico 28 – Número de financiamentos concedidos nas IES de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018.

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Se não é possível acompanhar o Fies no período anterior a 2010, através dos microdados, fica notável o crescimento do número de financiamentos concedidos até 2014, principalmente se comparado ao primeiro ano possível de acompanhar antes das alterações feitas à Lei do Fies. As medidas contempladas pelo governo, principalmente através das mudanças como menor taxa de juros, a permissão de poder captar alunos com renda bruta familiar de 20 salários mínimos, maior tempo de

duração para quitar os empréstimos, entre outros. As mudanças realizadas no Fies para os ingressantes a partir de 2015, como o retorno a taxa de juros para 6,5% ao ano, exigência de uma nota mínima no ENEM e renda familiar mensal bruta de até 2,5 salários mínimos, talvez sejam os responsáveis pela queda de alunos que tiveram financiamento pelo Fies. As mudanças ocorridas no Fies no fim de 2017 e início de 2018, pelo governo Temer, ainda não são tão relevantes aqui para conseguir captar a diferença nas matrículas que causou, sendo necessárias novas pesquisas, que captem o número de financiamentos concedidos nos próximos anos.

Cada IES apresenta suas peculiaridades na quantidade de alunos contemplados com Fies, contudo é possível acompanhar algumas similaridades. A primeira é o crescimento das matrículas Fies que ocorre no início da série, principalmente entre 2011 e 2012, e que ocorrem em praticamente todas as IES. Nessa situação, chama a atenção a Faculdade de Ribeirão Preto, que, se no segundo semestre de 2010, apresentava somente um aluno com financiamento via Fies e, no primeiro semestre de 2012, tem 2003 alunos com o financiamento estudantil. A Universidade Paulista é um outro caso que, em 2010, apresentava 97 alunos com Fies entre seus matriculados, cresce demasiadamente até o primeiro semestre de 2015, chegando a ter 3626 alunos com Fies.

Contudo, apesar da AFARP e da UNIP apresentarem crescimento nesse semestre citado acima, grande parte das IES têm uma queda no número de financiamentos via Fies no primeiro semestre de 2015. A Faculdade Anhanguera, Centro Universitário Moura Lacerda, Centro Universitário Barão de Mauá e a Universidade de Ribeirão Preto apresentam um movimento similar de queda entre os alunos matriculados que adotam o Fies. As mudanças feitas no final do ano de 2014, fim do primeiro governo de Dilma Rousseff, exigindo melhores notas dos alunos no ENEM, e também exigindo mais das IES para que se tivesse o financiamento certamente contribuiu para essa situação. Apesar disso, no segundo semestre de 2015, essas IES, excluindo a Anhanguera, volta a apresentar similar número de financiamento via Fies que apresentavam no segundo semestre de 2014.

Após o primeiro semestre de 2016, período que inicia o impeachment da presidenta Dilma, encerrado em agosto do mesmo ano, há uma queda no número de alunos com Fies. Se na UNIP e na AFARP há uma queda a partir do segundo semestre de 2015 (apesar de que nessa última crescer no primeiro semestre de 2018), todas as IES apresentam queda a partir de 2016, sendo que no segundo semestre de 2018 a Faculdade Anhanguera, Moura Lacerda, Barão de Mauá, UNAERP e o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto apresentam números próximos de alunos matriculados com Fies.

Se o crescimento bruto das matrículas Fies em IES como a UNIP e a AFARP chamam a atenção, é a porcentagem dos alunos Fies sobre o número de alunos total que esclarece o quanto dos instituições de ensino superior privados tiveram suas matrículas dependentes do Fies. A tabela a seguir apresenta a porcentagem de alunos Fies nas IES entre 2010 e 2018.

Tabela 15 – Porcentagem de alunos usuários do Fies sobre as matrículas totais nas IES de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
AFARP	0%	32,2%	51,6%	33,1%	53,6%	59,7%	31,1%	36,4%	8,3%
Anhangue ra	0%	7,56%	21,1%	42%	43,1%	33,4%	23,5%	17,2%	11,5%
Barão	0,7%	3,1%	3,7%	4,6%	6,1%	6%	6,8%	5,1%	6%
Estácio	1,2%	2,4%	5,9%	10,7%	19,8%	17%	14,7%	6,7%	7,8%
Moura	0,6%	1,6%	6,6%	10,5%	17,1%	19,7%	18,2%	13,3%	10,2%
UNAERP	0,9%	3,2%	5,4%	7,6%	10,8%	10,5%	6,8%	8,9%	5,2%
UNIP	1,3%	2,4%	7,1%	17,1%	25,1%	26,4%	23,6%	24,2%	14,2%

Fonte: Elaborado pelo autor

A porcentagem de matrículas de alunos com Fies sobre as matrículas totais chama a atenção nas Faculdade de Ribeirão Preto e na Faculdade Anhanguera, no qual a primeira apresenta em 2015 59,7% dos alunos da faculdade com financiamento com Fies e 43,1%, em 2014, dos alunos na unidade de Ribeirão Preto da Faculdade Anhanguera tinham Fies enquanto cursava a graduação.

Destaca-se que na AFARP a porcentagem de alunos com Fies era já de 32,2% em 2011, sendo que no ano anterior somente um aluno em 1821 era financiado através do Fies. Se em 2015 a porcentagem de beneficiados pelo Fies na AFARP foi a maior entre todas as IES, em 2016 há uma queda seguida por um leve aumento no ano seguinte. Entretanto, em 2018 a porcentagem despenca consideravelmente, sendo de somente 8,3% alunos com Fies nessa faculdade.

Já na Anhanguera a porcentagem de alunos cresce continuamente de 2011, primeiro ano com alunos beneficiados pelo Fies nessa IES, até 2014, ano em que atinge seu valor máximo. A partir de 2015 esse número começa a diminuir, atingindo 11,5% em 2018. A Universidade Paulista, apesar de um número expressivo de alunos de Fies na cidade, não apresentou uma grande porcentagem destes em relação ao total de alunos, como vistos na AFARP e até na Anhanguera, até por ter o maior número de alunos, como vistos no capítulo anterior.

O Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto e o Centro Universitário Moura Lacerda apresentam porcentagem de alunos Fies próximos, na faixa de 20% de alunos no auge do programa entre 2014 e 2015. Por fim, a UNAERP e o Centro Universitário Barão de Mauá, duas IES tradicionais do município, são os que apresentam menores porcentagens de alunos usuários do Fies. Mesmo no ano de 2014 e 2017, ano em que as duas IES apresentam mais alunos com Fies, respectivamente, este na UNAERP foi de 10,8%, e somente 8,9% no Barão de Mauá. O gráfico 29 a seguir permite uma melhor visualização das porcentagens dos alunos com Fies nas IES de Ribeirão Preto.

Gráfico 29 – Porcentagem de alunos usuários do Fies nas IES do município de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 e 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 30, a seguir, apresenta os valores de repasse dos Certificados Financeiros do Tesouro – Série E (CFT-E) para todas as IES de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018 para efeito de comparação.

Gráfico 30 – Repasses dos CFT-E concedidos às IES de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018).

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Aqui temos duas IES que apresentam um alto repasse nesses anos, a AFARP, que apresenta um crescimento rápido em três anos, mas que em seguida diminui o valor dos repasses; e a UNAERP que apresenta um crescimento até 2015, declinando após esse ano. Chama a atenção o fato de que essa IES no ano de maior repasse apresentava 785 alunos beneficiados com Fies, portanto o repasse por aluno foi bem alto nessa universidade, certamente impulsionado por cursos como Direito, Medicina e Odontologia, que são os cursos que apresentam maiores matrículas nesse ano. A AFARP, entretanto, após queda em 2015, continua a crescer nos valores de repasses, mesmo com queda nas matrículas nos anos seguintes, destacando 2018, último ano da série histórica, no qual a AFARP apresentou somente 83 alunos no segundo semestre de 2018.

Há uma semelhança no repasse feito para algumas IES de Ribeirão Preto, no qual apresentam um crescimento contínuo, com queda no ano de 2015 ou 2016, com um aumento no ano seguinte, sendo que em 2018 todas as IES, menos a AFARP, apresentam um valor menor de repasses do que no ano de 2017. O Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto é uma das IES que apresenta crescimento no valor de repasse do Fies em todos os anos até 2017, principalmente após 2013, ano em que foi adquirida pelo Grupo Estácio.

Já a recompra feita pelo Governo junto às mantenedoras das IES não apresenta um padrão claro, sendo que algumas recompras começam em anos diferentes dependendo da IES, além de que cada instituto apresenta valores diferentes entre elas no mesmo ano, movimentos diferentes conforme o ano que é comparado aos anteriores e posteriores. Ademais, destaca-se que em 2018, excluindo a AFARP, todas as IES apresentam queda no valor de recompra, sendo que algumas, como a UNAERP, já apresentavam queda desde 2016. O gráfico 31 a seguir apresenta os valores de recompra do CFT-E das IES do município de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018.

Gráfico 31 – Recompra dos CFT-E pelo Governo Federal junto às mantenedoras das IES de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018 (R\$ em milhões, dezembro de 2018).

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Com a soma dos dados de alunos com financiamento via Fies, em todos os semestres de todas as IES de Ribeirão Preto vistas aqui, apresenta-se na tabela 16 a seguir os dez cursos com mais matriculados com Fies entre 2010 e 2018.

Tabela 16 – Cursos com mais financiamentos concedidos entre 2010 e 2018 no município de Ribeirão Preto

Posição	Curso
1º	Direito
2º	Engenharia Civil
3º	Administração
4º	Engenharia Mecânica
5º	Pedagogia

6º	Engenharia de Produção
7º	Ciências Contábeis
8º	Arquitetura e Urbanismo
9º	Psicologia
10º	Medicina

Fonte: elaborado pelo autor

Dos dez cursos com mais matriculados no ano de 2018, vistos nas considerações finais do capítulo anterior, oito estão presentes nessa lista dos dez cursos com mais alunos com Fies entre 2010 e 2018. Destaca-se que o curso de Direito, que apresentou maior número de alunos matriculados na cidade em 2018, também é o curso com mais financiamentos concedidos. Já o curso de Administração e Engenharia Civil, respectivamente os dois cursos seguintes ao Direito com maiores matrículas em 2018, aqui invertem, no qual Engenharia Civil apresenta o segundo maior número de alunos com Fies e Administração o terceiro entre 2010 e 2018. Somente Pedagogia, quinto curso com mais financiamento concedidos na cidade, é um curso de Licenciatura.

Ademais, comparado aos cursos com mais financiamentos concedidos no Brasil entre 2010 e 2018, Direito, Administração e Engenharia Civil também são os três cursos com mais financiamentos na cidade de Ribeirão Preto, enquanto a nível nacional Administração e Engenharia Civil são, respectivamente, os cursos com mais financiamentos, na cidade as posições destes dois cursos são invertidas. Ciências Contábeis, Pedagogia e Psicologia são os outros cursos que estão presentes tanto entre os cursos com mais financiamentos concedidos na cidade de Ribeirão Preto, quanto à nível nacional, ou seja, seis cursos são os mesmos presentes nas duas listas.

5 – Faculdade de Ribeirão Preto: até onde vai o mercado

5.1 Aspectos históricos

A Faculdade de Ribeirão Preto é credenciada como instituição de ensino superior no ano 2000, primeiramente com o nome de Faculdade Bandeirantes (Faban), através da Portaria Ministerial nº 44, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 de janeiro de 2000. A Faban foi autorizada no mesmo mês a implantar os cursos de Administração, Pedagogia e Turismo (FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO, 2017).

Sua mantenedora original, a Associação Bandeirantes de Ensino foi fundada no dia 25 de abril de 1996 em Ribeirão Preto, e no ano seguinte, encaminhou ao Ministério da Educação e Cultura os primeiros cursos para serem protocolados. Segundo consta no site oficial da IES, os cursos foram escolhidos através de pesquisas de mercado e levantamento de cursos que poderiam ter bom número de egressos. O primeiro curso a receber a aprovação do MEC foi o curso de Administração e em 1999, quando os cursos de Pedagogia e Turismo estavam em fase final de aprovação, o capital da Faban foi aberto, possibilitando a entrada de novos sócios (FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO, 2017).

Após essa etapa, começou a procura por um local para ser a sede da entidade. A primeira instalação da faculdade foi na esquina da Rua Saldanha Marinho com a Prudente de Moraes, nº 915, localizado na região central de Ribeirão Preto. Com custos aproximados de R\$ 1,5 milhão de reais, o prédio foi reformado em menos de 30 dias, e inaugurado no dia 01 de março de 2000 (FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO, 2017). A figura 1 apresenta esse primeiro endereço da Faban, fotografia do Google Maps (via Street View) em setembro de 2017. Externamente, o prédio era bem precário, com pouca informação e escassa aparência de que ali era uma faculdade, ademais essa parte da região central é desvalorizada, ficando próximo da principal rodoviária do município.

Figura 1 – Primeiro prédio da Faculdade Bandeirantes (antiga Faculdade de Ribeirão Preto)

Fonte: Google Maps

No ano de 2002 a faculdade recebeu a autorização do MEC para a abertura de mais dois cursos: Matemática e Sistemas de Informação. No ano seguinte, em 2003, a faculdade se expande para mais um prédio, este, também localizado no centro da cidade, na Rua São Sebastião, nº 1324. No mesmo ano são formadas as primeiras turmas de Administração e Pedagogia, permitindo que fosse aberto um processo normal ao MEC/INEP para o reconhecimento destes cursos, fato aprovado após uma análise realizada por uma comissão do MEC responsável por visitar pessoalmente as instalações da faculdade, conhecer o projeto pedagógico e o corpo docente. No ano de 2004 a Faban inaugura os cursos de Ciências Contábeis, Letras, Engenharia de Produção e Complementação Pedagógica (FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO, 2017).

Através da Portaria nº 1.027 de 17 de agosto de 2010, ocorre a alteração na denominação da IES, de Faculdade Bandeirantes para Faculdade de Ribeirão Preto. Já a Portaria nº 140 de 23 de fevereiro de 2017 atesta a transferência de mantenedora, para a UNIESP S.A., entretanto, em notícia de 17 de junho de 2009 da Folha de São Paulo, encontra-se que a União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (UNIESP) já administrava a faculdade desde este ano, quando ainda se chamava Faban. Nos últimos tempos a AFARP adotou o nome de Universidade Brasil em sua instalação na Rua São Sebastião, nome da rede pertencente ao grupo UNIESP. Contudo no sistema do e-MEC ainda continua com o nome de Faculdade de Ribeirão Preto, e no site oficial da IES, apresenta os dois nomes (FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO, 2017). A figura 2, de setembro de 2017 mostra que em sua fachada apresenta o nome de AFARP, e a figura 3, feita pelo autor em agosto de 2019 mostra que a AFARP traz “Universidade Brasil - Ribeirão Preto” em sua fachada do prédio.

Figura 2 – Fachada do segundo prédio da Faculdade de Ribeirão Preto em 2017

Fonte: Google Maps

Figura 3 – Fachada do prédio da Faculdade de Ribeirão Preto, com o nome alterado para Universidade Brasil em 2019

Fonte: Autor

A AFARP muda novamente de endereço no início de 2020, localizada agora na Avenida Nove de Julho, nº 2290, bairro Jardim América, área mais valorizada da cidade. Nesse momento a instituição oferece seis cursos de bacharelado, sendo estes o curso de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Produção, Publicidade e Propaganda, e Sistemas de Informação; e o curso de Pedagogia, sendo o único de licenciatura na faculdade nesse momento. No entanto, a Faculdade de Ribeirão Preto desde 2000 também já ofereceu os cursos de

Artes Visuais, Ciências Econômicas, Engenharia, Engenharia Mecânica, Gestão de Recursos Humanos, Letras – Português e Espanhol, Letras – Português e Inglês, Marketing, Matemática, Teologia e Turismo (e-MEC, 2019). A tabela 17 a seguir apresenta as mensalidades da AFARP no ano de 2019⁸, conforme visto na Portaria Interna nº 137 de, 15 de outubro de 2018 (FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO, 2018).

Tabela 17 – Mensalidades dos cursos da Faculdade de Ribeirão Preto no ano de 2019

Cursos	Mensalidade	Cursos	Mensalidade
Administração	R\$ 804,00	Pedagogia	R\$ 644,00
Ciências	R\$ 804,00	Publicidade e	R\$ 804,00
Contábeis		Propaganda	
Engenharia	R\$ 1221,00	Sistemas de	R\$ 804,00
Ambiental e		Informação	
Sanitária			
Engenharia de	R\$ 1221,00		
Produção			

Fonte: Faculdade de Ribeirão Preto (uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/manuais_portarias/20190204181501.pdf)

No histórico do Índice Geral dos Cursos (IGC)⁹ da Faculdade de Ribeirão Preto, entre 2007 e 2018, prevalece a nota 3, no entanto nos anos de 2011, 2012 e 2013 a faculdade teve sua nota reduzida para 2. Já o Conceito Institucional (CI)¹⁰ apresenta também nota 3 no ano de 2017, última vez em que foi avaliado (e-MEC, 2019).

5.1.1: A UNIESP

Não há como falar da Faculdade de Ribeirão Preto sem falar de sua mantenedora atual. A UNIESP foi criada em 1999 junto à faculdade de Presidente Epitácio, pelo engenheiro José Fernando Pinto da Costa, o qual consta no e-MEC (2019) ainda como presidente e diretor da instituição. Segundo seu site oficial, a UNIESP tem o diferencial de aderir e difundir programas e convênios do

⁸ No documento que contém os valores de mensalidades da Faculdade de Ribeirão Preto encontra-se a mensalidade para o curso de Engenharia Mecânica (R\$ 1221,00), entretanto, encontra-se no site do e-MEC que o curso foi extinto da grade antes mesmo de ser iniciado.

⁹ O Índice Geral dos Cursos é um indicador de qualidade divulgado anualmente pelo INEP levando em conta a média do Conceito Preliminar do Curso do último triênio, divulgado após o ENADE; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós graduação, se a IES oferecer; e a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019).

¹⁰ O Conceito Institucional é feito através da avaliação in loco realizado pelo MEC com fim de checar se a IES oferece o aparato necessário para o atendimento dos estudantes.

Governo Estadual e Federal, sendo a primeira instituição a aderir ao PROUNI, antes mesmo do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional. Consta na mesma página oficial de que o objetivo da UNIESP e de seu fundador é praticar a “Educação Solidária”, com foco no acesso ao ensino superior de qualidade, participando de projetos sociais e educacionais dos setores público e privado, voltado ao atendimento à comunidade e ao desenvolvimento sustentável (UNIESP S/A, 2017).

Atualmente a UNIESP é a mantenedora de 92 instituições de ensino superior no Brasil, segundo o e-MEC (2019), sendo que essas IES estão localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Pernambuco. O Anexo A apresenta todas as IES pertencentes a UNIESP conforme consta na página do e-MEC (2020).

Na década de 2010 a UNIESP foi acusada de algumas improbidades, principalmente ao que concerne à maneira que esta lidava com o Fies. A UNIESP foi denunciada por propaganda enganosa em virtude do programa “UNIESP paga”, criado em 2010 que prometia aos alunos que se inscrevessem no Fies em suas instituições, gratuidade ao fim do curso desde que cumprissem certos requisitos, como atividades extraclasse, bom rendimento nas disciplinas e o pagamento de R\$ 50,00 a cada três meses. Para tanto, eles afirmavam que o aluno somente teria que ir aos bancos da instituição aderir ao Fies, que a UNIESP pagaria o Fies para eles, não sendo necessário fiador. Em dez meses, mais de 5700 alunos procuraram os bancos para aderir ao Fies. Para bancar o programa, Costa, presidente e criador do grupo, afirmava que iria utilizar recursos de um fundo de investimento registrado em julho na Comissão de Valores Imobiliários para os pagamentos desses financiamentos (LEAL, 2012). A figura a seguir apresenta a propaganda do UNIESP veiculada na época de sua vigência.

Figura 4 – Propaganda do programa “UNIESP paga”

Fonte: Caristina (2019)

Ao contrair o Fies no banco, as IES pertencentes à UNIESP entregavam um documento aos alunos optantes pelo programa “UNIESP paga” em que a instituição se comprometia a pagar a dívida. Contudo, para os programas de defesa do consumidor, tal documento não apresentava valor legal. Sendo assim, caso a mantenedora não pagasse as parcelas do financiamento, o aluno ficaria com o nome sujo. Tal oferta, acabou a colocando na mira do Ministério da Educação, que pediu que a Polícia Federal investigasse o grupo por fraude (LEAL, 2012). Em 2013 o grupo UNIESP liderou o número de reclamações no Programa de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo (PROCON-SP), com 290 reclamações, um aumento de 136% em relação ao ano de 2012, sendo que o “UNIESP paga” o carro chefe das reclamações (REVISTA VEJA, 2013).

Por consequência, a UNIESP assinou, no dia 16 de abril de 2014, junto ao Ministério Público Federal, o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de regularizar os financiamentos e impedir os alunos de serem vítimas de prejuízos mediante as ações da instituição. Além disso, o grupo UNIESP que já estava proibido de contratar novos financiamentos estudantis desde 2013, teve que conceder 30% de desconto para todos os estudantes, mesmo os que não recebiam financiamento estudantil, por todo o primeiro semestre de 2014. Também ficou acertado que a instituição teria que rever todos os contratos com irregularidades, que eram mais de 47 mil contratos, nos quais os financiamentos deveriam ser encerrados, obrigando-a a quitar as dívidas até o dia 31 de dezembro de 2014, ou conceder bolsa integral para todos os alunos prejudicados até o final do curso. Contudo, a mesma não quitou o saldo do financiamento (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014).

O TAC assinado também obrigou a unificação de todas as suas faculdades, centros universitários e universidades em uma só mantenedora, além de sanar outras irregularidades

apontadas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014). Contudo, como visto no caso da Faculdade de Ribeirão Preto, a Portaria que regulamentou a transferência de mantenedora só foi publicada em fevereiro de 2017, quase três anos após a assinatura do TAC.

Entretanto, os problemas com o programa “UNIESP paga” continuou existindo. Nos últimos anos começaram a aparecer relatos e processos de ex-alunos, usuários do programa, que não foram informados durante a graduação de nenhum descumprimento das cláusulas, ou que estivessem irregulares no programa até o fim do curso, mas, ao terminar a graduação, receberam a informação de que não cumpriram todas as obrigações de forma correta, perdendo o benefício do programa, e começaram a receber cartas com o nome negativado junto ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC). Segundo entrevista realizada pelo G1 com um advogado de Ribeirão Preto, que tenta o ressarcimento de quase 80 ex-alunos, sendo 65 deles da cidade de Ribeirão Preto, há casos de estudantes com dívidas entre R\$ 40 mil e R\$ 90 mil reais no banco. Segundo o advogado, a maioria dos alunos prejudicados eram matriculados nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Propaganda e Publicidade. Essa mesma matéria apresenta a situação de um ex-aluno, que por estar com o nome sujo, perdeu um emprego e quase não foi contratado em outro lugar por causa da inadimplência (TIENGO, 2018). Uma ação civil pública foi ajuizada contra a UNIESP pelo Ministério Público Federal de São Paulo para que fossem apresentadas as garantias financeiras que assegurava o pagamento dos valores contratados pelo “UNIESP paga”. Segundo o MPF, o grupo terá que despendar R\$ 2 bilhões até o ano de 2026 para que cumprisse o pagamento de todos os contratos Fies que prometeu pagar pelo “UNIESP paga” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017).

Uma página no Facebook chamada “A Uniesp Vai Ter que Pagar” foi criada pelos estudantes que contraíram o programa e a utilizam, segundo seus criadores, como “ferramenta de organização independente dos estudantes da UNIESP, em suas lutas e na resistência contra os ataques dos donos da instituição e do governo”. A página é seguida por mais de 2300 contas na rede social.

Em setembro de 2019 a Polícia Federal deflagrou a Operação Vagatomia, responsável pela prisão de 22 investigados, inclusive a prisão do presidente e fundador da UNIESP, José Fernando Pinto da Costa e seu filho Sthefano Costa. Segundo investigações, há um esquema de fraude no ingresso no curso de Medicina da Universidade Brasil de Fernandópolis, na obtenção do Fies, de bolsas do PROUNI e na venda irregular de vagas de transferência para cursos de complementação do exame Revalida, para revalidação do diploma. Segundo a Polícia Federal, só a fraude no Fies causou um prejuízo de aproximadamente R\$ 500 milhões aos cofres públicos. Entre os estudantes que participaram da fraude de compra de vagas e financiamentos, a Polícia indicou que são filhos de fazendeiros, políticos, servidores públicos, empresários e amigos do dono da universidade (REVISTA ISTOÉ, 2019). Uma ex-diretora da Universidade Brasil delatou que a compra de vagas no curso de

Medicina chegava a valer R\$ 80 mil, e R\$ 100 mil quando se incluía o Fies (PRATA, ORTEGA, 2020). No fim de setembro, José Fernando Pinto da Costa teve um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal de Justiça, se encontrando em liberdade até o momento.

5.2 – O Fies na Faculdade de Ribeirão Preto

Nesse item serão apresentados dados da Faculdade de Ribeirão Preto relacionados ao Fies. O gráfico 32 a seguir mostra a evolução das matrículas totais e matrículas de alunos com financiamento via Fies entre 2010 e 2018.

Gráfico 32 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies na Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018.

Fonte: INEP e FNDE (elaborado pelo autor)

Claramente há uma relação entre as duas variáveis, no qual o número de matrículas cresce conforme o número de alunos com Fies aumenta nessa faculdade. Como visto o “UNIESP paga” influenciou no crescimento da matrícula de alunos com Fies nas IES pertencentes à mantenedora, o que não deve ter sido diferente com a AFARP. Percebe-se que há um reflexo no crescimento de matrículas junto com o número de alunos com financiamento estudantil, sendo que 2013 há uma queda, provavelmente pelas medidas oficiais tomadas contra a UNIESP neste ano. Observa-se também que de 2014 até 2018 ambos diminuem quase ao mesmo ritmo.

Quando a análise é feita por curso, há um movimento semelhante: crescimento das matrículas totais, acompanhando o número de matrículas de alunos com Fies; queda no número de financiamentos em 2013, sucedido por um aumento em 2014; e queda nas matrículas de alunos com

financiamentos acompanhado de queda nas matrículas totais da faculdade. No anexo B são apresentados o número total de matrículas e o número total de alunos usuários do Fies nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Letras e Pedagogia, ou seja, os cinco cursos com mais alunos financiados pelo Fies entre 2010 e 2018, que apesar de algumas peculiaridades de cada curso, há uma semelhança no movimento das matrículas totais e das matrículas Fies, como visto na Faculdade de Ribeirão Preto como um todo.

A tabela 18 a seguir apresenta a porcentagem de alunos que tiveram Fies entre 2010 e 2018 pelo total de alunos em todos os cursos da faculdade.

Tabela 18 – Porcentagem de alunos usuários do Fies por curso na Faculdade de Ribeirão Preto entre 2010 e 2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Administração	0,2%	0,2%	38,5%	22,7%	18,2%	21,5%	3,1%	86,6%	3,1%
Artes Visuais	-	-	-	0%	73%	75,9%	24%	0%	-
Ciências	0%	40,9%	58,5%	43,8%	53,8%	66,3%	30,1%	14%	2,9%
Contábeis									
Ciências	0%	0%	0%	0%	-	-	-	-	-
Econômicas									
Engenharia	-	-	15,2%	8%	52,9%	57,2%	58,8%	40,7%	25,3%
Ambiental									
Engenharia de	0%	22,9%	46,2%	31,4%	55,7%	51,5%	54,3%	30,4%	15%
Produção									
Gestão de	-	-	-	0%	94,5%	61,7%	1,9%	18,2%	-
Recursos									
Humanos									
Letras	0%	43%	48,5%	33,7%	54%	71%	27,4%	17,4%	-
Matemática	0%	26,8%	48,8%	34,6%	60%	50,7%	40,7%	0%	-
Pedagogia	0%	51,9%	52%	36,5%	71,9%	74,1%	36,3%	24%	5,7%
Publicidade e	0%	18%	84%	42,9%	59,7%	70%	27,5%	1,9%	11,1%
Propaganda									
Sistemas de	0%	31,7%	52,5%	30,4%	50,2%	73%	39,1%	19,2%	7,7%
Informação									
Teologia	-	14,7%	64,7%	45,6%	78,2%	22,9%	4,4%	0%	0%

Fonte: INEP e FNDE (elaborado pelo autor)

Apesar da peculiaridade de cada curso, é possível encontrar alguns padrões, sendo que todos apresentam maior porcentagem de alunos com Fies no ano de 2012 em relação a 2011, destacando o

curso de Publicidade e Propaganda com 84%, e Teologia com 64,7% com maior porcentagem de alunos Fies. Em 2013 todos os cursos apresentaram uma queda nessa porcentagem em relação ao ano anterior, no qual todos, com exceção de Administração, volta a crescer em 2014, seguindo o que foi visto nos gráficos deste item, no qual as matrículas dos cursos cresciam, mas o número de alunos com Fies diminuía. Nesse ano destaca-se o curso de Gestão de Recursos Humanos, que teve seu início de funcionamento em 2013, com 94,5% dos matriculados no curso com financiamento estudantil. Em 2015 não há um padrão estabelecido entre os cursos, no qual alguns aumentam a porcentagem de alunos com Fies sobre o número de matriculados total, e em outros cursos essa porcentagem diminui. Em 2016 todos os cursos, com exceção dos cursos de Engenharia Ambiental e Engenharia de Produção, apresentam queda na porcentagem, e em 2017, ano de queda para quase todos os cursos, chama a atenção Administração, que apresenta 87% entre seus alunos com Fies, sendo que no ano seguinte, esse índice cai para somente 3,1%. O ano de 2018, último da série, tem todos os cursos, com menor porcentagem de alunos com Fies em relação ao início da série de cada curso, com exceção de Engenharia Ambiental.

Em números totais, o curso de Pedagogia, como visto na tabela 19, é o que apresentou mais financiamentos concedidos entre 2010 e 2018, com 5368, seguido por Engenharia de Produção, com 3662 financiamentos concedidos, mais de 1700 financiamentos concedidos de diferença entre os dois cursos. Os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Letras completam os cinco cursos mais financiados nessa IES. Sublinha-se que o curso “Engenharia” aparece entre os mais financiados da AFARP nesse período, contudo, de forma estranha, não se encontra nenhuma matrícula nesse curso entre 2010 e 2018 nos microdados do ensino superior disponíveis no site do INEP.

Tabela 19 – Cursos com maior número de financiamentos concedidos entre o segundo semestre de 2010 e o segundo semestre de 2018 na Faculdade de Ribeirão Preto

Nº	Curso	Total
1	Pedagogia	5368
2	Engenharia de Produção	3662
3	Ciências Contábeis	2533
4	Administração	2286
5	Letras	1621
6	Publicidade e Propaganda	1308
7	Sistemas de Informação	1008
8	Engenharia Ambiental	854
9	Matemática	723
10	Engenharia	703

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

As tabelas a seguir apresentam alguns dados de perfil dos usuários de Fies na Faculdade de Ribeirão Preto, contidos nos microdados do FNDE, de 2011 a 2018. A tabela 20 apresenta os dados relativos à raça declarada.

Tabela 20 – Porcentagem da raça declarada entre os alunos usuários do Fies entre 2011 e 2018 na Faculdade de Ribeirão Preto

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Amarelo	0,1%	0,5%	0,5%	0,7%	0,7%	0,5%	1,4%	0%
Branco	58,2%	58,6%	56,6%	56,6%	56,7%	54,9%	54%	48,2%
Índigena	0%	0,05%	0,006%	0,01%	0,05%	0%	0,1%	0%
Negro	16,1%	14,7%	15,4%	14,2%	14,8%	14,3%	15,3%	14,4%
Pardo	25,6%	26,15%	27,49%	28,5%	27,75%	30,3%	29,2%	37,4%

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Não há grandes variações entre os anos de 2011 e 2018, nas raças declaradas pelos alunos. Enquanto que há uma prevalência de quem se declarou branco, esse número diminui entre 2015 a 2018, ano em que teve o menor número de alunos que se declararam dessa cor. Por outro lado, quem se declarou como pardo entre os usuários do Fies teve um aumento, afunilando a distância que há entre quem se declarou branco e pardo. Quanto aos alunos que se declararam negros houve pouca mudança entre os anos da série histórica, apresentando variações durante todo o período, mas menores que entre os declarados brancos e pardos. Amarelos são poucos usuários do Fies nessa faculdade, e indígenas somente uma pessoa se declarou nos anos em que estiveram presentes entre os dados. Como os dados são anuais, pode constar de ser a mesma pessoa entre 2012 e 2015. Comparando esse dado ao disponível no último Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a porcentagem de negros é maior do que a porcentagem do Estado de São Paulo (5,5%) e pardos na AFARP é maior desde 2016 do que a porcentagem destes na população paulista (29,1%). Já a porcentagem dos que se declaram brancos no censo de 2010 do IBGE no Estado de São Paulo (63,9%) é menor que a porcentagem dos que se declararam brancos na AFARP. Não foi possível a comparação com os dados de todos os matriculados na AFARP, pois não há disponível este dado de todos os alunos da IES nos microdados do INEP.

A seguir serão apresentados alguns dados acerca o perfil do aluno da Faculdade de Ribeirão Preto que utilizou o Fies durante os anos de 2011 e 2018. A tabela a seguir (21) apresenta em qual modalidade os alunos da AFARP cursaram o ensino médio.

Tabela 21 – Modalidade do ensino médio cursada pelo aluno com Fies na Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pública	97,9%	97,7%	97,8%	96,3%	96,2%	96,1%	95,2%	96,4%
Particular	1,8%	2,1%	2,1%	2,5%	2,3%	2,1%	3,1%	2,4%
Parcialmente	0,3%	0,2%	0,1%	1,2%	1,5%	1,8%	1,7%	1,2%

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Não há uma mudança significativa entre esses anos, sendo que a faixa de porcentagem de quem cursou o ensino médio em escola pública é quase a totalidade entre todos os alunos com Fies, sendo que em 2011 essa porcentagem era de 97,9%, a maior da série. Já o número de alunos com financiamento que estudaram em escola particular sobe de 1,8% em 2011, menor taxa da série, para 2,4% em 2018, sendo que em 2017 apresentou a maior porcentagem de alunos de escola particular, com 3,1%.

A tabela 22 a seguir apresenta a porcentagem de financiamento que os alunos obtiveram nesses anos visto na série histórica.

Tabela 22 – Porcentagem de financiamento obtidas pelos alunos da Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
50%	1,6%	0,4%	0,4%	0,2%	1%	1%	0,6%	10,8%
55%	0,16%	0,05%	0,006%	-	-	-	-	-
90%	0,16%	0,05%	0,006%	-	-	-	-	-
95%	-	0,05%	0,006%	0,004%	0,5%	0,1%	-	-
100%	98,08%	98,585%	98,582%	99,76%	98,5%	98,9%	99,4%	89,2%

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Quase todos os alunos que tiveram financiamento concedido pelo Fies entre 2011 e 2017 na Faculdade de Ribeirão Preto tiveram 100% do valor financiado. O ano de 2018 é o que tem menor número de alunos em relação ao total que obtiveram 100% de financiamento durante este ano, com 89,2%, e os outros 10,8% dos alunos com Fies tiveram 50% de financiamento concedido em cima da mensalidade do curso.

A tabela a seguir traz a porcentagem de qual instituição financeira os alunos da Faculdade de Ribeirão Preto contrataram o Fies

Tabela 23 – Instituição financeira no qual os alunos da Faculdade de Ribeirão Preto contrataram o Fies entre 2011 e 2018

	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal
2011	69%	31%
2012	91,6%	8,4%
2013	90,8%	9,2%
2014	71,1%	28,9%
2015	71,5%	28,5%
2016	57,6%	42,4%
2017	45,5%	54,5%
2018	22,9%	77,1%

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Constata-se, inicialmente, uma prevalência dos contratos do Fies firmados no Banco do Brasil, principalmente nos anos de 2012 e 2013 em que mais de 90% dos contratos do Fies foram acordados neste banco. Contudo, nos anos seguintes há um aumento de financiamentos feitos juntos à Caixa Econômica Federal, principalmente no último ano da série, 2018, com 77,1%. Essas informações serão retomadas no item 5.4.

A seguinte tabela (24) apresenta o sexo declarado entre os alunos com Fies dessa mesma faculdade.

Tabela 24 – Porcentagem do sexo declarado entre os alunos usuários do Fies entre 2011 e 2018 na Faculdade de Ribeirão Preto

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Feminino	64,6%	61,6%	61,4%	67%	67,9%	62,8%	67,3%	48,2%
(Fies)								
Masculino	35,4%	38,4%	35,9%	33%	32,1%	37,2%	32,7%	51,8%
(Fies)								
Feminino	51,4%	59,75%	61,6%	63,1%	65,7%	63,9%	59,8%	58,3%
Masculino	48,6%	40,25%	38,4%	36,9%	34,3%	36,1%	40,2%	41,7%

Fonte: INEP e FNDE (elaborado pelo autor)

Destaca-se aqui a prevalência do sexo feminino até 2017 entre os alunos com Fies na AFARP, com média de aproximadamente 65% entre esses anos para quem se declarou desse sexo, como encontra-se nos microdados do FNDE. Contudo, em 2018, pela primeira vez nessa série o número de declarados como do sexo masculino foi maior, apesar de uma margem estreita. O número de

matriculadas, com e sem Fies, aumenta nos anos em que o fundo de financiamento está com seu maior número de contratantes do Fies na IES, contudo, apesar do número de alunas com Fies caírem no ano de 2018, se mantém maior que o número de alunos.

A tabela 25 a seguir apresenta a idade dos alunos com Fies na AFARP entre 2011 e 2018. Tal informação foi formada conforme a idade que a pessoa completaria no ano em que os dados foram coletados a partir do seu ano de nascimento. Para tanto, foram criadas faixas de idade para abarcar diferentes anos de nascimento.

**Tabela 25 – Porcentagem da faixa de idade dos alunos usuários do Fies entre 2011 e 2018 na Faculdade de
Ribeirão Preto**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
17-19	7%	10,3%	4,8%	4%	1%	0,1%	0,1%	1,2%
20-25	35,8%	36,6%	33,6%	32,2%	30%	32,4%	25,7%	32,5%
26-30	21,5%	22,1%	23%	21,9%	23%	23,3%	28,6%	29%
31-40	26,7%	21,5%	27,5%	28,2%	31,2%	31%	32,7%	26,5%
41-50	6,3%	7%	8%	10%	10,6%	9,5%	10%	7,2%
> 50	2,7%	2,5%	3,1%	3,7%	4,2%	3,7%	2,9%	3,6%
anos								

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

A Faculdade de Ribeirão Preto tem, em sua maioria, estudantes na faixa de 20 a 30 anos de idade, chamando a atenção que, se no início a faculdade tinha números relativamente altos para estudantes de 17 a 19 anos, a porcentagem de alunos nessa idade cai, sendo menor que a faixa dos alunos que tem mais de 50 anos, destacando que no ano de 2015, 88 alunos dessa IES apresentavam acima dessa idade. Ressalta-se, portanto, a alta porcentagem de alunos com mais de 26 anos na Faculdade de Ribeirão Preto, principalmente em relação às IES públicas, no qual encontra-se maioria de alunos com até 25 anos. Destaca-se que a faixa etária de alunos entre 17 a 19 anos é pequena também entre o total de alunos da IES, contudo, ainda é maior que os alunos usuários do Fies nessa mesma faixa etária. A porcentagem de alunos da IES dessa faixa etária era alta no início da série histórica, contudo, diminui nos anos em que o Fies é forte, voltando a subir nos últimos anos da série. Chama a atenção também que a porcentagem alunos que têm entre 20 e 25 anos nessa IES cai também durante o auge do Fies, enquanto que aumenta a porcentagem de alunos das faixas etárias acima de 26 anos. As faixas de idade dos alunos com Fies entre 31 e 40 anos, 41 e 50 e acima de 50 anos apresentam maior porcentagem nos anos em que apresenta maior número de alunos com Fies nessa IES, que suas respectivas faixas etárias no número total de alunos, constatando, portanto, que o aluno

com financiamento pelo Fies na AFARP é mais velho do que o aluno que não tem financiamento nessa IES. A tabela 26 a seguir apresenta as faixas etárias das matrículas como um todo na Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018.

Tabela 26 – Porcentagem da faixa de idade dos alunos matriculados na Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
17-19	7,5%	8,6%	5,5%	2,9%	1,7%	2,4%	3,7%	5,6%
20-25	44,8%	38,5%	37,4%	35,8%	32,5%	31,9%	32,5%	37,4%
26-30	24,2%	23,1%	24,2%	24,4%	24,3%	23,8%	24,4%	24,6%
31-40	17,7%	21,2%	23,9%	26,4%	28,7%	29,2%	27%	22,8%
41-50	4,6%	6,7%	7%	7,6%	9,2%	8,3%	8,6%	6,7%
> 50	1,2%	1,9%	2%	2,9%	3,6%	4,4%	3,8%	2,9%
anos								

Fonte: INEP (elaborado pelo autor)

Por fim, a tabela 27 a seguir apresenta a porcentagem do estado civil declarado pelos alunos usuários do Fies na AFARP.

Tabela 27 – Estado Civil declarado pelos alunos usuários do Fies da Faculdade de Ribeirão Preto entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Solteiro	59,9%	68,5%	66,4%	64,4%	63,8%	70%	73%	74,7%
Casado	26,6%	24,3%	25,3%	26,1%	26,4%	21%	19,3%	18%
Viúvo	0,6%	0,3%	0,4%	0,2%	0,3%	0%	0,3%	0%
Separado	3,1%	1,3%	1,4%	1,5%	1,4%	1%	0,3%	0%
Divorciado	6%	3,9%	4,2%	5,4%	5,6%	5,1%	5%	6%
União	3,8%	1,7%	2,3%	2,4%	2,5%	2,9%	2,1%	1,3%
Estável								

Fonte: FNDE (elaborado pelo autor)

Os alunos que se declararam solteiros são a maioria entre todos os estudantes com Fies na Faculdade de Ribeirão Preto, apresentando maior porcentagem em 2018, com 74,7%, seguido pelos alunos casados, sendo o maior número de casados no ano de 2011, com 26,6%. O estado civil dos alunos provavelmente é uma variável que está diretamente relacionada a idade que eles apresentam nos anos conforme vistos no microdados.

Esses são os dados dos alunos com Fies na AFARP possíveis de observar nos microdados obtidos no site do FNDE. É interessante observar dados como a modalidade do ensino médio, raça e idade do aluno com Fies, podendo formar uma imagem do aluno que estudou na AFARP durante esse período visto. Contudo, seria interessante se fosse possível observar outros dados do perfil dos alunos, como por exemplo, a renda mensal média per capita ou familiar do aluno, podendo estabelecer qual a renda do aluno, já que após 2010 foi permitido uma maior gama de estudantes no acesso ao Fies, no qual pessoas com até vinte salários mínimos poderiam ser usuárias do financiamento estudantil.

5.3 – Ações contra a Faculdade de Ribeirão Preto: análise de três processos

Nesse item serão discutidos três processos que foram ajuizados contra a Faculdade de Ribeirão Preto relativos ao Fies, e mais especificamente, ao programa “UNIESP paga”, já citado neste capítulo. Dos três processos, dois ainda estão em andamento na justiça, e um foi encerrado. Será mostrado em mais detalhes o funcionamento do “UNIESP paga”, seus termos de compromisso para em seguida começar a discutir os processos, os motivos do processo contra a AFARP, as posições da defesa da faculdade e dos requerentes do processo, e a decisão no caso já encerrado.

De acordo com as ações analisadas, ambas as partes autoras optaram por estudar na Faculdade de Ribeirão Preto ao ter acesso a propaganda do “UNIESP paga”, que tinha em seus dizeres: “Você na faculdade: A UNIESP PAGA! Estude nas faculdades do Grupo Educacional UNIESP por meio do novo Fies, sem pagar nada e sem fiador!”. Segundo a propaganda, o próprio grupo seriam os fiadores dos alunos, não precisando de fiador próprio. Além disso, o programa permitiria que o aluno tivesse acesso a outros benefícios exclusivos, como ganhar um Netbook ou Tablet no ato da matrícula, cursos de atualização em português, matemática, cursos de idiomas, entre outros, sendo uma propaganda chamativa por parte da UNIESP para que os alunos fossem estudar em suas IES (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506).

Conforme consta nas petições iniciais, ao irem até a unidade da AFARP, os alunos eram informados que a situação era aquela da propaganda, que não deveriam se preocupar, pois a UNIESP pagaria o financiamento dos alunos no final do curso. A única obrigação dos estudantes seria pagar as fases de utilização e carência, correspondente a um pagamento trimestral de R\$ 50,00. Também foi esclarecido pela faculdade que ao término do curso seria entregue um certificado assinado pelo presidente do Grupo UNIESP, avisando sobre a garantia de que a fase de amortização seria paga pela própria, como constava nas publicidades do “UNIESP paga” (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 3).

No “Contrato de garantia de pagamentos das prestações do Fies”, assinado entre a IES e os alunos, dentre as cláusulas inseridas no item referente à responsabilidade da instituição, encontra-se

a previsão de responsabilidade da empresa pela orientação dos alunos matriculados, durante todo o processo de contratação da inscrição à assinatura do contrato e em todos os seus aditamentos, prestando também informações aos aspirantes de obter o financiamento dos cursos habilitados no Fies (cláusula 2.2). Outra cláusula de responsabilidade da instituição é aquela que garante o pagamento do financiamento do Fies do aluno beneficiado pelo programa (cláusula 2.4) (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 22).

Na cláusula 2.5 constam os outros benefícios que os alunos receberiam, como a doação de um Tablet ou um Netbook, no prazo de doze meses após a efetivação do Fies, cursos de nivelamento em português, matemática e informática, cursos de idiomas, cursinho para concursos, que poderiam ser feitos durante a graduação (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 22-23).

A cláusula terceira trata das responsabilidades do (a) beneficiário (a) do programa. Nesta, fica estabelecido, no item 3.2, que o aluno deveria mostrar excelência acadêmica no rendimento escolar, na frequência às aulas e nas atividades acadêmicas realizadas no curso de ensino superior escolhido. Contudo, nesta cláusula e em nenhuma outra encontra-se explicado o que seria excelência acadêmica ou quanto o aluno teria que pontuar nas disciplinas para que alcançasse essa excelência. Além disso, de acordo com o item 3.4, o aluno teria que apresentar média mínima acima de 3,0 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), em uma escala de 1,0 a 5,0 (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 25).

Outro item da terceira cláusula (3.3) dispõe sobre a obrigação do aluno na realização de seis horas semanais de atividades de responsabilidade social, comprovando essas atividades através de documentos emitido pelas entidades sociais conveniadas à instituição que o aluno participar. Além disso, o aluno precisaria emitir relatórios mensais sobre as atividades no sistema da instituição ou entregar os mesmos no Setor de Projetos Sociais da IES (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 25).

Na cláusula quarta, das disposições gerais, no primeiro item a contratada delimita quem tem acesso ao programa do “UNIESP paga”, no qual podem ser alunos de cursos de Licenciatura no período matutino e vespertino, alunos desempregados ou com dificuldades financeiras. Contudo, há a possibilidade de acesso ao programa no período noturno e para cursos de bacharelado, respeitando as vagas disponibilizadas. Já o item 3 da mesma cláusula assevera que a quebra do cumprimento de qualquer das disposições presentes no contrato levará à rescisão do contrato, sem a necessidade de que a instituição avise ou notifique judicial ou extrajudicialmente, entendendo que a instituição ficará desobrigada em garantir o pagamento do contrato do Fies assinado pelo beneficiário (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 25).

Os primeiros processos a serem discutidos aqui serão os que ainda estão sem conclusão na justiça. As partes autoras são duas mulheres, uma que cursou Pedagogia, nascida em 1975, no Estado do Maranhão, com passagem pelo Piauí, antes de residir atualmente na cidade de Ribeirão Preto (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls.). A segunda demandante, que cursou Administração, nasceu em 1986 na Bahia, estudou na Faculdade de Ribeirão Preto e mora atualmente no estado baiano (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506). As duas cursaram a Faculdade de Ribeirão Preto, com o objetivo de complementar seus estudos e ter uma melhor carreira profissional, viram nessa IES uma possibilidade de ampliar horizontes profissionais, motivadas por um programa que assegurava que a elas não caberiam nenhum pagamento relativo ao Fies ao final do curso.

No entanto, ao fim do curso a instituição começou a criar dificuldades para realizar as suas responsabilidades formalizadas através do programa do “UNIESP paga”, alegando que as duas estudantes não cumpriram com suas responsabilidades contratuais. Ambas não têm condições de arcar com a amortização do Fies, sendo que uma delas encontra-se com uma grande dívida junto ao banco, fato que vem dificultando a sua vida e a vida de seus familiares (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 5). As duas, segundo consta nos processos, se fossem alertadas anteriormente que não teriam acesso ao benefício teriam interrompido o financiamento e o curso. Contudo, só foram avisadas após o término do curso de que teriam que arcar com o pagamento da dívida (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 7).

O advogado de ambas afirma também que, além das partes autoras terem sido prejudicadas pelo programa, a instituição também enganou o Governo Federal. Segundo ele, o valor da mensalidade dos alunos que se valem do Fies era muito maior do que o valor pago pelos alunos matriculados sem financiamento. Para tanto, ele documenta que a mensalidade do curso de Pedagogia no momento da matrícula era de R\$ 347,76, para quem não se valesse do programa; no entanto, para a aluna que se inscreveu nesse curso através do “UNIESP paga” esse valor era 400% acima do valor da mensalidade dos alunos sem Fies (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 8-9). O mesmo aconteceu no outro caso; se no momento da inscrição o valor da mensalidade do curso de Administração era de R\$ 361,60; para a aluna matriculada beneficiada pelo programa esse valor chegava de R\$ 1.153,65 (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 8). Segundo o advogado autor dos processos, há um enriquecimento sem causa nítido, além de fazer distinção de alunos Fies e alunos “particulares”, e evidente existência de abusividade na contratação. E tal atitude, segundo o mesmo, vai em descontrao ao Código de Defesa do Consumidor, que antevê que nas contratações deve ser guardada a igualdade (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 7). Dessa forma, uma

das exigências feitas pelas demandantes seria que, caso a UNIESP não fosse condenada a pagar a amortização do Fies das ex-alunas, que os valores fossem readequados com os valores das mensalidades da faculdade tal qual eram praticados para os alunos que não tinham financiamento, para que as requerentes não tenham obrigações abusivas, e que a mantenedora fosse obrigada a ressarcir os valores recebidos a mais.

Segundo o advogado, faltou à UNIESP boa-fé contratual, uma vez que a instituição visou obtenção de vantagem indevida frente às duas ex-alunas, já que em nenhum momento notificou ou informou a elas que não teriam mais direito ao programa do “UNIESP paga” durante a graduação, sendo que todo trimestre agia de forma a reforçar que elas ainda estavam ligadas ao programa. O advogado das requerentes enumera alguns processos no qual exigiu-se que a instituição pagasse as fases de amortização dos ex-alunos que utilizaram o programa (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 10-11).

No caso da ex-aluna de Pedagogia, em razão do não pagamento da fase de amortização, seu nome foi para os órgãos de proteção ao crédito, causando transtornos a ela, correndo risco de ainda de ser executada judicialmente pelo banco em razão da contratação do Fies. Segundo o advogado da causa, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que negativação indevida causa danos morais por presunção. Portanto, ele exigiu que o nome da ex-aluna fosse retirado do cadastro do SERASA, além de uma indenização pelo dano moral, para a reparação dos transtornos causados a autora, fixando o valor do dano moral em R\$ 10.000,00 (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 14-15). Em relação a ex-aluna do curso de Administração, pede-se a tutela de urgência, pois esta vem sofrendo transtornos causados pelo aditamento assumido a ela, pedindo para que seu nome seja retirado do SERASA/SPC urgentemente, como foi exigido no outro processo (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 13-14).

Exige-se também, para que ambas tenham acesso ao benefício da Assistência Judiciária Gratuita, por não conseguirem pagar os custos referentes ao processo e que o diploma seja entregue para a ex-aluna de Administração, pois até o momento do processo a mesma ainda não o recebeu (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 8). As duas ex-alunas foram agraciadas com o benefício da assistência gratuita pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por não conseguirem pagar os custos relacionados aos processos sem que assim acabem prejudicando a renda familiar.

A defesa da instituição argumenta que, no caso da ex-aluna do curso de Administração, a não entrega do diploma é inteiramente culpa dela, pois, segundo a defesa, ela não demonstrou interesse algum em ir retirá-lo na unidade, sendo que no processo o advogado disse que a ela foi negado o acesso ao diploma (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 116).

Nos dois casos o argumento da defesa da UNIESP foi de que foram descumpridas as cláusulas referentes a excelência acadêmica, que a defesa apresenta aqui como sendo maior ou igual a média 7 (sete), além de que, segundo a defesa, as duas ex-alunas também não entregaram todos os relatórios e comprovantes da prática de seis horas semanais das atividades de responsabilidade social. Ademais, eles acrescentam que a estudante que cursou Administração não cumpriu com a responsabilidade de ter média maior que 3,0 no ENADE e não realizou todos os pagamentos trimestrais de R\$ 50,00 a cada três meses (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls.134;137).

O texto da defesa da UNIESP é semelhante nos dois casos. Responsabilizam as ex-alunas por supostamente não cumprirem as cláusulas, que seriam essenciais para que no fim da graduação não precisassem pagar a fase de amortização, sendo a mantenedora uma instituição com fins lucrativos, no qual não fariam cursos gratuitos sem que os alunos não cumprissem as propostas exigidas por eles. Conclui que as autoras tinham conhecimento de que não estavam cumprindo as cláusulas, sabendo que teriam que quitar as dívidas com o Fies ao fim do curso, e que se o programa não era satisfatório, que elas poderiam ter optado por outro disponível na faculdade ou procurado outra instituição de ensino superior.

Contudo, há contradições, pois ora a defesa do grupo UNIESP apresenta que a média semestral deveria ser acima de 7 (sete), ora afirma que as notas de todas e quaisquer disciplinas teriam que ser acima desse número. A defesa da UNIESP nunca apresenta a média, o argumento se repete, mostrando o histórico, que a ex-aluna foi mal, apresentou notas abaixo da excelência acadêmica, que essa é a prova que esta não foi bem e descumpriu as metas previstas e assinadas no contrato. Tanto que se feito as médias semestral, no qual os históricos foram anexados pela própria defesa, mostra que ambas atingiram médias acima de 7 nos semestres.

No caso da ex-aluna de Pedagogia a defesa da mantenedora apela para a situação de que ela passou em uma disciplina através da realização de uma prova de recuperação, que a Faculdade concede aos seus alunos, argumenta “com os devidos respeito” que não dá para considerar alguém que precisou de uma segunda chance no semestre possa vir a ser reconhecida como detentora de excelência acadêmica. Ainda utiliza o significado de excelência contido no dicionário para mostrar, “com o máximo de respeito” que a autora do processo não é digna de ter excelência acadêmica (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 96-97). O mesmo se repete com o caso da ex-aluna de Administração, entretanto o autor da defesa da UNIESP não usou de termos menos desrespeitosos com a requerente, como no outro processo. A defesa também ressalta que ambas não entregaram os relatórios dos trabalhos sociais realizados.

Quanto à aluna de Administração, frisa que, além dos pontos levantados acima, a aluna não comprovou que atingiu a nota mínima de 60 pontos no ENADE, quebrando outra das cláusulas das

responsabilidades do aluno. Acrescenta que a ex-aluna não cumpriu a cláusula sobre o pagamento de amortização dos juros do Fies, que consistia nos R\$ 50,00 trimestralmente, pois não apresentou comprovante referentes a estes pagamentos, argumentando que foi utilizado o cronograma dos pagamentos como anexo ao processo e não os comprovantes (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 134,136).

Relata, no caso da ex-aluna de Pedagogia que esta não poderia alegar que desconhecia os requisitos do programa, ou que foi ludibriada, pois trata-se de uma pessoa instruída, com discernimento superior acima da média populacional, já que foi apta a ingressar em uma instituição de ensino superior (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 101).

A defesa da UNIESP conclui apresentando o caráter social do programa do “UNIESP paga”, levantando seus pontos positivos, argumentando que o programa não se configura como propaganda enganosa, e que houve má-interpretação das autoras sobre a oferta e sobre as regras do programa, e que as mesmas se ancoraram em direitos que não existem (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 96).

O advogado das ex-alunas contra argumentou que a sua cliente, que fez o curso de Administração, não teve acesso, e nunca assinou, contrato com as cláusulas que ela deveria cumprir, portanto ela não era ciente das obrigações. Alega que não há nos autos documento que comprovasse que a autora estava consciente de que para não ser excluída do programa “UNIESP paga” teria que cumprir com as obrigações, citadas pela defesa da IES. Consta, entretanto, que a ex-aluna somente recebeu um certificado de garantia, assinado e datado somente pela UNIESP, no final do curso, no qual apresenta a obrigação da instituição em orientar a aluna durante a graduação acerca o programa “UNIESP paga”, constando algumas exigências da parte do aluno; e, exigências feitas de forma unilateral, apresentadas somente no final do curso, segundo as alegações do advogado (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 233).

Ademais, além dessa ausência de concordância por parte da aluna quanto às cláusulas, seu advogado anexa um documento entregue pela instituição em 2014, em que consta que a aluna cumpriu todos os requisitos, e que auxiliaria o aluno que não houvesse cumprido tais requisitos. Contudo, a UNIESP acabou fazendo o contrário, no momento de pagar a amortização, disse que a aluna obteve uma nota abaixo de 7 no primeiro semestre de 2012, passando, assim, a obrigação do pagamento para a autora. Segundo o advogado, observa-se má-fé objetiva da instituição (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 235).

Quanto à ex-aluna da Faculdade de Ribeirão Preto que cursou Pedagogia, o contrato com as cláusulas obrigatórias aos alunos somente lhe foi entregue após ela já ter assinado o Fies junto ao banco, alegando o advogado que ela não teve acesso ao documento antes de tal evento. Na

argumentação, o advogado afirma, por inúmeras vezes, de forma verbal, anunciou que iria começar o pagamento da amortização do Fies, mas que nunca o fez, o que fez com que o nome da requerente fosse parar nos órgãos de proteção, fato que motivou a ação contra a instituição (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 130).

Um ponto levantado pelo advogado é de que os alunos do “UNIESP paga” não tinham acesso ao SisFies, sistema que permite o usuário acompanhar seu cadastro, os repasses feitos e fazer os aditamentos. Os alunos não tinham conhecimento de suas próprias senhas, e os cadastros eram controlados pela instituição, que entregava documentos prontos para os alunos (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 3).

Em seguida, em uma discussão que aparece em ambos os processos, o advogado argumenta acerca os pontos levantados pela UNIESP como justificativa para a exclusão destas do programa “UNIESP paga”. O primeiro diz respeito ao uso do termo “excelência acadêmica”. Segundo ele, este termo já foi discutido repetidas vezes no tribunal, no qual chegou-se à conclusão que os critérios utilizados pela instituição são abrangentes, sem objetividade, dando margem a várias interpretações, além de ser uma cláusula abusiva, pois tal conceito pode significar muitas coisas ao mesmo tempo (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 235).

Em relação ao argumento do não cumprimento da cláusula referente à entrega dos trabalhos de atividades sociais, o advogado argumenta que as ex-alunas entregaram os documentos, alguns na secretaria e outros via portal, mas que em contrapartida não recebiam nenhum comprovante da entrega, constituindo-se, a IES, em um ambiente extremamente desorganizado, estando muitas vezes com o sistema online fora do ar, fato que impediu a aluna de provar que entregou os trabalhos. Para tanto, há uma foto anexada pelo advogado com uma mensagem de “acesso negado” do sistema da Faculdade de Ribeirão Preto (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 133).

O advogado aponta contradições na argumentação da IES, pois a instituição mostra que a ex-aluna de Administração não entregou nenhum documento em 2013, mas que entregou o documento supracitado em 2014 afirmando que a aluna cumpriu as suas obrigações e habilitando-a para o aditamento do Fies¹¹ (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls.235). Quanto à ex-aluna de Pedagogia, o advogado mostra que a aluna cumpriu suas 3800 horas nas atividades complementares requeridas (TJ-SP, 3º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1009342-91.2019.8.26.0506, fls. 133).

¹¹ O aditamento do Fies é a renovação do contrato do financiamento do Fies, procedimento que deve ser feito todo semestre. Serve para confirmar que o aluno está em situação regular na IES em que ele solicitou o Fies, como também para corrigir ou alterar dados do contrato.

Quanto à nota do ENADE não apresentada pela ex-aluna do curso de Administração, o advogado cita, com base em processo que será discutido a seguir, que a decisão já apresentada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, considerando essa cláusula como abusiva, no qual nem os melhores alunos da instituição apresentam essa nota, além da média dos alunos da instituição ser muito inferior ao exigido dos alunos beneficiados pelo programa, revelando deficiência no serviço prestado pela instituição (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 238).

Ante a última cláusula não cumprida nos termos da defesa da UNIESP, referente ao não pagamento dos valores trimestrais de R\$ 50,00 pela aluna, o advogado da requerente argumenta que tais pagamentos já estavam anexados anteriormente, e que se o argumento apresentado pela defesa da IES fosse realmente verdade, eles que deveriam comprovar no momento da defesa materiais comprovando que a aluna não cumpriu com este pagamento ao invés de apresentar o fato como se este fosse a verdade (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 238-239).

Por fim, no que se refere à estudante de Administração, o advogado reitera que não existe nada que comprove que a requerente agiu de má-fé com as exigências da instituição. Argumenta que ela somente aderiu ao programa em razão da publicidade, além de que teve seus aditamentos semestrais feitos devidamente com total supervisão e ajuda da própria instituição, não recebendo nenhuma notificação de que tinha sido desligada do programa, estudando e se formando, sendo que a UNIESP decidiu de forma unilateral não cumprir o que prometeu. Reforça-se a exigência de que a UNIESP pague o Fies da aluna, e caso isso não se concretize, que os valores sejam readequados para os valores dos alunos da faculdade que não recebiam financiamento via Fies, situação que a defesa da mantenedora nem tentou justificar em sua parte (TJ-SP, 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1005820-56.2019.8.26.0506, fls. 240).

Será apresentado, agora, um terceiro processo movido contra a Faculdade de Ribeirão Preto, também por uma ex-aluna, que cursou Publicidade e Propaganda, nascida em Ribeirão Preto no ano de 1987 (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506). A autora do processo também foi usuária do programa do “UNIESP paga”, passando pelos mesmos problemas vistos nos processos anteriores.

Nesse caso, diferentemente dos outros dois vistos, segundo o advogado, ao demonstrar interesse em se matricular na Faculdade de Ribeirão Preto, a mesma organizou os documentos da futura aluna e os levou diretamente ao banco para que ela tivesse acesso ao Fies. Contudo, a mesma situação das demais se repetiu, a aluna só teve acesso às cláusulas do contrato após assinar o Fies junto ao banco (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 4).

Após concluir o curso, no qual a aluna cumpriu todos os requisitos exigidos pela Faculdade, recebeu uma negativa da instituição quanto ao pagamento da amortização do Fies, alegando descumprimento de cláusula. Em janeiro de 2017 as parcelas do Fies começaram a vencer e a ex-aluna não viu outra maneira de se defender além das vias judiciais (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 5).

A autora do processo se tornou devedora, com seus dados no rol de maus pagadores do SERASA, não podendo realizar compras a prazo em nenhum estabelecimento comercial e também não podendo fazer nenhum financiamento. No momento do processo ela ainda corria o risco de ser executada pelo banco no qual contratou o Fies (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 9-10). Pelos transtornos causados à ex-aluna, foi requerida indenização por dano moral, assim como no caso da ex-aluna de Pedagogia. Também foi pedido nesse processo a tutela de urgência para que houvesse a exclusão do nome e CPF da autora do banco de dados do SERASA e SPC (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 17).

Nesse processo, o advogado anexa algumas notícias que reforçam que o programa “UNIESP paga” foi um programa investigado judicialmente e que vinha causando angústia para os alunos que aderiram ao programa. Esse caso, em comparação aos dois anteriores, não apresenta a queixa de que a Faculdade de Ribeirão Preto estava modificando os valores das mensalidades para os alunos do Fies.

A defesa do grupo UNIESP contesta, alegando que a aluna não atingiu excelência acadêmica, por ter uma nota 5,0 em uma disciplina, “Língua Portuguesa Aplicada à Comunicação”, sendo que dessa vez eles afirmam que o aluno não pode ter nenhuma nota abaixo de 7,0, sendo que nos outros dois processos eles reforçavam que teria que ser a média do semestre igual ou maior à 7,0. O segundo ponto levantado pela defesa da IES foi de que a ex-aluna não foi capaz de tirar nota acima de 3,0 no ENADE, tirando 2,06 (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls 83, 87).

Após a sua argumentação, a defesa da UNIESP anexou alguns processos movidos contra a instituição em que foram vitoriosos. Destaca-se que as causas da quebra de contrato são sempre parecidas, constando principalmente o critério da excelência acadêmica. Nestes casos, encontra-se entre as sentenças que alguns alunos não foram capazes de conseguir média acima de 7 em todas as disciplinas, sendo que a própria defesa da UNIESP dizia que era considerada esta nota como a média semestral, e não as notas individuais (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506). Portanto, fica evidente que não havia um padrão objetivo do que seja excelência acadêmica, nem mesmo naquilo que é apresentado pela própria UNIESP.

O advogado da requerente, como nos processos anteriores, rebate sobre a falta de objetividade do conceito de excelência acadêmica que a instituição estabelece para que os alunos não percam a gratuidade, argumentando que se um aluno que tirou somente um 5,0 durante todo o curso, com todas as notas acima de 7,0, não seria um aluno com excelência acadêmica. Questiona também se o ensino oferecido pela faculdade está ao nível de exigir uma nota 7,0 dos alunos (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 322).

Após contra argumentar, encontra-se uma decisão de uma juíza de direito anexado pelo advogado da requerente, constatando que a portaria interna da UNIESP que considera excelência acadêmica como notas acima de 7,0 foi editada somente em 2015, não havendo nenhum documento prévio que estabelecesse o critério acerca o conceito. Nesse caso, a juíza deu a causa a favor do aluno, pois era a parte vulnerável da relação de consumo. Portanto, não tem como exigir dos alunos do “UNIESP paga” que tenham nota 7,0 sendo que a portaria foi alterada após o ingresso destes alunos na faculdade (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 322-323).

Quanto a nota mínima exigida no ENADE, o advogado da requerente argumenta que essa obrigação pode se relacionar aos critérios do Fies, segundo os quais somente cursos de avaliação positiva, que obtiverem conceito acima de 3,0 no ENADE serão aceitos como passíveis de financiamento via Fies. Portanto, crê que a UNIESP exige isso porque se esta nota não for cumprida por seus alunos, a instituição corre o risco de não poder mais participar do Fies. Para ele, isso é uma forma de chantagear os alunos, sob o risco de perder a participação no programa “UNIESP paga” caso eles não atinjam a nota 3,0 no ENADE. Frisa, que apesar de tudo, a nota da ex-aluna de Publicidade e Propaganda foi maior que a média da própria instituição (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 324-325).

A sentença proferida pelo juiz de direito da comarca de Ribeirão Preto deu razão a UNIESP, justificando que a aluna quebrou duas cláusulas do contrato assinado na Faculdade de Ribeirão Preto, não alcançando a excelência acadêmica, por apresentar notas menor que 7,0, e não obteve nota acima de 3,0 no ENADE. Em sua decisão, o juiz argumentou que a requerente apresentou um resultado pífio no exame, e que se espera que um estudante “minimamente comprometido com o seu futuro profissional é que após a conclusão de seu curso tenha condições de obter resultados medianos em avaliações de desempenho”. Sendo assim, condenou a autora do processo ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios no valor de R\$ 1200,00 (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 412-413).

Em razão da improcedência do pedido da autora, houve apelação ao Tribunal de Justiça, que proferiu acórdão acolhendo a demanda da ex-aluna em face da UNIESP, com base no fato de que os

múltiplos casos iguais relacionados ao programa do “UNIESP paga” corroboram a tese de que as cláusulas impostas pelo instituto além de serem unilaterais, são abusivas e lesivas.

Neste caso, a UNIESP argumentou que a aluna tirou uma nota 5 (cinco) numa matéria de língua portuguesa e que não obteve média exigida no ENADE. Segundo o relatório do acórdão a exigência pela instituição de ter todas as notas acima de 7,0 na graduação e 3,0 no ENADE foram medidas equivocadas, pois o histórico de tal aluna mostra excelentes notas, apresentando somente uma nota que foi um cinco, sendo que, segundo o relator do acórdão, já foi visto a mesma nota repetidas vezes com outros alunos na mesma disciplina. Quanto à nota do ENADE o relator justifica que não pode exigir que o aluno tire uma nota maior que a própria média da instituição, culpando a mesma pela qualidade do ensino e não da responsabilidade do aluno pela nota obtida (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 452-453).

Para tanto, a instituição foi considerada a responsável pelo pagamento integral da bolsa, além de exclusão do nome da parte autora do cadastro negativo e foi condenada a pagar, por dano moral, o valor de R\$ 10.000,00 por ter a autora sofrido restrição de crédito junto ao banco (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 453).

5.4 – AFARP, a ponta de um iceberg

Como dito, não há como tratar as questões da Faculdade de Ribeirão Preto sem relacioná-las à UNIESP. Os processos que aconteceram contra a AFARP têm se repetido em outras IES pertencentes à mantenedora. Os processos apresentados mostram que a mantenedora também foi processada em outras cidades, como Itu, Jaú e Rio Claro (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506). Com tantas ações individuais semelhantes, em razão do “UNIESP paga”, o Instituto de Defesa do Consumidor de Rio Claro – SP (DECON), uma entidade de defesa dos consumidores sem fins lucrativos e independente de governos, empresas ou partidos políticos, propôs uma ação civil pública (ACP) contra a UNIESP, a Faculdade César Lattes de Itu – SP, e a Faculdade Prudente de Moraes, também localizada em Itu. Segundo o documento, no momento em que a ação foi proposta, no fim de 2017, existiam 204 processos no Tribunal de Justiça de São Paulo contra a UNIESP (TJ-SP, 1ª Vara Cível - Foro de Itu, nº 1000974-11.2018.8.26.0286, fls. 14).

Nessa ação é requerido que as instituições Ré façam os pagamentos das parcelas do Fies, já vencidas, acrescidas juros e multas contratuais, o cumprimento do contrato, a entrega dos diplomas universitários, as exclusões das negativas dos alunos que estão com o nome sujo nos órgãos creditícios, e evitar que outros alunos sejam negativados (TJ-SP, 1ª Vara Cível - Foro de Itu, nº 1000974-11.2018.8.26.0286). Nota-se nos processos as contradições surgidas acerca o conceito excelência acadêmica, conceito que não é objetivo quanto as obrigações dos alunos, e sua

explicação surge somente quando a defesa da UNIESP necessita explicar. Ademais, surge com dubiedade, já que ora aparece como sendo necessário o aluno tirar uma média no semestre, ora com todas as notas acima de tal média. Além da informação de que o significado acerca do conceito só foi definido unilateralmente pelas IES após 2015, tempos depois dos alunos firmarem contrato com o programa “UNIESP paga”, sendo que o programa existiu até 2014, último ano em que os alunos interessados puderam contratá-lo.

Conforme notícia de 19 de agosto de 2019, a 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo condenou a UNIESP e o Centro Universitário de Birigui, a indenizar uma graduada que teve o nome negativado pelo Financiamento Estudantil. O desembargador relator do caso afirmou que a instituição viola o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor ao não definir no contrato o significado ou extensão acerca do conceito de excelência acadêmica. Além do mais, segundo o desembargador, a UNIESP não cumpriu com o TAC firmado em 2014, no qual em suas cláusulas fixava que a instituição não poderia cobrar dos alunos as mensalidades vencidas, devendo arcar com o saldo devedor do Fies. Com a cobrança das mensalidades da estudante, o desembargador entendeu que houve quebra na cláusula firmada em TAC e da boa-fé objetiva (VALENTE, 2019).

No processo no qual o advogado da defesa das ex-alunas anexa sentenças e acórdãos favoráveis aos ex-alunos da UNIESP, destaca-se o questionamento que é feito em relação a este conceito, já que até 2015 nenhuma definição objetiva de seu significado era apresentada no contrato de responsabilidade. Nesses casos, segundo decisão da justiça, o art. 47 do Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de forma mais favorável ao consumidor. Nesse mesmo anexo encontra-se que a mantenedora alegava que a mesma ex-aluna não fez o ENADE, entretanto, a própria UNIESP a dispensou da prova “em virtude do calendário trienal” (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 365-369).

Em um dos acórdãos anexados nesse mesmo processo, um ex-aluno de Gestão de Recursos Humanos em uma IES pertencente à UNIESP, apresenta um professor como testemunha, que destaca que o “UNIESP paga” não informava os alunos sobre as condições do programa, e que o programa foi criado para aumentar o número de alunos. Em decorrência disso, o curso de Gestão de Recursos Humanos que tinha somente 4 discentes no semestre anterior à criação do programa, no seguinte chegou a 54 alunos. Segundo a mesma testemunha o programa só tinha uma exigência ao aluno: que realizasse o pagamento trimestral dos juros da amortização, e que as outras exigências foram criadas aos poucos. Os alunos foram surpreendidos com a exigência das atividades voluntárias e não tinham como realizá-las, já que estudavam no período noturno e trabalhavam de dia (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 393-394). Tal situação assemelha-se com os resultados encontrados pela pesquisa de campo realizada por Barros (2014) com alunos Fies na Faculdade do Ceará, no qual não tinham oportunidade de realização de atividades extraclasse ou

estudos fora da sala de aula, pois nesse horário precisavam trabalhar para se manter e auxiliar a própria família, sendo o Fies, portanto, uma forma limitada de democratizar o acesso ao ensino superior.

Ressalta-se que em um dos processos o advogado das requerentes argumenta que na hora de formalizar o Fies junto a uma instituição financeira a Faculdade de Ribeirão Preto indicava em qual banco os alunos deveriam ir exatamente, sendo que o aluno, na prática, poderia ir em qualquer unidade do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Contudo, segundo o advogado, a faculdade sempre recomendava uma unidade específica em que os alunos deveriam ir, a qual era uma unidade do Banco do Brasil (TJ-SP, 9º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto, nº 1045894-26.2017.8.26.0506, fls. 432). Tal informação coincide com o mostrado no item 4.2, no qual nos anos de 2012 e 2013, período de funcionamento do “UNIESP paga”, mais de 90% das matrículas do Fies eram contratadas no Banco do Brasil. Os três processos analisados, de ex-alunas que se matricularam nesse período, tiveram o Fies contratado nessa instituição.

Se no caso da Universidade Brasil, também pertencente à UNIESP, o caso de fraude está envolvido com a venda de vagas para Medicina, com alto custo, envolvendo pessoas do alto escalão, no caso da Faculdade de Ribeirão Preto, como em todas as outras IES envolvidas no “UNIESP paga”, os prejudicados são os alunos de baixa renda, que foram induzidos ao erro pela propaganda veiculada pela instituição, que causa problemas financeiros a centenas de alunos dessa instituição. Não obstante, se no primeiro caso o Fies e o PROUNI estão envoltos em uma fraude milionária, no caso da Faculdade de Ribeirão Preto é visto que o valor da mensalidade de alunos com Fies também era fraudado, tanto via Governo Federal, que repassava mais do que o curso realmente custa, e aos alunos, que ao perder o direito ao “UNIESP paga” eram obrigados a pagar mais do que custava para os alunos que não eram usuários do Fies.

Considerações Finais

Essa dissertação teve como objetivo compreender como se deu a evolução do Fies nas IES de Ribeirão Preto entre os anos de 2010 a 2018, e com mais profundidade, foi feita uma análise da Faculdade de Ribeirão Preto e de seu programa “UNIESP paga”. Para tanto, abordou-se o Fies em seu aspecto histórico e procurou conhecer as IES de Ribeirão Preto, apresentando as matrículas e o número de alunos com Fies nessas IES, bem como compreender em quais cursos estes se encontram, os repasses e recompras do Fies, para assim, compreender a AFARP como um todo.

As mudanças pelas quais o Fies passou a partir de 2010 contribuíram para a mercantilização e financeirização do ensino superior brasileiro, privilegiando o ensino superior privado. Estas mudanças no Fies foram responsáveis pelo crescimento dos financiamentos concedidos do programa no Brasil todo, atingindo o auge no número de alunos financiados no ano de 2014.

Em Ribeirão Preto não foi diferente. As matrículas de alunos com financiamento via Fies nas IES cresceram seguidamente de 2010 até 2014, apresentando uma diminuição no primeiro semestre de 2015, e atingindo seu pico no segundo semestre de 2015, com 10.168 alunos nas sete IES de Ribeirão Preto analisadas nesta dissertação. O número de alunos com Fies diminui consideravelmente no município em dois momentos diferentes: no primeiro semestre de 2015, decorrente das mudanças que o programa passou no fim de 2014, como o retorno da taxa de juros a 6,5% ao ano e a exigência de nota mínima no ENEM na parte do aluno; e a partir do segundo semestre de 2016, houve um segundo movimento de queda que se manteve até o segundo semestre de 2018, último da série histórica. Destaca-se que entre os dez cursos com mais alunos matriculados no total, no ano de 2018, na cidade de Ribeirão Preto, oito são aqueles com maior número de alunos com Fies, o que mostra o impacto do programa. Além disso, seis entre os dez cursos com mais financiamentos concedidos via Fies no município são encontrados entre os dez cursos com maior financiamento entre 2010 e 2018 a nível nacional, a saber: Direito, Administração e Engenharia Civil sendo os cursos com mais financiamentos concedidos, ocupando as primeiras posições, tanto em Ribeirão Preto quanto à nível nacional.

A Faculdade de Ribeirão Preto foi uma das IES do município que usufruiu dessa fase do Fies e que apresentou um grande crescimento no número de alunos. Aproveitando-se das mudanças no Fies e do fato do aluno não precisar mais de um fiador, a UNIESP, sua mantenedora, criou um programa, o “UNIESP paga” que prometia pagar o Fies do aluno ao término da graduação. Os alunos foram atraídos pelo programa, acreditando que somente precisariam pagar um pequeno valor a cada trimestre. Contudo, ao fim da graduação os alunos eram informados pela IES que, por não cumprirem alguma cláusula durante o curso, estavam desligados do programa e que teriam que arcar com as parcelas do Fies junto às agências financiadoras. Com cláusulas não muito claras, ausência de

informações, ou mesmo com sinalização por parte da UNIESP que não havia nenhum problema, os alunos só eram notificados pela instituição quando já haviam concluído o curso. Tratava-se de uma verdadeira “arapuca”, e como o aluno é que havia assumido a dívida junto aos bancos responsáveis, a única saída para garantir seus direitos era a via judicial

Ademais, o crescimento visto no Fies entre 2010 e 2014 promoveu um grande aumento no número de inadimplentes que ficarão endividados por não conseguirem pagar as parcelas do programa. No final de dezembro de 2019, em notícia veiculada pelo jornal G1, mais de 700 mil contratos estavam com mais de 90 dias de atraso nas parcelas, correspondendo a 47% do total de contratos em amortização (MORENO, SILVA, BOA SORTE, PARMA, FALCOSKI, 2020). Em abril deste mesmo ano, segundo a mesma notícia, o governo federal abriu para renegociação os contratos que estavam inadimplentes no segundo semestre de 2017, oferecendo novas formas de parcelamento da dívida. De acordo com o FNDE, nesse período 567 mil contratos eram passíveis de serem aceitos na renegociação, mas somente 2% destes aceitaram participar. Como visto, o Ministério da Fazenda (2017) considera que contratos com mais de 90 dias de atraso no pagamento da amortização da dívida são considerados difíceis de recuperar, e, portanto, a renegociação não foi positiva. Contudo, novos estudos sobre o tema serão fundamentais para que se veja como está a evolução da inadimplência, principalmente em relação com as alterações no Fies a partir de 2017. O gráfico 33, a seguir, apresenta o histórico da inadimplência no Fies entre dezembro de 2014 até dezembro de 2018.

Gráfico 33: Número de contratos em amortização e contratos inadimplentes entre dezembro de 2014 e dezembro de 2019.

Fonte: FNDE (citado em MORENO, SILVA, BOA SORTE, PARMA, FALCOSKI, 2020)

Um limitante da pesquisa foi não ter acesso ao faturamento da Faculdade de Ribeirão Preto nos anos analisados. Apesar disso, essa IES foi responsável por receber os maiores valores relativos ao Fies entre os anos de 2010 e 2018, superiores até mesmo àqueles recebidos por algumas IES tradicionais da cidade de Ribeirão Preto, que apresentam cursos com mensalidades maiores. Quanto aos benefícios financeiros convém frisar que, se o advogado das requerentes contra a IES provar o que apresenta nos processos, a Faculdade de Ribeirão Preto estava ganhando dinheiro em cima de mensalidades adulteradas dos alunos que receberam financiamento via Fies. O que por outro lado, para o aluno contemplado pelo programa é extremamente prejudicial, já que este pagará um valor muito maior do que pagaria se fosse um aluno que não utilizou o Fies. Ressalta-se, que entre as mudanças que o Fies passou em 2015, o governo limitou em 6,41% na correção do valor dos financiamentos, como alternativa de coibir aumentos abusivos de mensalidades praticadas pelas IES.

Como visto em Novaes (2017), o Fies e também o PROUNI se tornaram a porta de entrada na educação superior de muitas pessoas de baixa renda que não tinham acesso, mas, por outro lado, fortaleceram de forma significativa a mercantilização do ensino superior, como mostra a experiência analisada de Ribeirão Preto. Ademais, políticas de crédito estudantil, segundo Castellano (2016), não consideram a questão da qualidade do ensino e da permanência no ensino superior oferecido à população de baixa renda. Nos Estados Unidos a expansão dos financiamentos privados levou o governo federal na crise de 2008 a injetar bilhões de dólares com o intuito de evitar a falência das empresas responsáveis pelos empréstimos, sob o risco de surgir uma bolha de endividamento. O Chile, país que apresenta programas de crédito estudantil com taxas de juros semelhantes ao Fies, é outro exemplo de insustentabilidade do programa. O crédito estudantil não federal ofertado no país levou milhares de manifestantes às ruas do país entre 2011 e 2012, resultando na alteração da legislação do país relativa ao financiamento do ensino superior (CASTELLANO, 2016).

A Faculdade de Ribeirão Preto, e outras IES vinculadas à UNIESP, valeram-se da esperança dos indivíduos que viram no “UNIESP paga”, uma forma de cursar o ensino superior, sem que tivessem que arcar com as despesas do Fies ao fim da graduação. Conforme veem mostrando as decisões judiciais, a mantenedora agiu com má-fé, valendo-se de cláusulas abusivas, não devidamente explicadas aos alunos, para que, ao final, pudesse se ausentar de sua promessa de pagamento do Fies dos ex-alunos. As ex-alunas requerentes nos processos analisados no capítulo anterior são prova de que não tinham condições de lidar com as prestações do Fies ao término do curso, tanto que duas das três demandantes estavam com restrição nos cadastros de crédito.

Políticas de crédito estudantil como o Fies atuam basicamente como fomentadoras do ensino privado, ao contrário de atuarem no sentido de fortalecer a democratização do acesso à educação superior e são financeiramente insustentáveis. Apesar da expectativa do ressarcimento do empréstimo

pelos concluintes, permitindo que novos estudantes ingressem no sistema, as experiências do Brasil e de países como Chile e EUA indicam que isso não acontece.

Não obstante, Fies e PROUNI são responsáveis pela expansão de um modelo de ensino superior pautado essencialmente na atividade ensino, sem compromisso com a pesquisa e com a realização de atividades de extensão que possam contribuir para que a população tenha uma melhoria na qualidade de vida, e que também contribuam para maior autonomia científica do país. O avanço desse tipo de ensino superior fortalece o processo de mercantilização do segmento. Reduzir um direito fundamental à forma mercadoria vendida pelas IES privadas faz parte das medidas neoliberais. Gastos com pós-graduação *stricto sensu* não interessam a essas IES, pois são elevados e não apresentam uma rentabilidade satisfatória, portanto estas instituições focam em cursos e modalidades que acenam proporcionar maior empregabilidade como objetivo primordial da formação ofertada (SILVA, R., 2017).

O Fies se tornou um mecanismo de transferência de verbas públicas para a esfera privada, sem promover a democratização do acesso ao ensino superior. Apresentar somente uma maior difusão da instrução, ou seja, possibilitar somente o aumento na taxa de escolarização para as camadas populares não é o suficiente para que se possa chamar de democratização. Para tanto, também é necessário que se tenha uma orientação para a diminuição da desigualdade dos percursos escolares ligadas à origem social (ALMEIDA, 2015). Importante ressaltar também que muito dos estudantes que contrataram o Fies já eram estudantes das IES, não representando, portanto, novos ingressantes (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017).

O Fies não é eficaz no cumprimento da meta 12 do Plano Nacional da Educação. A meta prevê elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, sendo que ao menos 40% das novas matrículas devem ocorrer nas IES públicas. Conforme o último balanço divulgado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2020), a expansão da matrícula no ensino superior está concentrada de forma excessiva na rede privada, sendo que em 2018, somente 12,7% das novas matrículas haviam sido criadas na rede pública, índice bem abaixo dos 40% estabelecido. Dessa forma, espera-se que a meta 12 não seja alcançada até 2024, caso não se tenha uma mudança na forma de investimento do Estado Brasileiro, mudança improvável de acontecer enquanto a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que congela os gastos com as despesas primárias, continue em vigor.

Destaca-se a limitação de não ser possível separar nos microdados a informação sobre qual aluno foi usuário do Fies através do programa “UNIESP paga” do qual não utilizou este programa, o que seria interessante para ter acesso ao perfil do aluno das duas formas e qual a porcentagem destes dentro do número de alunos com Fies. É importante que novas pesquisas sobre a Faculdade de Ribeirão Preto sejam feitas, além de pesquisas que acompanhem outras IES que utilizaram o

“UNIESP paga”, para que se veja se foi semelhante o crescimento na matrícula de estudantes com Fies nessas mesmas instituições no período de 2010 e 2014. Os microdados do Fies no site da FNDE são uma fonte infindável de informações que podem ser analisadas de muitas maneiras, com IES do Brasil todo. Espera-se também que sejam utilizados dados dos próximos anos do Fies para que se possa analisar seu funcionamento após a mudança na lei que o regulamenta a partir do final do ano de 2017 e como tem se saído o programa no governo de Jair Bolsonaro. Contudo, sublinha-se que até o início de 2020, não existia ainda nenhuma informação sobre o ano de 2019 nos microdados dos financiamentos concedidos, nem mesmo do primeiro semestre daquele ano.

Os estudantes no início de 2019 sofreram para conseguir se inscrever no Fies, prejudicando a frequência às aulas por mais de um mês. Segundo notícia publicada no Jornal Estado de São Paulo, no dia 6 de abril de 2019 (PALHARES, 2019), mais de um milhão de alunos estavam com a concessão do Fies atrasada por causa da instabilidade do MEC, ainda sob a gestão do então Ministro Ricardo Vélez Rodrigues. Com isso, houve o atraso de R\$ 2 bilhões no repasse dos meses de janeiro e fevereiro para as IES. Os alunos, segundo a mesma notícia, estavam inseguros ante a possibilidade de não terem o financiamento concedido e futuramente terem que lidar com uma dívida que não conseguiriam pagar. Das 100 mil vagas ofertadas pelo Fies no primeiro semestre de 2019, 60% foram preenchidas, contudo, apenas 1758 conseguiram finalizar o contrato com o banco. Ademais, de cerca 1 milhão de contratos que estavam em fase de renovação no semestre, somente 18,5 mil conseguiram passar por todos os trâmites e foram concedidos.

Conclui-se, portanto, que o programa “UNIESP paga” é fruto das mudanças ocorridas no Fies no início da década de 2010. Ao ceder aos interesses do empresariado, os governos de Lula e Dilma Rousseff, estimularam a ampliação exacerbada do Fies em um período de crescimento econômico, sem se preocupar com a sustentabilidade do sistema, como a experiência anterior de outros programas federais já mostrava, e com a qualidade efetiva das IES. Com isso, abriu-se caminho para o surgimento e expansão das IES com fins meramente mercantis e especulativos quando não eram verdadeiras armadilhas para incautos como o programa “UNIESP paga” aqui analisado. Ademais, as mudanças pelas quais o Fies passou nesse período foram responsáveis pela criação e fortalecimento de monopólios educacionais, concentrando o capital no setor, enfraquecendo IES privadas com longa tradição no setor e promovendo o acesso ao ensino superior, muitas vezes, em IES de qualidade duvidosa.

Referências

ALMEIDA, S. M. L. Gratuidade da Educação Superior: Direito conquistado ou privilégio concedido? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 23, 2007, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: ANPAE; UFRGS, 2007.

ALMEIDA, W. M. *Os Herdeiros* e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº 130, p. 85-100 – Mar 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ribeirao-preto_sp. Acesso em: 19/11/2018.

AVILA, S. F. O., LÉDA, D. B., VALE, A. Configurações do setor privado-mercantil na expansão da educação superior privada: notas para a análise do trabalho docente. In: MANCEBO, D., SILVA JÚNIOR, J. R. (org). Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BARROS, H. H. D. *Financiamento estudantil*: estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, set. 2003.

BARROS, M. W. O. **FIES: Políticas Pública de Acesso e permanência no ensino superior**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

BRAGA, R. Setor financeiro avança no comando de unidades de educação privada. Disponível em: http://newslog.com.br/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=627271&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=324422&Titulo=Setor%20financeiro%20avan%E7a%20no%20comando%20de%20unidades%20de%20educa%E7%E3o%20privada. Acesso em: 17/11/2018.

BANCO DO BRASIL. *Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC*. Disponível em http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/setor-publico/governo-federal/desenvolvimento-socioeconomico/fundo-de-garantia-de-operacoes-de-credito-educativo---fgeduc#/>. Acesso em: 24/03/2017.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. *Decreto 7.790*. Dispõe sobre financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. *Lei 10.260*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL. *Lei 11.096*. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. *Lei 11.552*. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL. *Lei 11.941*. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2009.

BRASIL. *Lei 12.202*. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. *Lei 12.385*. Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, 10.260, de 12 de julho de 2001, 8.685, de 20 de julho de 1993, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; e dá outras providências.

BRASIL. *Lei 12.513*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL. *Lei 13.530*. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Medida Provisória nº 1706, de 1998. Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto da Medida Provisória 1706-1 1998, dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do programa de crédito educativo, e determina outras providências. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/13754>>. Acesso em: 14 dez. 2019

BRASIL. Medida Provisória nº 686, de 30 de julho de 2015. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 9.820.639.868,00, para os fins que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 31 de julho de 2015, Seção 1, p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 9, de 29 de abril de 2016. Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies referente ao segundo semestre de 2016 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 de maio de 2016, Seção 1, p. 18/20.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório de Auditoria Anual de Contas, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente de Controle Interno do Exercício de 2014 – FIES 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27651-ra-fies-2014-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 21 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 14, de 28 de junho de 2012. Altera dispositivos das Portarias Normativas nº 1, de 22 de janeiro de 2010, nº 10, de 20 de abril de 2010, e 23, de 10 de novembro de 2011, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). **Diário Oficial da União**, 29 de jun. de 2012, p. 29.

BRASIL. Ministério da Educação. Recompra de CFT-E. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/recompra-de-cft-e>. Acesso em 19/11/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Repasse de CFT-E. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/repasse-de-cft-e>. Acesso em 19/11/2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Diagnóstico Fies. Disponível em: http://fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/diagnosticofies_junho2017.pdf. Acesso em 19/11/2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. Acordo determina que Uniesp corrija contratos com Fies após irregularidades no financiamento estudantil, 22 de abril de 2014. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/sala-de-imprensa/noticias_prsp/22-04-14-2013-acordo-determina-que-uniesp-corrija-contratos-com-fies-apos-irregularidades-no-financiamento-estudantil. Acesso em: 24 dez. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em São Paulo. MPF/SP quer que Uniesp apresente garantias financeiras para contratos de financiamento estudantil, 6 de out. de 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-sp-quer-que-uniesp-apresente-garantias-financeiras-para-contratos-de-financiamento-estudantil-que-somam-r-2-bi>. Acesso em: 24 dez. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. Portaria nº 1.027, de 17 de agosto de 2010. **Diário Oficial da União**, nº 158, 18 de agosto de 2010, Seção 1, p. 15.

BRASIL. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Portaria nº 140, de 23 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União**, nº 41, 1 de março de 2017, p. 38.

BRASILEIRO, D. S. **Políticas públicas de expansão e de financiamento da educação superior: Implicações sobre as instituições de ensino superior em Campina Grande – PB**. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

BRESSAN, L. A. **Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balanço do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2020/materiais/BALANCO_14052020.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2020.

CARISTINA, J. UNIESP é condenada pelo TJ/SP por publicidade enganosa. **Intervalo Legal**, São Paulo, 03 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.intervalolegal.com.br/2019/05/03/uniesp-e-condenada-pelo-tj-sp-por-publicidade-enganosa/>. Acesso em: 3 de jan. de 2020.

CARVALHO, C. H. A. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** 2011. 457 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

CARVALHO, J. D. **Políticas públicas e ensino superior no Brasil: O desafio da inclusão social a partir dos programas FIES e ProUni**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2016.

CASTELLANO, N. O. **Brasil: Proteção social pelo endividamento?** 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes (2012). p. 295-136.

CGU. **Relatório de Auditoria de Contas. Unidade Auditada: FIES**. Controladoria Geral da União, 2017. Disponível em: < <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10477.pdf> >. Acesso em: 09 dez. 2019.

COSTA, F.N. *Crédito Educativo: alto risco de inadimplência, aqui e nos EUA*. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/04/01/credito-educativo-alto-risco-de-inadimplencia-aqui-e-nos-eua/>>. Acesso em: 24/03/2017.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no Brasil – o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 49-72, out.-dez., 2016.

CORBUCI, P. R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, Especial – Out. 2004.

CUNHA, L. A. *A Universidade Reformanda*. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Unesp, 2007a.

CUNHA, L. A. O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira Entre o Estado e o Mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 809-829, out. de 2007b.

CUNHA, M. V. A Educação no período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do Inep. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 72, n. 171, p. 175-195, maio/ago, 1991.

EGREGGIO, A. L. **Influências das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do ensino superior brasileiro**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola Superior de Propaganda. São Paulo, 2016.

FACEBOOK. **A Uniesp vai ter que pagar**. Disponível em: < <https://www.facebook.com/estudantesuniesplutando/> >. Acesso em: 27 dez. 2019

FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO. Quem somos. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/ribeiraopreto/quem_somos.php. Acesso em: 08 fev. 2020.

FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO. Portaria Interna nº. 137/18, de 15 out. 2018. Dispõe sobre os valores dos encargos educacionais para Matrícula de 1º semestre de 2019 da Faculdade de Ribeirão

Preto. Disponível em: <uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/manuais_portarias/20190204181501.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

FERNANDES, F. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* São Paulo: Alfa- Ômega, 1975.

FILHO, J. R. S. **Financiamento da Educação Superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de Grupos Educacionais.** 2016. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

FORENQUE, F. Ajustes no Fies são “conjunturais”, afirma Ministério da Educação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/03/1607862-ajustes-no-fies-sao-conjunturais-afirma-ministerio-da-educacao.shtml> Acesso em: 08 fev. 2020.

FREIRE, L. R. **O ensino superior brasileiro mercantilizado: ProUni e Fies no contexto da crise estrutural do capital.** 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2015

FUNDAÇÃO SEADE. **Portal de Estatísticas de São Paulo.** São Paulo, 2018.

GAMA, V. R. **Programas de financiamento estudantil – democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.** 2010, 66 f. Monografia de Bacharelado – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p.11-30, jan./abr. de 2004.

GOOGLE. **Google Maps.** Disponível em: <<http://maps.google.com>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ministério da Educação. Microdados do Ensino Superior. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 19/11/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>. Acesso em: 19/11/2018.

JURUÁ, C. Políticas públicas e parcerias: a conta vai ser salgada... Rio de Janeiro, abril de 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/caleidoscopiobrasileiro/2013/05/13/politicas-publicas-e-parcerias-a-conta-vai-ser-salgada/>>. Acesso em: 31 jul. de 2017.

LEAL, A. L. Uniesp, a escola que é caso de polícia. **Revista Exame**, São Paulo, 19 set. 2002. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-escola-que-e-caso-de-policia/>. Acesso em: 03 jan. 2020

LEHER, R. Programa Universidade para Todos: Democratizar ou Mercantilizar? *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 1º mar. de 2013.

LIMA, K. R. S. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

MACHADO, I. P. **Efeitos do financiamento federal aos estudantes no acesso e na qualidade do ensino superior no Brasil**. 2017. 56 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração do Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo, 2017.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. V. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINI, R. C., SPELLER, P. A Universidade Brasileira. *Revista de Educación Superior*, México, nº 22, abr./jun. de 1977.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior (e-MEC). Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 4, de 6 de fevereiro de 2017. Altera a Portaria Normativa MEC nº 25, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies referente ao primeiro semestre de 2017. Disponível em: http://fies.mec.gov.br/arquivos/portaria_normantiva_04_06022017.pdf. Acesso em: 23/12/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Processos de Contas Anuais – FIES*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14949&Itemid=1064>. Acesso em: 24/03/2017.

MORENO, A. C., SILVA, E. BOA SORTE, F., PARMA, E., FALCOSKI, P. Inadimplência no Fies aumentou cerca de 23% após programa de renegociação. **G1 – Educação**, 05 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/02/05/inadimplencia-do-fies-aumentou-cerca-de-23percent-apos-programa-de-renegociacao.ghtml>. Acesso em: 07 fev. 2020.

MOURA, T. **Políticas públicas para o ensino superior brasileiro 2003-2014, uma análise do PROUNI e do Fies**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

NOVAES, M. A. B. **Financiamento público para o ensino superior privado no Brasil: uma análise crítica do Fies e ProUni**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/ Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2017.

OLIVEIRA, R. C. U. **Cálculo do retorno econômico do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) após o ano de 2010**. 2015. 43 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo, 2015.

PACHECO, E. F. H. **Democratização do acesso à educação superior no Brasil**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

PF vê consequências ‘fatais’ na fraude em curso de Medicina em universidade de SP. **Revista ISTOÉ**, São Paulo, 09 de set. de 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/pf-ve-consequencias-fatais-na-fraude-em-curso-de-medicina-em-universidade-de-sp/>. Acesso em: 23 dez. 2019

PINTO, J. M. R. O Acesso à Educação Superior no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, nº 88, p. 727-756 – Especial, 2004.

PINTO, J. M. R. Uma Análise dos Recursos Públicos, Direta ou Indiretamente, ao Setor Privado de Ensino no Brasil. *Educ. Soc*, Campinas., v. 37, nº 134, p. 133-152, 2016.

PRATA, P., ORTEGA, P. ‘Paga 80 mil. Se quiser Fies, é 100 mil’, relata delatora sobre compra de vagas da Medicina na Universidade Brasil. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02 de jan. de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/paga-80-mil-se-quiser-fies-e-100-mil-relata-delatora-sobre-compra-de-vagas-da-medicina-na-universidade-brasil/>. Acesso em: 23 jan. 2020

Ranking das dez maiores empresas de ensino superior do país, em 2017. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2018. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/17/dez-maiores-do-ensino-superior/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

REIS, L. F. **Dívida Pública, Política Econômica e o Financiamento das Universidades Federais nos Governos Lula e Dilma (2013-2014)**. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio De Janeiro, 2015.

RODRIGUES, F. O. **As políticas para a educação superior nos governos Lula e Dilma: Uma análise do PROUNI e do FIES**. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2016.

QUEIROZ, V. As parcerias público-privadas na educação superior brasileira: Fies, ProUni e BNDES. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SANTOS, L. G. **Fundo de financiamento estudantil enquanto política pública de inclusão no ensino superior**. 2017. 311 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência) – Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, 2017.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 1ª Vara Cível – Foro de Itu. Ação anulatória de apontamento c/c. Pedido de Sustentação liminar de protesto e obrigação de fazer c/c. Danos morais (puro e coletivo) e pedido de tutela de urgência. Requerente: Decon – Instituto de Defesa do

Consumidor de Rio Claro/SP. Requerido: UNIESP S/A. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=7Y0003BVU0000&processo.foro=286&processo.numero=1000974-11.2018.8.26.0286&uuidCaptcha=sajcaptcha_97dd34c4c6c646c8b5d43b8cff2d94be. Acesso em: 20 nov. de 2019.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 6º Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto. Ação de obrigação de fazer c/c declaratória de nulidade de cláusula contratual com pedido de Tutela de Urgência (1005820-56.2019.8.26.0506). Requerido: Uniesp S/A. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=E2000FHJ10000&processo.foro=506&conversationId=&dadosConsulta.localPesquisa.cdLocal=-1&cbPesquisa=NMPARTE&dadosConsulta.tipoNuProcesso=UNIFICADO&dadosConsulta.valorConsulta=vanuza+de+souza+e+silva&chNmCompleto=true&uuidCaptcha=sajcaptcha_97322ee0f58648b8b0558e5ae9fe8b87&g-recaptcha-response=03AERD8XoZ024qb-RCCndSQHhWo-2VYjmObN5x-1SDM--1Id0Bc-WZLobdENO5Trpp2v7RFfTnD84G7I3RTtC8LgyqmMCIX1kw7EhOEipFpuKpXM6ZOnuTsO40ECZoH5vyD_t_v6Tz5r7txBaKSPipD7r6vQzq2BLTLro192uWpeekm30HIVQj7_eubKpLzOyxCTGfVS45auHtwdeXUBCD-MIGS1wLvoWL6k5hVR9fwYbI9b9uMqppQaek2Tw4VtRNDdWfXs9sD4LoXog2uWy8MqggrWtqDd6JgzQPkvOLHAWBIKx-BW9pvnjyv2XRpH_Y39zv5a7FffBAIsom06VN7DiObMWyTp4M8rwU1X8xy_a-4CYp7YHehQuJepArt6ACyXN2c3Krp68MsZM9sH4Up4MFvYYclCvMzVRFrvAP2SuxW3QdlNW_satTWYJ-k0fVhKGkQhNrs9z7_JTzrT8fsPByqx-M1S7sw&paginaConsulta=1. Acesso em: 08 nov. 2019.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 3º Vara Cível – Foro de Ribeirão Preto. Ação de obrigação de fazer c/c com danos morais (1009342-91.2019.8.26.0506). Requerido: UNIESP S/A. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=E2000FNSD0000&processo.foro=506&processo.numero=1009342-91.2019.8.26.0506&uuidCaptcha=sajcaptcha_96b5948578c04cd1bd472ae6530a7a26. Acesso em 10 out. 2019.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 9ª Vara Cível – Foro de Ribeirão Preto. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência (1045894-26.2017.8.26.0506). Requerido: UNIESP S/A. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=E2000CD950000&processo.foro=506&processo.numero=1045894-26.2017.8.26.0506&uuidCaptcha=sajcaptcha_96b5948578c04cd1bd472ae6530a7a26. Acesso em: 10 dez. 2019.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

SILVA, P. E. A. Pesquisas em processos judiciais. In: MACHADO, M. R. **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 274-319

SILVA, R. M. **O Processo de mercantilização de novo tipo do ensino superior brasileiro: uma proposta de análise crítica sobre a expansão da Kroton Educacional**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SOUSA, C. G. A. **Sustentabilidade financeira das escolas de ensino superior privadas no Brasil após as alterações no Fies: Estudo aplicado na Empresa N**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Faculdade Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2016.

TAVARES, P. H. S. **Fundos de investimentos e o movimento do capital na Educação Superior privada. Mercantilização de novo tipo?** 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

TEIXEIRA, J. C. **Securitização de Recebíveis: Um estudo sobre alternativas de Financiamento para o setor educacional de nível superior brasileiro de graduação no âmbito das instituições privadas de ensino**. 2017. 227 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios) – Programa de Pós-Graduação de Administração da Faculdade FIA de Administração e Negócios. São Paulo, 2017

TEIXEIRA, S. R. P. **Estratégias de expansão de instituições de ensino superior privadas no Brasil: Estudo de caso do curso de bacharelado em Administração**. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação de Administração da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2016.

TIENGO, R. Ex-alunos da Uniesp se dizem vítimas de falsa promessa de pagamento em Ribeirão Preto. **Globo G1**, Ribeirão Preto e Franca, 13 de abril de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/ex-alunos-da-uniesp-se-dizem-vitimas-de-falsa-promessa-de-pagamento-do-fies-em-ribeirao-preto.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TOMAZ, C. J. **Sociedade de consumo e juventude: uma análise a partir das práticas de consumo e identidade dos jovens vinculados ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

UMPERES, R. T. Entenda por que o melhor setor da Bolsa em 2014 já caiu mais de 40% em 2015. **INFOMONEY.COM.BR**, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/3803845/entenda-por-que-melhor-setor-bolsa-2014-caiu-mais-2015>. Acesso em 21/03/2017.

Uniesp lidera lista de reclamações contra faculdades no Procon-SP. **Revista Veja**, São Paulo, 09 dez. de 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/uniesp-lidera-lista-de-reclamacoes-contras-faculdades-no-procon-sp/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

UNIESP S/A. A Uniesp S/A. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/institucional/uniesp_sa.php>. Acesso em: 04 fev. 2020.

VALE, A. A. do; CHAVES, V. L. J.; CARVALHO, C. H. de A. Estratégias de expansão do segmento privado-mercantil do ensino superior brasileiro e suas repercussões no trabalho docente. *Congresso Brasileiro de Sociologia*, Salvador, BA 16, 2013.

VALENTE, F. Estudante não pode ser negativado por falta de excelência acadêmica. Consultor Jurídico, 19 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-19/estudante-nao-negativado-falta-excelencia-academica>. Acesso em: 03 jan. de 2020.

VAZ, S. A. F. **As políticas para o ensino superior no governo Lula (2003-2010): análise dos pesquisadores**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

VITURI, R. C. I. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para o ensino superior privado: acesso, processos e contradições**. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

VOLPATO, R. O. **Políticas públicas de acesso ao ensino superior: efetividade do direito fundamental e judicialização**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2017.

XAVIER, D. S. R. **Uma análise dos programas de acesso à educação superior nos governos Lula e Dilma**. 2016. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANEXO A – IES PERTENCENTES AO GRUPO UNIESP

Código IES	IES	Código IES	IES
202	Faculdade do Rio de Janeiro	225	Faculdade de Santo André
270	Faculdade de Tupã	339	Faculdade de João Pessoa (Santa Emília do Rodat)
371	Faculdade de Música Carlos Gomes	416	Faculdade de São Paulo
492	Faculdade de Administração Ciências Econ e Contábeis de Guaratinguetá	493	Faculdade de Educação de Guaratinguetá
516	Centro Universitário do Rio de Janeiro	650	Faculdade de Avaré
721	Faculdade de Educação de Assis	722	Escola de Educação Física de Assis
723	Faculdade de Administração de Assis	779	Faculdade de Ponta Porã
886	Faculdade de Hortolândia	915	Faculdade de Administração de Fátima do Sul
917	Faculdade de Ciências Contábeis de Naviraí	994	Faculdade de Duque de Caxias
1013	Faculdade Sudoeste Paulistano	1096	Faculdade de Presidente Epitácio
1099	Faculdade de Educação e Ciências Gerencias de São Paulo	1118	Faculdade de Mirassol
1194	Faculdade de Tecnologia de Ponta Porã	1204	Faculdade de Amambai
1212	Faculdade de Ciências Contábeis de Assis	1213	Faculdade Fleming
1247	Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina	1275	Faculdade do Guarujá
1291	Faculdade de Santo Antonio da Platina	1304	Faculdade de Ribeirão Pires
1313	Faculdade de Suzano	1371	Faculdade de Mirandópolis
1449	Faculdade de Ibaíti	1463	Faculdade de Barueri

1465	Faculdade de Ribeirão Preto	1532	Faculdade de Sertãozinho
1545	Faculdade de Boituva	1562	Faculdade de Ilha Solteira
1581	Faculdade de Santa Luzia	1619	Faculdade de Olímpia
1686	Faculdade Barddal de Artes	1689	Faculdade Santa Izildinha
1711	Faculdade de Presidente Prudente	1724	Faculdade de Guararapes
1765	Faculdade de José Bonifácio	1804	Faculdade de Mauá
1816	Instituto de Ensino Superior de Bauru	1831	Faculdade de Ibitinga
1835	Faculdade de Colinas do Tocantins	1884	Faculdade de Rancharia
1886	Faculdade de Monte Alto	1899	Faculdade de Nova Esperança
1933	Faculdade Birigui	1950	Faculdade de Orlandia
1972	Faculdade de São Caetano	2009	Faculdade de Taquaritinga
2039	Faculdade Cidade Luz	2054	Faculdade de Educação de Nova Andradina
2102	Faculdade de Auriflama	2131	Faculdade de São Bernardo do Campo
2197	Faculdade Villas Boas	2257	Faculdade Diadema
2530	Faculdade de Guarulhos	2656	Faculdade de Recife
2879	Faculdade de Caieiras	2891	Faculdade Barão de Piratininga
2927	Faculdade de Belo Horizonte	3027	Faculdade de Ibiporã
3186	Faculdade de São Roque	3230	Faculdade Luiz Eduardo Guimarães
3307	Faculdade de Rio Claro	3400	Faculdade de Penápolis
3411	Faculdade de Jandira	3456	Faculdade Politécnica de Campinas
3513	Faculdade de Presidente Venceslau	3743	Faculdade de Jacareí
3793	Faculdade de Frutal	3803	Faculdade de Jaú
3826	Faculdade de Salvador	4028	Faculdade de Itapeceira da Serra
4029	Faculdade de Santa Bárbara d'Oeste	4293	Faculdade de Tietê
4435	Faculdade São Paulo	4442	Escola Superior Paulista de Administração

4598	Faculdade de Jundiaí	4605	Faculdade de Cornélio Procópio
4681	Faculdade Centro Paulistano	5124	Faculdade Facmil
5217	Faculdades Integradas Paulistas	5663	Faculdade de Vargem Grande
10418	Faculdade de Santa Rita do Passa Quatro	17839	Faculdade de Dracena

Fonte: e-MEC

ANEXO B – GRÁFICOS DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS USUÁRIOS DO FIES E O DE MATRÍCULAS TOTAIS POR CURSO EM ALGUNS CURSOS DA FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Gráfico 34 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Administração da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018

Fonte: INEP e FNDE (elaborado pelo autor)

Gráfico 35 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018

Fonte: INEP e FNDE (elaborado pelo autor)

Gráfico 36 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Engenharia de Produção da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018

Fonte: INEP e FNDE (elaborado pelo autor)

Gráfico 37 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Letras da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018

Fonte: INEP e FNDE (elaborado pelo autor)

Gráfico 38 – Número de alunos matriculados e de usuários do Fies no curso de Pedagogia da Faculdade de Ribeirão entre 2010 e 2018

Fonte: INEP e FNDE (elaborado pelo autor)